

# Manifestação de força e confiança

A renovação, entre nós, faz-se para responder em cada momento aos desafios que nos coloca a actividade autárquica.



■ Jorge Pires

Pág. 20

# Droga O mito da legalização

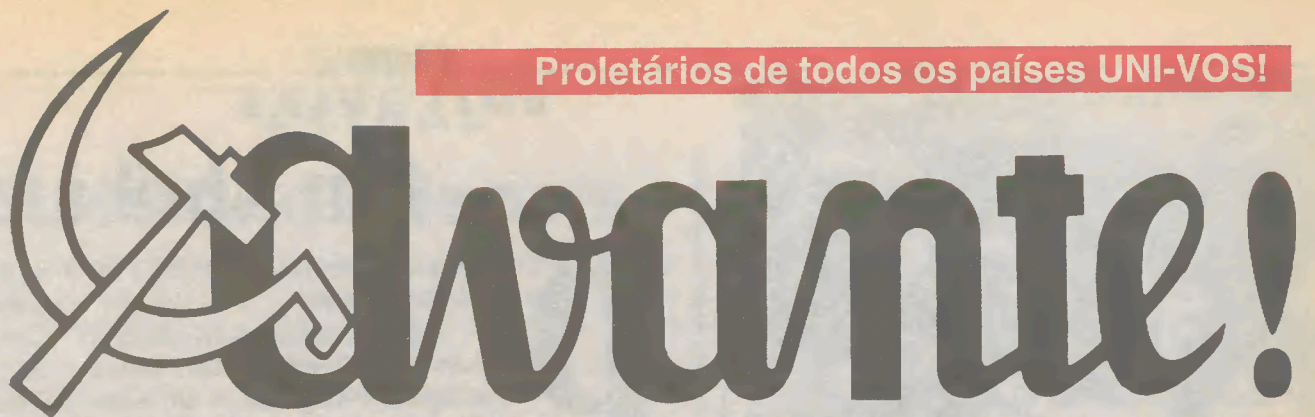
■ António Filipe

Pág. 21

# Grande vitória da lista A

Unidade à esquerda ganha nos bancários.

Pág. 32



Órgão Central do Partido Comunista Português

Semanário • ISSN 0870-1865 • 24 de Abril de 1997 • Preço: 180\$00 (IVA incluído) • N.º 1221 • Director: Carlos Brito

# Carlos Carvalho no convívio CDU em Lisboa

Pág. 5

# É PRECISO VIRAR À ESQUERDA!



# Manifestação em Lisboa

# 25 de Abril

# Comemorações em todo o País

Pág. 32

# Conferência Nacional do PCP

# Resolução

Neste número publicamos na íntegra a Resolução aprovada na Conferência Nacional do PCP sobre o Poder Local e as Eleições Autárquicas.

Págs. 15 a 18

# 8.ª Conferência Nacional do Ensino Superior

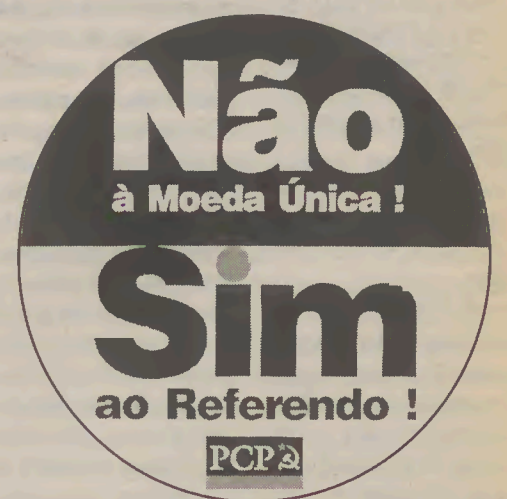


# 6.º Encontro Nacional do Ensino Secundário

Págs. 22 e 23

# Seminário Internacional sobre a Moeda Única A alternativa existe

Págs. 14 e 19



Por ser feriado na próxima quinta-feira, dia 1.º de Maio, o nosso jornal sairá na quarta-feira, 30 de Abril.



# Um Abril à esquerda

**P**or todo o País celebram-se os vinte e três anos do 25 de Abril.

Amanhã as comemorações atingem o ponto mais alto com os actos oficiais e autárquicos, a inauguração do monumento de homenagem à revolução no alto do Parque Eduardo VII e o desfile-manifestação na Avenida da Liberdade, em Lisboa.

A memória inspiradora de Abril persiste assim sobre a vontade dos seus opositores e mesmo de alguns envergonhados defensores que gostariam que caíssem no esquecimento tanto a heróico levantamento dos capitães e das massas populares que os apoiaram desde a primeira hora, como os crimes da ditadura fascista então derrubada.

**Para os comunistas, as comemorações do 25 de Abril não são, nunca foram, um acto passadista. São um momento especial para enaltecer os valores e referências da revolução como um grande património da esquerda que responde ao presente e abre perspectivas de futuro.**

Ao discursar no passado dia 21, num convívio da CDU, no Pátio Alfacinha, Carlos Carvalhas fez questão de prestar homenagem ao 25 de Abril - «marco luminoso na vida de todos nós» - e de traduzir o sentido da intervenção dos comunistas nas comemorações.

«O Partido Comunista Português afirma que é preciso e é urgente virar à esquerda!», começou ele por dizer. Fundamentou a seguir as razões desta necessidade, para esclarecer que «não é uma questão de apelos aos dirigentes e governantes do PS». Salientando a seguir: «É antes a questão de um grande e justo objectivo democrático que reclama dos trabalhadores, dos democratas, de todos os homens e mulheres de esquerda uma firme rejeição da resignação, uma forte vontade de intervenção e de luta e uma inabalável determinação de fazer ouvir a sua vontade e a sua razão.»

**As comemorações do 25 de Abril, como logo a seguir, as acções do 1º de Maio, constituem um período especialmente favorável para imprimir um vigoroso impulso à luta por este grande e justo objectivo que é a viragem à esquerda na política nacional.**

**A** viragem à esquerda foi a grande aspiração manifestada pela maioria do nosso povo nas eleições de Outubro de 1995. Foi ela que deu a vitória ao PS.

**A escandalosa conversão do PS à política da direita nas questões essenciais, continuando e em alguns aspectos agravando a actuação do PSD e defraudando todas as esperanças na viragem, tornou-se não só num motivo de profunda decepção nos que acreditaram nas promessas da «nova maioria», mas mais do que isso, constitui um factor de consciencialização e de revigoração da vontade popular de que é preciso virar à esquerda.**

Os recentes resultados nas eleições do Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas, um dos maiores do país, têm a este respeito um significado insofismável.

**A lista A, assente numa aliança da tendência unitária, onde o PCP desempenha um importante papel, com uma ala do PS, venceu nitidamente a lista B, liderada pelo até agora presidente do sindicato e assente numa aliança da ala oficial do PS com a tendência PSD.**

Este resultado tem um significado ainda mais expressivo por derrotar precisamente a decisão do PS de alterar no senti-

do da direita as suas alianças no sindicato dos bancários, substituindo a aliança com os comunistas pela aliança com o PSD. Começou por ser contrariada dentro do próprio PS, como uma ala que não acatou a decisão oficial e se manteve na aliança à esquerda, a aliança que mereceu a confiança da maioria dos bancários.

Uma grande lição!

Uma grande lição também, porque os bancários souberam decidir em consciência apesar de todas as pressões que sobre eles foram exercidas por figuras destacadas do Governo e do PS, por figurões da UGT e, naturalmente, por parte dos banqueiros e das administrações.

O novo presidente, Delmiro Carreira, pôde assim, ao comentar o resultado, enaltecer «a consciência e a independência» do voto da sua classe.

Além das eleições para a direcção, realizaram-se simultaneamente no Sindicato dos Bancários eleições para o congresso e os secretariados de banco. Foi, por igual, evidente nestas eleições a viragem à esquerda do voto dos bancários, traduzidas nas vitórias da tendência unitária que passou de segunda para primeira força.

**Todo este processo dos bancários constitui, assim, um exemplo muito positivo de como se deve trabalhar e lutar pela viragem à esquerda.**

**A**o apontar o objectivo de que é preciso e é urgente virar à esquerda, o PCP não lança mais um slogan ou uma simples palavra de ordem. O objectivo apontado corresponde à análise da situação e dos problemas país e leva seriamente em conta as aspirações do nosso povo.

Há duas semanas, realizaram os comunistas a Conferência Nacional sobre o Poder Local, uma reflexão de grande profundidade que pode ser atestada na Resolução da Conferência que publicamos na presente edição do «Avante!».

No passado fim-de-semana concretizou o PCP outra iniciativa de grande relevo para os interesses do país - O Seminário Internacional sobre a Moeda Única e a União Económica e Monetária.

O Seminário contou com a participação de vários especialistas estrangeiros de reconhecido prestígio, além de dirigentes, deputados e militantes do PCP e figuras dos meios políticos de esquerda.

**No debate travado verificou-se grande convergência de opiniões em relação a alguns pontos capitais, tais como: a moeda única fragiliza e põe em causa o aparelho produtivo nacional; a moeda única e os critérios de Maastricht são um factor do aumento do desemprego; a moeda única não vai dar mais voz a Portugal; com a moeda única, Portugal perde um elemento constitutivo da sua soberania nacional.**

Em resposta a estes graves riscos, o Secretário-Geral do PCP, Carlos Carvalhas, salientou, no encerramento de Seminário: «Ao contrário do que se quer fazer crer, há outros caminhos para a construção de uma União Económica e Monetária, há outros caminhos que passam pelo reforço do orçamento comunitário, pela cooperação, pela complementaridade das economias, pelo diálogo das culturas, pela concretização do princípio da coesão económica e social.»

**É pela via da procura de alternativas à política de direita que, também, se luta e se dá substância ao objectivo da viragem à esquerda na política nacional.**



A JCP discutiu o ensino em Portugal, durante o fim-de-semana

## RESUMO

### 16 Quarta-feira

Três homens encapuçados incendiam uma discoteca de Amaranate, matando 12 pessoas ■ O Banco de Portugal apresenta o relatório do ouro que adquiriu entre 1936 e 1946 ■ A Comissão dos Direitos Humanos da ONU aprova uma resolução sobre Timor-Leste ■ Chega à Albânia o primeiro contingente de tropas gregas ■ 250 pessoas morrem em Meca, na sequência de um incêndio ocorrido durante a peregrinação muçulmana ■ A polícia israelita confirma ter recomendado à procuradora do Estado a abertura de um processo contra Netanyahu, por «fraude e quebra de confiança».

### 17 Quinta-feira

A Associação Académica da Universidade dos Açores declara que não é contra a propina única ■ No dia em que passa um ano sobre o massacre do Eldorado do Carajás, a marcha dos Sem-Terra chega a Brasília ■ O presidente zaireense e o líder dos rebeldes aceitam participar brevemente numa cimeira sobre a situação no país ■ Boris Ieltsin anuncia que no dia 27 de Maio será assinado um acordo entre a Rússia e a Nato ■ O primeiro-ministro israelita reafirma a sua inocência no caso de corrupção e recusa demitir-se.

### 18 Sexta-feira

António Guterres afirma que «o PS só tem feito asneiras nos últimos quatro meses» ■ Um grupo de activistas bascos ocupa pacificamente a Embaixada de Espanha em Lisboa, com o objectivo de alertar para a política franco-espanhola de dispersão dos presos políticos bascos ■ O presidente Fernando Henrique Cardoso recebe os Sem-Terra brasileiros ■ Vários troços das redes rodoviárias e ferroviárias de Inglaterra são paralisados na sequência de explosões atribuídas ao IRA ■ O presidente zaireense Mobutu aceita encontrar-se com o líder rebelde.

### 19 Sábado

Realiza-se em Lisboa um seminário internacional sobre a moeda única, promovido pelo PCP ■ A JCP organiza, em Lisboa, a VIII Conferência Nacional do Ensino Superior e o VI Encontro do Ensino Secundário ■ Inicia-se o IV Congresso da Federação Russa ■ Os serviços secretos italianos revelam a existência de planos

para atentados fundamentalistas no país ■ Realizam-se eleições legislativas na Bulgária ■ Dezenas de toneladas de ajuda alimentar chegam ao porto albanês de Durres ■ Os rebeldes zaireenses dizem que um cessar-fogo está «fora de causa» enquanto os seus objectivos militares não forem cumpridos ■ Segundo a Unicef, 1,3 mil milhões de pessoas vivem com menos de um dólar por dia.

### 20 Domingo

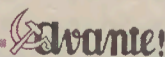
Os alunos do ensino politécnico decidem cumprir greve em 30 de Abril, se até então não for agendada na AR a discussão da Lei de Bases ■ A Comissão Europeia dos Direitos do Homem condena Portugal num caso que envolve dois agentes infiltrados da PSP ■ Em Israel, o procurador-geral anuncia que não irá acusar o primeiro-ministro de fraude e abuso de confiança ■ O ministro do Interior peruano e o chefe da polícia apresentam a sua demissão.

### 21 Segunda-feira

Em Lisboa, o secretário-geral do PCP participa num encontro-convívio de eleitos e apoiantes CDU ■ Centenas de elementos da PSP manifestam-se no Terreiro do Paço, em Lisboa, exigindo um sindicato ■ É anunciado que a Polícia Judiciária já identificou os suspeitos no caso do incêndio da discoteca de Amaranate ■ O presidente francês anuncia a dissolução da Assembleia Nacional e convoca eleições antecipadas ■ Em Londres, registam-se várias ameaças de bomba atribuídas ao IRA ■ Cinco jovens matam selvaticamente um chefe índio, em Brasília.

### 22 Terça-feira

Carlos Carvalhas participa num jantar com os cabeças de lista da CDU do concelho do Barreiro ■ O ministro da Administração Interna apresenta participação à PGR por «insultos» que lhe foram dirigidos durante uma concentração de 500 polícias frente ao Ministério ■ Tendência Unitária vence eleições para a Direcção do Sindicatos dos Bancários do Sul e Ilhas ■ Embaixador José Cutileiro é reconduzido no cargo de secretário-geral da UED por mais dois anos ■ Assembleia Nacional angolana reúne pela primeira vez ■ Um ataque fulminante do exército peruano à residência do embaixador japonês em Lima, liberta os 72 reféns ali sequestrados há 126 dias por um comando do MRTA.



Proprietários de todos os países UNI-VOS!

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português  
Rua Sáez Pereira Gomes  
— 1699 Lisboa CODEX. Tel. 793 62 72

DIRECÇÃO E REDACÇÃO:  
Rua Sáez Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX.  
Tel. 796 97 25/796 97 22. Telex 18390  
Fax: 795 22 64

ADMINISTRAÇÃO:  
Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis — 90,  
7ª-A, 1100 Lisboa.  
Capital social: 15 000 000\$00. CRC matrícula: 47058.  
NIF — 500 090 440

DISTRIBUIÇÃO:  
DISTRIBUIÇÃO ADE's  
Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis, 90, 7ª-A,  
— 1100 Lisboa  
Telef. (01) 815 34 87/815 35 11  
Fax: 815 34 95

Alterações de remessa:  
Até às 17 horas de cada sexta-feira:  
Telef. (01) 815 34 87/815 35 11

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL  
DELTA PRESS

Delegação Lisboa:  
Tapa Nova  
Cajá Roxa — Linho — 2710 Sintra  
Telef. (01) 924 04 47

Delegação Norte:  
Zona Industrial da Maia  
Sector IX  
Rua B L. 227 — 4470 Maia  
Telef. (02) 941 76 70

ASSINATURAS: Av. Almirante Reis, 90, 7ª-A 1100 Lisboa  
— Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

PUBLICIDADE: Av. Almirante Reis, 90-7ª-A 1100 Lisboa  
— Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

Composição e Impressão  
Hedra Portuguesa, SA  
R. Elias Garcia, 27  
Venda Nova — 2700 Amadora  
Depósito legal nº 205/85

TABELA DE ASSINATURAS\*

PORTUGAL (Continente e Regiões Autónomas)	EXTRA-EUROPA
50 números: 8 100\$00; 25 números: 4 200\$00	50 números: 46 100\$00
EUROPA	GUINÉ-BISSAU, S. TOMÉ E PRÍNCIPE e MACAU
50 números: 28 600\$00	50 números: 33 850\$00

\* IVA e portes incluídos

Nome \_\_\_\_\_

Morada \_\_\_\_\_

Código Postal \_\_\_\_\_

Enviar para Editorial «Avante!» acompanhado de cheque ou vale de correio.



## ACTUAL

## Vinte e três anos depois

A Assembleia da República continua debaixo de fogo.

Vinte e três anos depois do 25 de Abril ainda os meios conservadores do país não se conformaram com a existência de um órgão de soberania com as suas características.

A ofensiva contra as transformações socioeconómicas produzidas pela revolução foram sempre acompanhadas por ataques ao regime político visando a sua deformação e adulteração. Nos ataques, a Assembleia tem sido um alvo privilegiado.

Este rancor antiparlamentar parece um tanto absurdo uma vez que a A.R. não tem sido, de maneira nenhuma, a fortaleza protectora da Constituição e das conquistas revolucionárias que devia ser.

Mas é, apesar tudo, o órgão do poder político onde os trabalhadores têm assento, fazem ouvir a sua voz e repercutem a sua luta através, fundamentalmente, dos deputados do PCP.

Além disso, o preconceito antiparlamentar é uma componente-chave do pensamento reacção nacional, vindo de longe e especialmente cultivado durante a ditadura fascista.

Acresce que aos sucessivos governos do PS e do PSD tem dado jeito que este preconceito perdure e se desenvolva para que a Assembleia e não eles apareça como culpada dos desastres da política de direita.

É a esta pressão complexa que o PS cede ao admitir a redução do número de deputados, no acordo de revisão com o PSD, depois de ter embarcado na balela da «aproximação de eleitos e eleitores» para sustentar, no mesmo acordo, alterações facciosas e pouco democráticas da lei eleitoral, que os iriam distanciar ainda mais.

É, também, no quadro desta pressão que se devem apreciar as ideias ultragovernamentalizadoras que A. Barreto defendeu no «Público» do passado domingo. Preconiza ele que a competência legislativa da Assembleia devia ser «exclusiva ou essencialmente subordinada às iniciativas do Governo» e insurge-se contra «tantos direitos» de propostas e agendamentos que têm as oposições. Tal é o democrata!

Há quem diga que Barreto saiu despeitado da Assembleia onde nunca conseguiu brilhar e por isso lhe vota tanta aversão. Torna-se igualmente evidente que são preconcei-

tos conservadores que o impedem de perceber o que é o poder legislativo numa Assembleia plural. Dar ao Governo o exclusivo da iniciativa legislativa, significaria transformar a Assembleia em pura câmara de ratificação e palração, próxima das assembleias-fantoches de alguns regimes autoritários.

Também o «Expresso» veio no sábado com uma continhas, sobre os resultados das últimas eleições, para tentar demonstrar que se pode reduzir o número de deputados até 130 e introduzir os círculos uninominais que a representação proporcional não periga especialmente...

Deixemos de lado todos argumentos para fazer apenas duas perguntas:

- Mas é preciso diminuir o número de deputados, quando já é o mais baixo de entre os países da União Europeia da nossa dimensão? E diminuir para 130, quando o Governo tem quase cem unidades?

Não tarda estão a dizer como Salazar: «não precisamos de um parlamento porque temos o conselho de ministros onde todos dão a sua opinião livremente».

Pense-se nisto.

■ Carlos Brito

## Senhor Ministro das Finanças

Excelência,

Acabei agora mesmo de ler «Um aval à pluralidade», escrito que o «Público» me garante, e eu acredito, ser da autoria de V. Ex.<sup>ª</sup>. Permita-me que, desde já e respeitosamente, lhe diga que o seu texto me causou uma profunda impressão e me trouxe à memória a memória dos tempos passados e das «notas oficiosas» ordenadas pelo seu homónimo de Santa Comba. Estou em crer que V. Ex.<sup>ª</sup> escreveu o que escreveu num estado novo (em si) de tensa perturbação e agitação interior. Se me permite um conselho, dir-lhe-ei que deve procurar serenar, acalmar-se e utilizar a inteligência que Deus lhe deu na análise fria e objectiva dos acontecimentos ocorridos na sequência do patriótico aval atirado, qual bóia salvadora, à quase afogada UGT. Lendo o seu perturbado texto – exuberante caleidoscópio de pesadelos e fantasmas, defesas e ataques, ódios e amores – fico com a ideia que ele foi produzido ao correr da pena e sem qualquer interferência da inteligência e da Razão. Afigura-se-me que, enquanto com a mão, maquinalmente, disparava sobre o papel toda aquela perturbação, V. Ex.<sup>ª</sup> ia soltando entre dentes pungentes apelos a si próprio: «acalme-te António, não percas a cabeça, mostra-lhes que estás bem, não des murros na mesa, isso é o que eles querem». Infelizmente, como o texto caudalosamente demonstra, V. Ex.<sup>ª</sup> não se ouviu e deu rédea solta à mão.

Tudo isto é lamentável e me surpreende. Porque tenho para mim que V. Ex.<sup>ª</sup> podia (e devia) depois de proceder a um sério esforço de acalmia psíquica, rejeitar o triste papel que os seus pares governamentais o estão obrigando a representar e – muito calmamente,

muito serenamente – explicar esta coisa do aval. Como? Dizendo apenas e só a verdade; dizendo com clareza tudo aquilo que até agora tem vindo a dizer confusamente mais o que ainda não disse; dizendo qualquer coisa como isto: «A UGT é, como toda a gente sabe – incluindo o engenheiro Guterres e o professor Marcelo – um instrumento fundamental para a boa aplicação da política de direita. Foi para isso que o PS e o PSD a criaram e é isso que ela sempre tem feito, cumprindo exemplarmente o seu papel em governos do Bloco Central, ou do PSD, ou do PS. Nunca ninguém pediu à UGT que fosse uma Central Sindical; sempre lhe foi pedido que fingisse sê-lo para melhor combater a CGTP e para que os vários governos tivessem alguém com quem assinar e brindar os acordos de concertação social. Por tudo isto a UGT é o sindicalismo democrático, é a pluralidade, e foi, é e será credora de todos os avais necessários.» Dito isto, poderia então V. Ex.<sup>ª</sup> fazer o que melhor lhe aprouvesse, inclusive demitir-se.

Creia, Senhor Ministro, que ao dar-lhe este conselho não é minha intenção cobrar-lhe seja o que for e muito menos vir a pedir-lhe, um dia destes, um qualquer aval. Move-me apenas a humanitária intenção de o ajudar a livrar-se da triste figura que está a fazer.

Despeço-me, com a consideração que V. Ex.<sup>ª</sup> merece.

■ José Casanova

## O POLVO mundial

Há algum tempo, nesta mesma coluna, falou-se das ligações CIA-contras nicaraguenses-tráfico de drogas nos Estados Unidos, a propósito duma série de artigos publicados pelo jornal *San José Mercury News*. Citando explicitamente essas notícias como ponto de partida para investigações sobre o assunto, a deputada Maxine Waters discursou na Câmara de Representantes dos EUA no passado dia 18 de Março. Vale a pena transcrever algumas das suas declarações:

«Aquilo que descobrimos é bastante perturbador. (...) Não é preciso fazer mais que ler os jornais para encontrar casos recentes de ligações da CIA ao tráfico de drogas. (...) De acordo com um artigo do *New York Times* de 20.11.93, o programa antidroga da CIA na Venezuela enviou cerca de uma tonelada de cocaína praticamente pura para os Estados Unidos em 1990. A CIA reconheceu que as drogas foram vendidas nas ruas dos EUA. A força conjunta CIA-Venezuelana era chefiada pelo General Davila e o agente da CIA responsável era Mark McFarlin, que trabalhou com as forças antiguerilha no El Salvador nos anos 80. Nenhum funcionário da CIA foi alguma vez acusado ou levado a tribunal por este abuso de autoridade. (...) Em 8.3.97 um artigo do *Los Angeles Times* informava que o Tenente Coronel Michel François, um dos alegados agentes da CIA Haitianos, ex-oficial do exército e um dos dirigentes-chave do regime militar que governou o Haiti entre 1991 e 1994, foi acusado em Miami pelo contrabando de 33 toneladas de cocaína para os Estados Unidos. (...) Temo-nos encontrado com pessoas que nos contactam, que nos dão documentos e informações. (...) O *Congressional Black Caucus* [organização dos deputados negros no Parlamento dos EUA] decidiu considerar como sua primeira prioridade a erradicação das drogas na nossa comunidade. (...) Tal como o Departamento [Ministério] da Justiça anda a perseguir os pequenos traficantes de cocaína *crack*, nós decidimos perseguir os grandes. (...) Os grandes traficantes de drogas estão em liberdade, e os membros dos serviços secretos, a quem pagamos para nos proteger e servir, poderão estar ainda envolvidos nestas operações secretas envolvendo drogas, e que resultam na disseminação de toneladas de drogas nas ruas das nossas cidades. Estamos fartos de esperar que as forças da lei cumpram o seu dever. (...) Há aqueles que me dizem: Sra. Waters, o melhor é ter cuidado, não pode andar por aí a falar da CIA. Não os pode desafiar. Não sabe aquilo que fazem? Não sabe que são muito especiais e que ninguém fala da CIA? Eu estou aqui para dizer que os tempos da CIA já passaram. Não têm qualquer missão que justifique os 30 bilhões de dólares que pagamos pelas suas chamadas operações. A CIA é incapaz de se purificar. (...) Envolveram-se com a escumalha da Terra (...). Eu digo que chegou o momento de eliminar totalmente a CIA. E estou plenamente consciente daquilo que digo. (...) Considero que já não têm qualquer missão séria, e estou também preocupada e escandalizada pelo facto de ter sabido demais acerca deles e das suas ligações ao tráfico de drogas.»

Não é a primeira vez que surgem factos e acusações de ligações entre os serviços secretos norte-americanos, regimes seus serventuários, grupos terroristas de extrema-direita e o tráfico de drogas. Basta lembrar que em Itália, o símbolo do poder democrata-cristão do pós-guerra (ou seja, o símbolo da democracia-ocidental-de-economia-de-mercado) Giulio Andreotti, está actualmente a ser julgado, acusado de pertencer à Mafia. Ou recordar as ligações ao tráfico de heroína dos «combatentes pela liberdade» actualmente no poder no Afeganistão. Ou recordar que num acidente de automóvel em 3.11.96, na Turquia, morreram um alto responsável das unidades policiais antiguerilha curda desse país, um chefe duma milícia financiada pelo governo para combater essa mesma guerrilha curda e Abdullah Catli, ex-dirigente da organização fascista turca Lobos Cinzentos, acusado de ligações à mafia turca e procurado por tráfico de droga. O que não o impedia de viajar em companhia dum chefe policial, «munido de vários documentos diplomáticos especiais, emitidos pelas autoridades» turcas. A história é contada em pormenor no número de Março do *Le Monde Diplomatique*. Colaborador de Catli nos Lobos Cinzentos era Mehmet Ali Agca, o autor do atentado ao Papa em 1981, que uma cabala bem montada iria tentar imputar aos serviços secretos búlgaros...

■ Jorge Cadima



Foto: Jorge Caria



## SEMANA

## Crimes brutais em Amarante

Três encapuçados entram pelas quatro da manhã na *boîte* Meia Culpa, em Amarante, com tiros para o ar obrigam toda a gente presente a deitar-se no chão e a concentrar-se num canto da sala, regam o recinto com gasolina e incendiam-no,

ameaçando abater a tiro quem tente sair pela porta principal. Resultado deste monstruoso crime realizado em poucos minutos: oito mulheres e quatro homens mortos, carbonizados dentro das instalações que foram devoradas pelas chamas, e

nove feridos graves por queimaduras, que estão internados em unidades hospitalares de queimados. A Polícia Judiciária destacou de imediato fortes meios de investigação para a zona, enquanto o Procurador-Geral da República, Cunha

Rodrigues, afirma que este massacre «não corresponde ao paradigma da criminalidade portuguesa». No mesmo sentido vão as afirmações de Fernando Negrão, director-geral da Polícia Judiciária, que se transferiu para o Porto para

conduzir pessoalmente as investigações, ao considerar que o atentado da *boîte* de Amarante se trata de um «crime de terror contra pessoas indefesas a que, felizmente, não estamos habituados». As investigações continuam em segredo de Justiça, com os investigadores a seguirem várias pistas e a admitirem várias possibilidades que expliquem este

crime hediondo, nomeadamente os quadros de tráfico de droga, ajustes de contas de alta criminalidade e rivalidades de *gangs*. Cerca de uma semana depois de iniciadas as investigações, os alegados autores morais do atentado da *boîte* Meia Culpa já terão sido identificados. Segundo o *Diário de Notícias*, o Serviço de Informações e Segurança

(SIS) integrou agora as investigações no terreno e, juntamente com o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), cruza toda a informação já recolhida. A Judiciária ultima os pormenores deste «trabalho de laboratório», devendo o respectivo relatório ser conhecido em breve. A intervenção do SEF incidu na área do tráfico de estupefacientes.

## FRASES

“O Governo decidiu (...) solicitar ao Parlamento a “máxima urgência” na realização do inquérito ao aval à UGT”

(Expresso, 19.4.97)

“Entretanto, a UGT vai receber do Governo mais 161 mil contos a fundo perdido, a pretexto da formação de 1500 quadros sindicais para a área da Higiene e Segurança do trabalho”

(idem)

“Os 600 mil contos emprestados pela Caixa Geral de Depósitos à UGT destinavam-se a pagar dívidas a cerca de dois mil formandos e monitores da formação profissional. O dinheiro terá sido já todo praticamente levantado, pois o aval do Estado foi concedido a 8 de Março, com efeitos automáticos”

(Revista Visão, 17.4.97)

“O executivo de Fernando Gomes [presidente PS da Câmara Municipal do Porto] acabou o ano de 1996 com apenas um terço das receitas de capital executadas e lançou menos de metade das iniciativas do Plano e orçamento, mantendo-se a dívida do município em 14 milhões de contos”

(Valdemar Cruz, Expresso, 19.4.97)

“Chegou um pedido de um tribunal de Lisboa, sem *dossier* de acompanhamento, no qual se solicita que o deputado (António Campos, do PS) assista a um julgamento, a 24 de Abril, mas sem explicar se é na qualidade de testemunha ou de acusado”

(Fonte do Parlamento Europeu à LUSA, idem)

“O líder parlamentar do PS, Francisco Assis, reagiu como um parolo, em defesa da santa terrinha, ao dizer que o massacre nada tinha a ver com a cidade de que foi presidente da Câmara: “E a prova é entre os mortos não estar uma única pessoa de Amarante.” Mas de onde eram os donos da *boîte*? E de onde vinham muitos dos clientes? E, sobretudo, o que é que o cu tem a ver com as calças?”

(Tal & Qual, 18.4.97)

“Nos últimos quatro meses só temos [o PS] feito asneiras no plano da intervenção política”

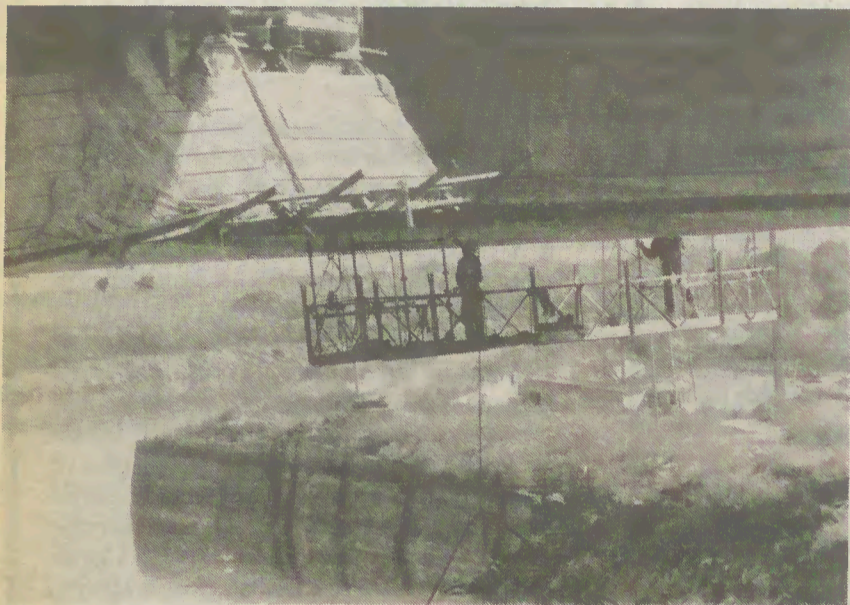
(António Guterres, Diário de Notícias, 19.4.97)

“A concelhia [do PSD de Cascais] tentou criar uma política de facto consumado. Sem a minha assinatura, nenhum nome será apresentado. E na minha mão ninguém pega”

(Pacheco Pereira, idem)

“Chicago fica longe. Al Capone já morreu”

(Alexandre Pais, Tal & Qual, 18.4.97)



## Falha humana na origem do acidente na Vasco da Gama

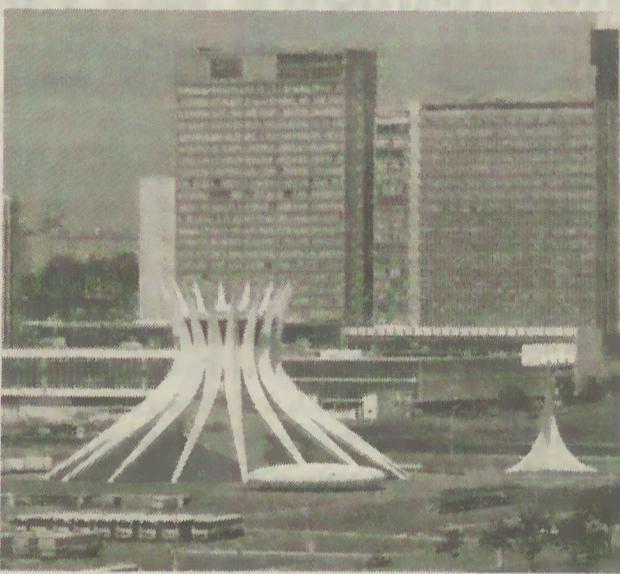
Segundo o relatório preliminar entregue ao ministro João Cravinho, o não cumprimento de um procedimento de rotina terá estado na origem do acidente ocorrido no passado dia 10 nas obras de construção da ponte Vasco da Gama, sobre o Estuário do Tejo, que vitimou mortalmente seis pessoas e feriu mais nove. Afirma o relatório do inquérito preliminar, mandado instruir pelo ministro, que o procedimento de rotina não realizado permitiria o sólido ajustamento ao

tabuleiro da ponte da estrutura metálica móvel vulgarmente conhecido por «carrinho de avanço», o que salvaguardaria a segurança de pessoas e materiais. Um problema de porcas não ajustadas numa das extremidades estará na origem do desastre, ficando assim posta de parte a hipótese inicialmente avançada de erro técnico ao nível do processo construtivo, dos materiais ou das tecnologias utilizados no fabrico da estrutura que ruuiu de uma altura de 50 metros.

## Queimado vivo

Um índio brasileiro da tribo Pataxo foi queimado vivo por cinco adolescentes filhos de figuras da alta burguesia de Brasília, entre os quais se conta um juiz federal. Os cinco criminosos, que se deslocavam em automóvel, agiram sem qualquer motivo contra Gualdino Jesus dos Santos, que aguardava de madrugada um autocarro

numa paragem. Foi cercado pelos agressores, que o regaram com uma substância altamente inflamável e lhe pegaram fogo. A vítima não deverá sobreviver, dado que apresenta queimaduras em 85% do corpo. Os agressores foram identificados graças a uma testemunha que revelou a matrícula do carro em que se deslocavam.



## Londres paralisada com ameaça de bomba

No passado dia 21, quatro aeroportos da zona de Londres foram encerrados, juntamente com as principais estações londrinas, na sequência de um conjunto de ameaças de bomba atribuídas

ao Exército Republicano Irlandês (IRA). Londres e o centro do país ficaram numa situação caótica, com a capital inglesa praticamente paralisada. O IRA lançou, desde o início da campanha eleitoral actualmente em curso no Reino Unido, uma campanha visando paralisar os transportes rodoviários e ferroviários. A organização clandestina republicana costuma geralmente assinalar as suas acções com chamadas telefónicas, dirigidas à polícia ou aos órgãos de Comunicação Social, utilizando códigos que aquelas entidades facilmente identificam.



## Polícias manifestam-se

Mais de 500 polícias, agentes da PSP, concentram-se em Lisboa frente ao Ministério da Administração Interna tendo à frente os dirigentes da Associação Socio-Profissional da Polícia (ASPP), exigindo a criação de um Sindicato de Polícia. A manifestação ocorreu precisamente oito anos depois da

que, em 21 de Abril de 1989, terminou em repressão com jactos de água ordenada pelo então Governo de Cavaco Silva. A manifestação desta semana realizou-se na sequência de uma reunião de delegados da ASPP de todo o País que se realizou, de novo, nas instalações da Voz do Operário, onde foi aprova-

da uma Resolução que os manifestantes decidiram ir entregar em mão ao Ministro da Segurança Interna, Alberto Costa. O Ministro recusou-se a receber a delegação policial que o procurava, limitando-se a afirmar posteriormente à RTP que «há aqui um grande equívoco» pois «este Governo nunca prometeu que,

nesta legislatura, seria criado um sindicato na PSP», afirmando que a única coisa que está disposto a fazer é «melhorar o quadro de representação das associações socio-profissionais». Os manifestantes, em contrapartida, mimosearam o Ministro, na rua, com o epíteto de «aldra-bão».



## Convívio CDU no Pateo Alfacinha



Entre os mais de trezentos participantes, contavam-se quadros partidários, eleitos e candidatos CDU, numerosas personalidades da vida política e cultural do país apolantes do projecto da Coligação

Mais de trezentas pessoas, entre eleitos, dirigentes partidários e personalidades independentes apoiantes da CDU, participaram na passada segunda-feira num jantar de convívio promovido no Pateo Alfacinha pela Coordenadora Distrital de Lisboa da CDU.

Oportunidade para o reencontro de amigos, a iniciativa culminou com a intervenção de Carlos Carvalhas, secretário-geral do PCP.

O período de intervenções foi aberto por Blasco Hugo Fernandes, da Intervenção Democrática, que fez questão de destacar entre a numerosa assistência as presenças de António Galhordas, da Coordenadora Distrital de Lisboa, Isabel de Castro, do Partido Ecológico «Os Verdes», e o secretário-geral do PCP, Carlos Carvalhas.

Menção especial tiveram ainda os candidatos da CDU aos órgãos autárquicos de vários concelhos do distrito, designadamente Orlando de Almeida, presidente da CM da Amadora; Rogério Correia, eleito na Assembleia Municipal de Arruda dos Vinhos; António José Rodrigues, candidato à CM da Azambuja; Carlos Rabaçal, vereador da Câmara de Cascais; Demétrio Alves, presidente da CM de Loures; Olga Pires, candidata à CM de Mafra; Arnaldo Pereira, vereador da Câmara de Oeiras; Lino Paulo, vereador da CM de Sintra; António Bogalho, presidente da CM de Sobral de Monte Agraço; Daniel Branco, presidente da CM de Vila Franca de Xira e presidente da Junta Metropolitana de Lisboa.

Na breves palavras que proferiu, Hugo Fernandes responsabilizou a política do Governo PS pela «degradação da situação social» e pela «perda de direitos fundamentais do exercício de cidadania». Designadamente, falou da «perda do direito ao trabalho» e, no campo político, da «ameaça ao regime» democrático que representa o acordo de revisão constitucional entre o PS e o PSD. Afirmando a existência de «um descontentamento popular na sociedade portuguesa», o representante da ID considerou ser previsível que este descontentamento se reflecta nas opções do eleitorado já nas próximas autárquicas. «O grande desafio que se coloca à CDU», explicou, «é capitalizar a seu favor o descontentamento popular de modo a reforçar as suas posições nos órgãos autárquicos.»

A confiança num bom resultado e a consciência da obra realizada pelas autarquias da CDU foi a tônica da intervenção de Isabel de Castro, do Partido Ecológico «Os Verdes». Segundo afirmou, a Coligação tem «um modo diferente de estar no poder local, de entender o que é o exercício do poder político, de entender o que é desenvolvimento e as prioridades». Isabel de Castro falou do importante património construído nas autarquias CDU que, partindo da satisfação das necessidades básicas da população projectam-se agora nas mais diferentes áreas da vida económica, social e cultural. Reafirmando a identificação dos ecologistas com o espaço CDU, a deputada de «Os Verdes» frisou que as questões do ambiente, ordenamento do território, e melhoria da qualidade de vida das populações passam pelos «novos caminhos» que os eleitos da CDU em vários pontos do país do souberam abrir e que os actuais candidatos irão continuar.

# A confiança fundada na obra



## Intervenção de Carlos Carvalhas em Lisboa

Da intervenção de Carlos Carvalhas no convívio da CDU realizado no Pateo Alfacinha, transcrevemos os excertos mais significativos.

(...) A poucos dias de celebrarmos o 23º aniversário do 25 de Abril de 1974, esse acontecimento maior na história de Portugal contemporâneo e marco luminoso na vida de todos nós, olhando de frente a situação e os problemas do país e ajuizando com justa severidade a nefasta política do Governo do PS, o Partido Comunista Português afirma que é preciso e é urgente virar à esquerda!

É preciso virar à esquerda porque

## «É preciso virar à esquerda!»

essa foi a grande aspiração que saiu das eleições de Outubro de 1995 e porque essa foi a grande aspiração que desde então o PS e o seu Governo se têm encarregado de assassinar e defraudar, ao dar continuidade, em alguns casos uma continuidade agravada, à política de direita que foi imposta ao país durante 10 anos de Governo do PSD.

É preciso virar à esquerda porque o que claramente se perfila com a continuação da política de direita é o agravamento dos problemas de fundo do país, novos mais graves passos no sentido do reforço da exploração de quem trabalha, a agudização das injustiças e desigualdades sociais, da liquidação de direitos sociais, de adiamento e comprometimento de um verdadeiro projecto de desenvolvimento económico e social ao serviço de todos os portugueses e do progresso de Portugal.

É preciso virar à esquerda porque na opinião democrática, e incluindo em grande parte dos que votaram no PS, cresce a consciência e a revolta com o escândalo de ser um Governo do PS a empunhar bandeiras, prosseguir objectivos e tomar decisões que os governos de Cavaco Silva não tiveram força bem condições para impor e implantar na sociedade portuguesa, o escândalo de ser um Governo do PS que mais quer sacrificar e prejudicar os interesses direitos dos trabalhadores, o escândalo de ser um Governo do PS que se apresenta como o mais fiel defensor do grande capital, apareça ele às claras com os nomes concretos dos grandes senhores do capital financeiro ou às escondidas com o suave eufemismo dos «mercados».

É preciso virar à esquerda, não nas palavras para eleitor ouvir como de vez em quando faz o PS, mas nas grandes opções e orientações de política nacional, na resposta concreta aos problemas concretos dos portugueses que

justamente vêem desenhar-se um abismo cada vez maior entre a sua vida real e os indicadores económicos e sociais que a propaganda governamental a toda a hora debita.

É preciso virar à esquerda, não através das constantes encenações de falsos conflitos e espalhafatosas divergências que PS, PSD e PP montam dia sim dia não para esconderem que estão todos no barco da mesma política, mas através de uma corajosa ruptura com os eixos essenciais da política de direita no plano económico social e político.

A poucos dias das comemorações da inesquecível Revolução de Abril, é inteiramente oportuno lembrar que a viragem à esquerda de que Portugal precisa não é uma questão de apelos aos dirigentes e governantes do PS - que sabem muito bem o que andam a fazer e para quem é que estão a governar. É antes a questão de um grande e justo objectivo democrático que reclama dos trabalhadores, dos democratas, de todos os homens e mulheres de esquerda uma firme rejeição da resignação, uma forte vontade de intervenção e de luta e uma inabalável determinação de fazer ouvir a sua voz e a sua razão.

Quisemos em nome do PCP deixar estas primeiras palavras neste Encontro de quadros activistas e apoiantes da CDU porque se é verdade que as eleições autárquicas são eleições especiais em que o que mais se avalia e conta é o trabalho feito, o exercício do poder, os homens e mulheres concretos que se propõem para os órgãos autárquicos, também não é menos verdade que o quadro político geral não deixará de influenciar estas eleições.

As eleições autárquicas não se realizam numa redoma de vidro, imune ao quadro geral. (...)





## PS altera regimento na AM do Porto

Os eleitos CDU estão contra a alteração do regimento da Assembleia Municipal do Porto proposta pelo PS, considerando que a mudança de regras a oito meses do final do mandato «só se pode justificar pelo facto de o Partido Socialista temer perder a maioria que agora detém». Em conferência de imprensa realizada na passada segunda-feira, a CDU acusa o Partido Socialista de pretender «calar a voz dos restantes partidos, mesmo dos elementos do próprio PS que, nos últimos tempos, têm ousado pôr em causa, publicamente, a política seguida pelo executivo de Fernando Gomes».

A principal alteração passa pela «partidarização do funcionamento da AM», ou seja, todos deputados municipais passam a necessitar de uma autorização prévia da direcção da bancada partidária para usarem da palavra. O novo regimento obriga ainda os deputados independentes a integrar o grupo pelo qual foram eleitos; limita previamente o tempo de intervenção dos partidos com base em critérios de proporcionalidade; e retira os 30 minutos do período antes da ordem do dia que era dedicado aos presidentes das juntas de freguesia. Esta última restrição, observa a CDU, «revela o menosdesprezo com que o PS encara as juntas de freguesia», apesar de o PS deter 14 das 15 presidências de junta da cidade. O novo regimento elimina igualmente o direito que cada Partido tinha de definir uma vez por ano a Ordem de Trabalhos da AM.

Por outro lado, os eleitos da CDU lamentaram que o PS tenha inviabilizado o pedido apresentado pela Associação 25 de Abril no sentido de realizar na Assembleia Municipal uma sessão solene evocativa da Revolução dos Cravos.

Por último, a CDU fez a análise do relatório e contas de gerência de 1996, chamando a atenção para a «inflação das receitas do orçamento; baixa execução dos investimentos previstos, distorção da gestão municipal e a volumosa dívida do município que ronda actualmente os 14 milhões de contos». A Coligação recorda que o executivo PS herdou um saldo positivo de sete milhões de contos. Mesmo assim, «muitas das promessas ficam por cumprir e algumas obras por acabar».

## Iniciativas no Porto

A passada semana ficou marcada por um vasto conjunto de iniciativas no distrito do Porto, promovidas quer pela CDU quer pelas organizações locais do PCP. Especial importância tiveram o debate promovido por antigos deputados constituintes e da Assembleia da República contra o acordo de Revisão Constitucional PS/PSD e a sessão de solidariedade com os «Sem Terra» do Brasil que, contando com a destacada intervenção de comunistas, registaram uma participação muito alargada de outras organizações e pessoas de esquerda.

Três grandes jantares concelhios foram promovidos para simultaneamente evocar o 25 de Abril e dinamizar o trabalho da CDU para as eleições autárquicas. Na Póvoa do Varzim participaram 130 pessoas; em Matosinhos 110; e em Paredes 133. Jerónimo de Sousa, Emídio Ribeiro, ambos da Comissão Política do PCP, e o General Vasco Gonçalves foram os convidados de honra destas confraternizações, onde usaram também da palavra os candidatos às câmaras já anunciados publicamente, respectivamente, José Cavalheiro, Joaquim Cancela e Cristiano Ribeiro.

Integrados nos contactos com as populações que a CDU vem efectuando, autarcas, candidatos e activistas das CDU realizaram visitas na orla marítima de Matosinhos, em Vila d'Este e na freguesia de Ramalde.

## CM de NISA reclama estabilidade de emprego

O presidente da CM de Nisa enviou uma missiva ao secretário de Estado da Administração Pública em que reclama a entrada em vigor das medidas legislativas que visam estabilizar o emprego precário na Administração Pública.

O edil de Nisa considera que o vazio legislativo não favorece a elaboração do plano de actividades da autarquia e alerta que a actividade municipal ficará comprometida se até 1 de Maio não for aplicada qualquer medida legislativa que permita manter ao serviço da Câmara os trabalhadores actualmente com vínculo precário.

# Candidatos da CDU

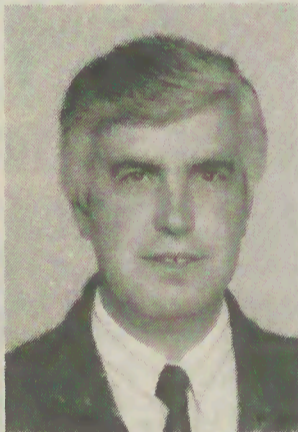
## AZAMBUJA



António José Rodrigues

António José Rodrigues é o candidato da CDU à Câmara Municipal da Azambuja. Tem 53 anos, é advogado gestor judicial de empresas. É membro da Comissão Concelhia da Azambuja do PCP, foi presidente da Junta de Freguesia de Manique do Intendente de 1980 a 1982 e presidente da Câmara Municipal da Azambuja entre 1983 e 1985.

## BORBA



João Manuel Proença

Com a presença de Luís Sá, membro da Comissão Política do PCP, realizou-se a apresentação pública de João Manuel Proença e Joaquim Miguel Manguinhas como cabeças de lista à Câmara e Assembleia Municipal de Borba, órgãos aos quais actualmente presidem.

Na sessão, a propósito da candidatura de Joaquim Manguinhas à AM, Luís Sá realçou a importância do contributo dos independentes nas listas CDU, que se assume como um «espaço de unidade».

João Proença fez uma intervenção destacando o trabalho realizado nos últimos sete anos e meio e os projectos que a equipa da CDU tem para o futuro do concelho.

## LOURES

Maria do Carmo Guilhaume é a cabeça de lista da CDU à Junta de Freguesia de Loures. O anúncio foi feito no passado sábado, no decorrer de um debate realizado no Pavilhão Paz e Amizade sobre o desenvolvimento da Freguesia e as propostas da Coligação.

## GRÂNDOLA



Fernando Travassos

Em Grândola, a CDU apresentou os seus candidatos à Câmara e Assembleia Municipal no decorrer de uma iniciativa que juntou cerca de 250 pessoas e contou com a presença de Luís Sá, membro da Comissão Política do PCP. A lista à Câmara é encabeçada por Fernando Travassos, actual presidente da edilidade, e à Assembleia Municipal por Figueira Mendes.

Na sua intervenção, Fernando Travassos considerou a sua candidatura como «um desafio, exactamente porque estando resolvidos no essencial os problemas básicos da população, põe-se agora um conjunto de novos problemas e de novas exigências a que é preciso saber dar resposta».

## MONTIJO



Jacinta Ricardo

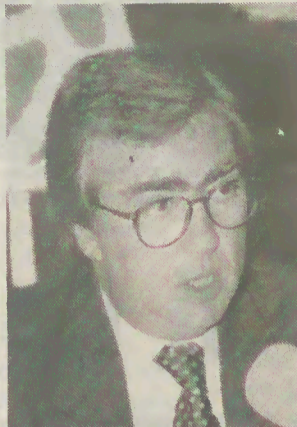
Numa sessão pública realizada no passado dia 11 de Abril, a coordenadora CDU do Montijo anunciou a candidatura de Jacinta Ricardo à Câmara Municipal. A lista à Assembleia é encabeçada por Antero Brotas.

Jacinta Ricardo é a actual presidente da edilidade, eleita no mandato de 1993/97. Nasceu em Vendas Novas, tem 48 anos, e vive no Montijo desde 1954. Técnica de gestão e contabilidade, é membro do PCP desde 1974 e do Conselho Nacional do Movimento Democrático das Mulheres. Foi eleita vereadora nos mandatos 1983/85, 1986/89 e 1990/1993, tendo assumido a presidência da autarquia em Março de 1990.

Antero Lúcio Brotas é militante comunista desde 1976, mas desde 1953 que tem ligação ao PCP. Foi eleito presidente da Comissão Adminis-

trativa da freguesia do Montijo, em plenário popular em Julho de 1974, e depois eleito sucessivamente nas listas da FEPU, APU e CDU.

## PORTALEGRE



Joaquim Miranda

O deputado comunista no Parlamento Europeu Joaquim Miranda é o candidato da CDU à Câmara Municipal de Portalegre. O anúncio foi feito na passada sexta-feira durante um encontro com a imprensa, durante o qual Joaquim Miranda declarou a sua «efectiva e total disponibilidade» para «se for essa a vontade dos portalegrenses» trocar «o Parlamento Europeu pela Câmara de Portalegre».

O candidato afirmou que sempre manteve «uma relação de grande proximidade com o concelho», e disse «não ser insensível ao profundo atraso e à falta de perspectivas que atingem Portalegre e, também, a convicção que muitos portalegrenses me têm vindo a transmitir de que a minha candidatura pode contribuir para inverter essa situação».

## SILVES



José António Viola

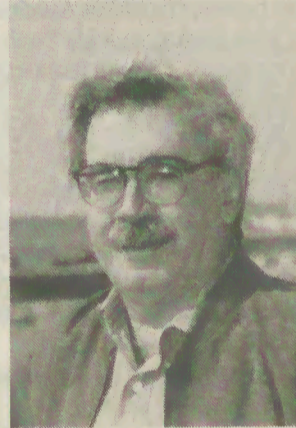
Sexta-feira da passada semana, a CDU de Silves promoveu a apresentação da candidatura José António Viola à presidência da Câmara. Na ocasião, o candidato que é o actual presidente da autarquia, dedicou o discurso ao balanço do mandato que agora termina recordando a difícil situação financeira em que a câmara se encontrava quando a CDU venceu as últimas eleições autárquicas. «As dívidas da edilidade subiam a mais de 400 mil contos. Passados três anos todos reconhecem que a nossa



situação financeira é estável e a autarquia recuperou a sua imagem de boa pagadora», referiu José Viola. Consciente do trabalho realizado, José Viola sublinhou a seriedade e responsabilidade da lista CDU: «Se prometemos, cumprimos».

O candidato tem 48 anos e é funcionário das finanças. Foi presidente da Câmara de Silves entre 1986/89, vereador entre 1989/93 e presidente da Junta de Freguesia de Silves entre 1979/85. É membro da Concelhia de Silves do PCP e da Coordenadora da CDU, integrando ainda diversos organismos como o Conselho Geral da Associação Nacional de Municípios Portugueses, a Comissão de Turismo do Algarve e a Assembleia Distrital de Faro.

## SINES



Manuel Coelho Carvalho

Tal como noticiámos na edição anterior, os cabeças de lista da CDU à Câmara e Assembleia de Sines são, respectivamente, Manuel Coelho Carvalho e Francisco Pacheco.

Manuel Coelho Carvalho tem 54 anos, e trabalha como médico em Sines desde 1979. Radicou-se no concelho em 1982 onde desenvolve a sua actividade de médico de família e de medicina do trabalho. Antes do 25 de Abril, empenhou-se nas lutas estudantis dos anos 50/70 e ligou-se ao PCP em 1973. Preso pela PIDE em 1972 sofreu a tortura do sono durante cinco dias em Caxias.

Francisco Pacheco é natural de Sines, tem 50 anos e há 21 anos que está à frente da Câmara. É membro da Concelhia do PCP e da DORS. Foi delegado do Ministério da Agricultura, representante dos municípios do Litoral Alentejano na Unidade de Gestão dos Fundos Comunitários, pertence ao concelho Administrativo da Associação de Municípios do Distrito de Beja e da Associação de Municípios do Litoral Alentejano. A história da vila de Sines depois do 25 de Abril está ligada a Francisco Pacheco, figura que desde as primeiras eleições autárquicas liderou sucessivas equipas da FEPU, APU e CDU que transformaram radicalmente o concelho.



## TRABALHADORES

## Declaração conjunta do STAL e do STML

**Administração Local aprovou acções de luta para Maio**

Um dia de greve geral, uma semana de concentrações em S. Bento e vários dias de greves parciais vão mostrar que os trabalhadores das autarquias de todo o País recusam a continuação das políticas cavaquistas.

As acções de protesto foram divulgadas na semana passada, em conferência de imprensa conjunta, pelo Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local e pelo Sindicato dos Trabalhadores do Município de Lisboa, que assim dão seguimento a iniciativas anteriores.

Os sindicatos representativos dos trabalhadores das autarquias acusam o Governo de António Guterres de prosseguir uma política «assente na contenção salarial, na descharacterização do emprego e no aprofundamento da linha privatizadora» iniciada pelos executivos de Cavaco Silva e do PSD. Como tal acção governativa conduz aos mesmos resultados, o Governo do PS «é o responsável pelas acções de luta que têm vindo a ser desenvolvidas pelos trabalhadores das autarquias».

A declaração conjunta do STAL e do STML aponta os motivos da justa revolta dos homens e mulheres da Administração Local:

- o Governo aprofundou o fosso entre os valores do salário mínimo nacional e do índice 100 na Administração Pública, contrariando inclusivamente o compromisso assumido perante os sindicatos pelo ministro Jorge Coelho em Janeiro de 1996;

- ainda está por concretizar a regulamentação do subsídio de insalubridade, penosidade e risco (que deveria ter ocorrido até 30 de Junho passado);

- também ainda não foi reposto o direito dos trabalhadores a ajudas de custo, quando deslocados em serviço público (medida que tinha como limite de implementação o dia 31 de Outubro);

- estão longe dos objectivos visados a reestruturação e a revalorização das carreiras profissionais;

- a actualização salarial de 3 por cento, decretada para os trabalhadores do Estado, fica abaixo do indicador para o sector privado e, mesmo na Administração Pública, foi recentemente ultrapassado, penalizando quem menos ganha.

«Para nós, trabalhadores das autarquias, a prometida política virada para as pessoas, com paixões pelo meio, tem que assentar num outro caminho», reclamam o STAL e o STML, pois «da afronta, do ataque a direitos inalienáveis, do tratamento subalterno

dos trabalhadores das autarquias locais, do ataque à sua dignificação profissional, bastaram-nos 10 anos de cavaquismo».

**Concentrações e greves**

Os sindicatos decidiram empenhar-se em conjunto

numa série de acções, concretizando assim a já existente convergência de objectivos.

Na semana de 5 a 9 de Maio, das 10 às 13 horas, estarão concentrados dirigentes e delegados sindicais (das estruturas regionais do STAL e dos sectores do STML) no jardim junto à residência oficial do primeiro-ministro. As delegações entregarão, todos os dias, ofícios dirigidos a António Guterres, exigindo a aplicação do acordo que o Governo subscreveu com os

sindicatos da Administração Pública.

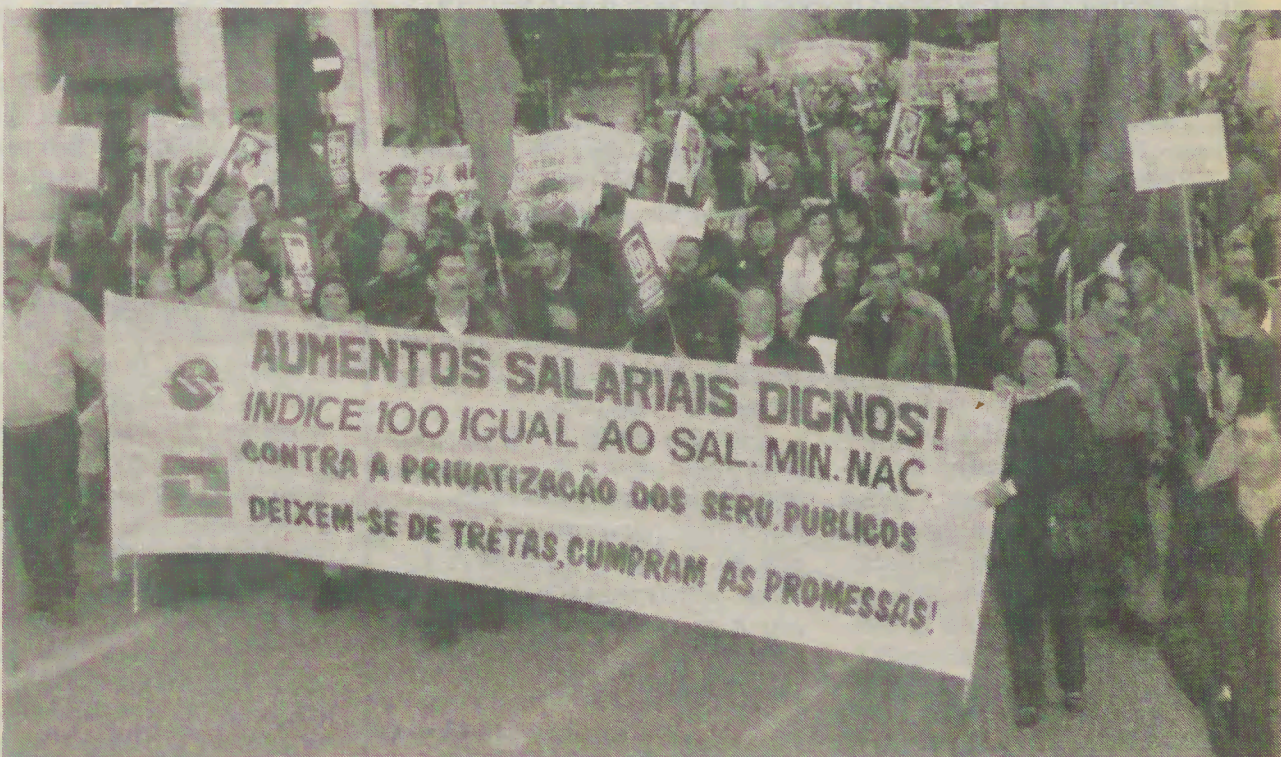
No dia 7 de Maio, às 16 horas, realiza-se neste local uma concentração de trabalhadores do município de Lisboa.

Para 19 de Maio está marcada uma greve geral da Administração Local, abrangendo o Continente e a Madeira. Nos dias 17 e 18 (sábado e domingo) há greve ao trabalho extraordinário e para dia 20 está convocada greve às horas extraordinárias.

No concelho de Lisboa, a

greve geral de dia 19 (que abrange também os Sapadores Bombeiros) prolonga-se no sector de Limpeza Urbana por mais 24 horas, com recusa de horas extraordinárias até dia 25.

Nos Açores a paralisação de 24 horas ocorre no dia 16, seguida da recusa de trabalho extraordinário a 17 e 18. Nesta Região Autónoma, os trabalhadores protestam ainda contra a falta de cumprimento das promessas de Carlos César e do PS quanto ao subsídio de insularidade.

**Função Pública dos Açores marca greve de 24 horas**

Os trabalhadores da Administração Pública Regional açoriana vão ser chamados a paralisar no próximo dia 16 de Maio, como forma de luta pela reposição da remuneração complementar (subsídio de insularidade) e pela resolução do problema do emprego precário.

A greve foi convocada pelo Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública do Sul e Açores, cuja direcção regional esteve reunida na terça e na quarta-feira da semana passada, em Ponta Delgada.

A decisão foi tomada «em face do recuo do Governo Regional, em relação àquilo que prometeu na campanha elei-

toral, no que toca à remuneração complementar», e aos «enormíssimos abusos no cumprimento do DL 81-A/96 e os inúmeros e ilegais despedimentos» de trabalhadores com vínculo precário.

Está ainda na base desta luta o facto de o Governo Regional ter aplicado nos Açores a nova Portaria Regulamentadora de Trabalho para as Instituições Particulares de Solidariedade Social «sem ter em conta as diferenças que já existiam». Os problemas assim criados são agravados pela «postura antidialogante» da União das IPSS, que não respondeu à proposta de actualização salarial enviada há dois meses pelo sindicato

**Produção parou por completo nos três estaleiros da Lisnave**

Uma greve de 24 horas paralisou na semana passada os estaleiros da Lisnave na Rocha do Conde de Óbidos, na Margueira e na Mitrena. Segundo a Federação dos Metalúrgicos, a produção ficou totalmente paralisada, registando uma adesão global de 98 por cento dos trabalhadores.

Ao comentar a forte participação nesta greve, a Comissão de Trabalhadores da Lisnave sublinhou que «os trabalhadores reagiram de uma forma enérgica, manifestando o seu veemente repúdio pela atitude do Governo e do Grupo Mello pela política

de facto consumado, e deixaram clara a exigência do respeito pela lei e por todos os seus direitos individuais e colectivos».

Lembrando que o acordo assinado pelo Governo e o grupo José de Mello «divide a Lisnave em 3 empresas, divide os trabalhadores e aponta para a retirada de regalias», a CT diz esperar que o executivo de Guterres e Augusto Mateus e a administração dos estaleiros «tenham estado com os olhos abertos para a firmeza demonstrada pelos trabalhadores e afastem definitivamente as

intencões manifestadas de retirarem direitos».

Solidarizando-se com a luta do pessoal da Lisnave, a União dos Sindicatos de Setúbal denunciou as tentativas de implantar nos estaleiros a total ausência de direitos nas relações de trabalho, ao mesmo tempo que, «num negócio de grande favor para o Grupo Mello, o Estado oferece a Setenave por 5 milhões de contos e nacionaliza as dívidas, assumindo, através da Gestenave, encargos que, entre débitos ao Fisco e à Segurança Social, empréstimos ban-

cários e obrigacionistas e complementos de reforma, chegam a 36,6 milhões de contos, a que junta mais 10 milhões de contos para investimento, através do Pedip».

Também no dia 16, revelou a Federação dos Metalúrgicos, entraram em greve os trabalhadores da Siderurgia Nacional Empresa de Serviços e da Fábrica de Aços Planos, empresas onde, depois da reprivatização, as administrações pretendem pôr em causa direitos conquistados e consagrados na contratação colectiva.

**Convite à ministra**

A União dos Sindicatos de Braga, reagindo à notícia de que a ministra do Emprego iria visitar segunda-feira passada algumas empresas do Vale do Ave, para verificar o cumprimento da Lei 21/96, desafiou Maria João Rodrigues a deslocar-se às fábricas da Riopole, Têxtil Manuel Gonçalves, Somelos, Lameirinho, Coelima, Sampaio Ferreira, Oliveira Ferreira, F. Carvalho, TARF, Incotex, Grupo Almeida e Filhos, Têxtil Vizela, Sedas Vizela, Fifitex, ATMA e a «dialogar com os trabalhadores que há 20 semanas lutam, fazendo greve, pelo cumprimento da Lei aprovada na Assembleia da República». A USB/CGTP lamentou que a ministra se deslocasse à região «na mais rigorosa clandestinidade» e sem ter «a coragem de enfrentar os problemas cara a cara, olhos nos olhos, com os trabalhadores, com os empresários, com as suas associações», de forma a «conhecer os problemas existentes e encontrar soluções». Na nota de imprensa divulgada pela USB manifesta-se a esperança de que a ministra «tenha o sentido democrático das responsabilidades e não confunda o acordo, que ela fez com os patrões, com a Lei».

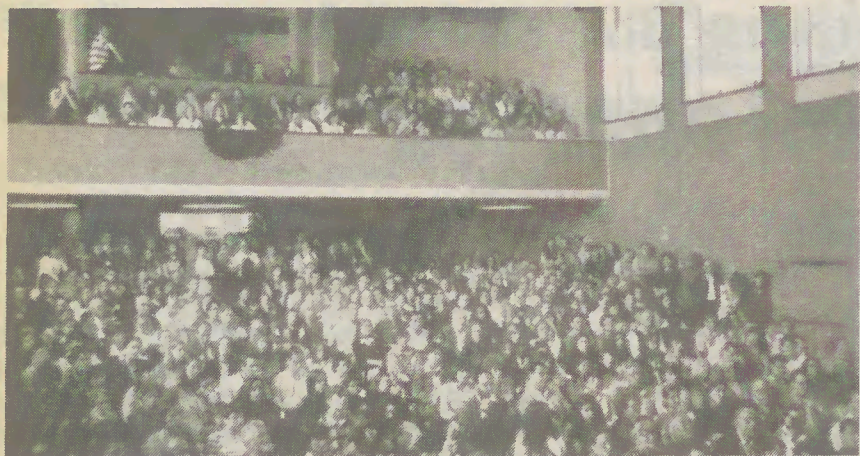
**Professores pela vinculação**

A Fenprof anunciou uma série de acções para protestar publicamente contra a situação de 40 mil professores que há vários anos são contratados provisoriamente, sem qualquer garantia de trabalho após Agosto de cada ano e sem qualquer vínculo ao Ministério da Educação. Desde antontem (iniciativa do sindicato da Grande Lisboa) e uma vez por mês, cada um dos sindicatos da federação promove uma manifestação junto ao edifício do ME, na Avenida 5 de Outubro, em Lisboa. No mesmo dia, também o Sindicato da Zona Sul realizou uma jornada de protesto na Praça do Giraldo, em Évora, com distribuição de documento à população.

**Autosil continua**

As greves na fábrica de baterias Autosil, em Paço D'Arcos, foram retomadas antontem, por 48 horas. Está já marcada nova paralisação para dia 29. O Sindicato das Indústrias Eléctricas do Sul e Ilhas apontou como motivos destas lutas (tal como das greves realizadas a 10 de Março e a 1 e 3 de Abril) a exigência de redução do horário de trabalho e de aumentos dos salários e das diuturnidades.





## Álvaro Cunhal em Coimbra

No passado dia 17 de Abril, realizou-se, no Anfiteatro Paulo Quintela, da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, um debate com a participação de Álvaro Cunhal. Convidado pelos representantes dos alunos nos conselhos Directivo e Consultivo desta Faculdade, Álvaro Cunhal foi recebido por centenas de estudantes e docentes que, durante mais de três horas, confrontaram, debateram e trocaram ideias sobre *A Arte, o Artista e a Sociedade*.

Neste «Encontro», como Álvaro Cunhal fez questão de se lhe referir, foram abordados muitos a variados temas, entre os quais - A liberdade de criação artística; o marxismo e as vanguardas artísticas; as relações culturais com os países africanos de língua oficial portuguesa; o chamado *realismo socialista* na arte; o materialismo e a criação artística; a sonogação artística por motivos políticos; a obra artística como pertença da sociedade.

Na mesa do debate esteve um representante da Reitoria da Universidade, o Professor Doutor João Roque, o Presidente do Conselho Directivo da Faculdade de Letras, Professor Doutor Francisco Oliveira: em representação da Instituto de História de Arte esteve o Professor Doutor Nelson Correia Borges e o estudante Paulo Marques, membro do Conselho Consultivo. O «Encontro» foi moderado pelo Professor Doutor António Pedro Pita, do Instituto de Estudos Filosóficos.

Na véspera, Álvaro Cunhal estivera na Escola Secundária D. Duarte, a convite da respectiva Associação de Estudantes, num debate em que participaram cerca de 300 alunos e professores. O *25 de Abril, 23 anos depois* foi o tema do colóquio realizado no dia seguinte, no Pavilhão da Escola Manuel da Silva Gaió, a convite da Associação de Pais, e no qual estiveram presentes cerca de quinhentos alunos.

### Na Covilhã

A convite da Associação de Estudantes da Universidade da Beira Interior, Álvaro Cunhal encontrou-se, no passado dia 15, com cerca de 300 estudantes, num debate realizado no Pólo 4 da Ernesto da Cruz.

Na noite desse mesmo dia, o dirigente comunista participou numa reunião, que teve lugar no Centro de Trabalho da Covilhã do PCP, e na qual esteve presente cerca de uma centena de camaradas. Álvaro Cunhal considerou a iniciativa como uma oportunidade para uma troca de opiniões franca e aberta sobre os problemas que preocupam os comunistas no momento presente.

Começando por salientar que a época histórica que atravessamos, tanto pela evolução da situação mundial como da que se vive no nosso próprio país, coloca problemas sérios que exigem uma visão clara das situações, muita confiança e respostas acertadas na orientação das lutas, Cunhal salientou que se vive hoje numa fase em que o imperialismo - os Estados Unidos, os países mais poderosos da União Europeia e o Japão - procura levar por diante uma ofensiva geral (ideológica, diplomática, económica e militar) no sentido de restabelecer a hegemonia mundial do capitalismo.

Referindo-se ao PCP, sublinhou que o Partido se mantém fortemente ligado às duas

razões essenciais que estiveram na base da sua fundação em 1921. Uma, a de ter sido uma criação dos trabalhadores portugueses que fundaram um Partido completamente independente dos interesses das forças do capital. Outra, a de haver sido inspirado e animado pelo exemplo da Revolução Russa de 1917 que, pela primeira vez numa história de milénios, a humanidade se lançou na tarefa da construção de uma sociedade sem classes dominantes nem explorados.

Numerosas opiniões e perguntas surgiram no debate que se seguiu, com especial destaque para as questões levantadas pela Moeda Única, pela revisão constitucional, pelas leis eleitorais, pelas privatizações. Álvaro Cunhal terminou falando da Covilhã, terra de grandes tradições no movimento operário e na luta dos trabalhadores, dos democratas, dos comunistas.

### Homenagem a Bento Caraça

Em Setúbal, na passada sexta-feira, Álvaro Cunhal foi orador numa conferência promovida pela Universidade Popular de Setúbal - UPS, que se realizou no salão da Sociedade Musical Capricho Setubalense. *O Exemplo de Bento Caraça 23 Anos depois do 25 de Abril* foi o tema da conferência que encheu completamente o salão, onde se registaram as presenças de personalidades setubalenses, de sindicalistas e de destacados dirigentes e militantes comunistas, nomeadamente da vereadora Regina Marques, do deputado e cabeça de lista candidato pela CDU à Câmara, Ruben de Carvalho, de Valdemar Santos, responsável pela organização do PCP no concelho. Álvaro Cunhal, que chegou acompanhado de Jorge Pires, membro da Comissão Política do CC do PCP, tomou lugar na mesa, onde se encontravam o camarada Francisco Lobo, antigo presidente da Câmara, o filho de Bento Caraça, José Manuel Caraça, sócio fundador da Universidade Popular de Setúbal, e Adriana Simões, que apresentou a conferência em nome da UPS.

Adriana Simões, referindo-se à participação de Álvaro Cunhal, afirmou que tal se compreendia porque «entendemos que existe uma grande identidade entre estas duas personalidades - inteligência brilhante, estatura moral invulgar, um ideal de vida que se orienta para os problemas do colectivo».

Na breve introdução que proferiu, dando campo à intervenção dos presentes que ocuparam largo espaço dando testemunho do seu «encontro» com Bento Caraça e com o PCP, de que este cientista foi membro, Álvaro Cunhal destacou a actualidade do seu exemplo, nomeadamente demonstrando a coerência entre o pensamento e a acção do prestigiado intelectual comunista.

## Contra Acordo PS/PSD Constituintes lançam no Porto abaixo-assinado

A ideia nasceu de um grupo de antigos deputados do distrito do Porto à Assembleia Constituinte e à Assembleia da República do PS, da ID e do PCP, indignados com o acordo PS/PSD de revisão constitucional.

Adelino Teixeira de Carvalho, Alberto Andrade, Avelino Gonçalves, Ilda Figueiredo, Lino Lima, Manuel Pires, Manuel Ramos e Raul Castro encabeçaram e deram corpo à iniciativa de um Abaixo-assinado, dirigido ao Presidente da Assembleia da República e de um debate que contou com a participação de João Amaral, deputado do PCP, membro da Comissão Eventual de Revisão Constitucional, e que teve a presença interessada de mais de uma centena de pessoas.

Manuel Ramos, deputado constituinte eleito pelo PS (que foi já vice-Governador Civil do Porto e também director do Jornal de Notícias) exprimiu, emocionado, o significado da Constituição aprovada em 1976, as sucessivas tentativas para a descaracterizar ou minimizar o valor e alcance das suas disposições. Citando Jorge Miranda, falou na falta de coerência em alguns homens que se dizem de esquerda, mas que, consciente ou inconscientemente defendem posições de direita. Zurziu naqueles para quem o preâmbulo da Constituição é «coisa velha e inútil», e lembrou que essa é «uma peça histórica a lembrar aos vindouros, aos esquecidos ou aos voluntariamente ignorantes que essa Constituição só foi possível com o Movimento das Forças Armadas em 25 de Abril de 1974, Movimento que libertou Portugal da ditadura, da opressão e do colonialismo, o que representou uma transformação revolucionária e o início de uma viragem histórica da sociedade portuguesa». Interrogou-se se os actuais deputados do Partido Socialista concordarão «com esta enorme cabala, na sua indecorosa aliança com a direita», admitindo que por alguns deles arriscará ainda pôr as mãos no fogo... Evocando a hora sublime da votação da Constituição em 2 de Abril de 1976, Manuel Ramos afirmou que «destruir a Constituição é destruir o espírito de Abril, os seus valores e ideais. Destruir o riquíssimo património de luta e de resistência a que tantos homens se entregaram abnegadamente durante o período fascista. Alguns até à morte». Terminou com um apelo aos deputados para não «descaracteri-

zar a Constituição, mais do que ela está» e para que respeitem o povo.

Intervieram ainda Raul Castro para lembrar não ser esta a primeira vez que o Governo Guterres cede ao PSD, e destacar a importância do Abaixo-assinado, Adelino Teixeira da Silva sobre aspectos negativos do acordo, designadamente os que respeitavam à democracia económica e social, quando deixa de impor a existência de um Sector Público ou quando abre para a admissão de privatização de sectores sociais e João Amaral que começou por sublinhar a coincidência oportuna da realização desta sessão, com as próximas comemorações do 25 de Abril.

João Amaral tornou claro que nem a actual Assembleia da República tem poderes constituintes, poderes para rasgar a Constituição vigente e fazer uma nova, como também, ao concretizar uma revisão, a Assembleia da República deve guiar-se política e juridicamente pela garantia do núcleo essencial da Constituição. «A revisão constitucional com os contornos que esta assume, não é necessária. Não há nenhum problema de regime, nenhum bloqueio, nenhuma exigência imperiosa. O que é urgente e inadiável é combater o trabalho precário, instituir as regiões, garantir a igualdade de oportunidades entre homens e mulheres, subir as pensões aos reformados, criar emprego, reformar o ensino, resolver a crise das urgências hospitalares e tantas outras questões.

Na perspectiva de que não há conjuntura partidária nem interesse de partido ou de Governo que possam justificar a traição a princípios e valores democráticos da Constituição, como o pluralismo, a unidade do Estado, a separação e equilíbrio de poderes, entre outros, João Amaral explicitou os aspectos mais significativos do acordo PS/PSD, onde fica claro o **caderno reivindicativo** que o PSD há muito exhibe e que nunca conseguiu executar. «O PSD está a conseguir mais agora, que é minoria na Assembleia, do que conseguiu quando maioria absoluta e tentou várias vezes dar corpo jurídico a esse caderno reivindicativo.»

Várias intervenções da assistência e ainda da mesa deram força à necessidade da intervenção dos democratas e antifascistas de lutar contra este acordo. Impedir o PS e o PSD de levar avante algumas das cláusulas que negociaram é possível dado o largo campo de oposição. A recolha de assinaturas contra o acordo é uma parte dessa luta.



A Casa da Cultura de Coimbra encheu-se de gente solidária com Os Sem Terra

## Solidariedade com os Sem Terra

A solidariedade com o Movimento dos Sem Terra (Brasil) teve grande expressão nos distritos de Coimbra e Viseu. Neste último, duas exposições/venda de cartazes de fotografias de Sebastião Salgado decorreram entre 14 e 19 de Abril nas cidades de Viseu e Tondela, por onde passaram centenas de pessoas, incluindo grupos organizados de professores e alunos de escolas da região.

Para além de um debate público, o programa foi preenchido com a realização de espectáculos de música e teatro, com a participação de Carlos Clara Gomes, do Trigo Limpo/Teatro ACERT, do grupo musical Tarrafal e do grupo de teatro Kaiowas.

Em Coimbra, a sessão pública de solidariedade com o Movimento dos Camponeses Sem Terra teve lugar na sala de conferências da Casa da Cultura de Coimbra, espaço que se revelou pequeno para as mais de 200 pessoas que se juntaram para ouvir, intervir e questionar os intervenientes, Fernando Oliveira Batista, Jaime Ferreira, José Saramago e Carlos Amaro.



## ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

## Luís Sá acusa Governo

## "Em vez de tomar medidas, faz anúncios"

O deputado comunista Luís Sá acusou o Governo de sempre que está em dificuldades optar não pelo adopção de medidas mas por "fazer novos anúncios que esquece logo após ter obtido os efeitos mediáticos imediatos que pretendia". Testemunho desta prática em que o Executivo se tornou useiro e vezeiro, segundo o parlamentar do PCP, é o processo de regionalização, relativamente ao qual, lembrou, ainda não foi esquecido o anúncio do primeiro-ministro feito há um ano da tribuna do Parlamento garantindo que haveria eleições para as regiões administrativas até final de 1997.

Na declaração política que proferiu numa das sessões plenárias da semana transacta outros exemplos foram elencados por Luís Sá comprovando que o Governo "anuncia e volta a anunciar o que já anunciou, esquecendo os prazos antes refe-

ridos". É o caso, citou, da recente declaração sobre um aumento em 20 por cento do Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF), anúncio muito propagandeado mas que omitiu o facto de, por um lado, em dois anos consecutivos não ter sido cumprida a Lei

das Finanças Locais, e, por outro lado, ter esquecido a promessa de que iria duplicar os recursos financeiros das autarquias.

Recordado por Luís Sá a este respeito foi ainda o anúncio da Lei de Bases do Ordenamento do Território, cujo conteúdo evidencia contra o que antes foi dito inúmeros "aspectos centralistas e insuficientes", bem como, a outro nível, a promessa de eleitos a tempo inteiro nas freguesias a partir de certa dimensão, que acabou afinal por abranger um reduzido número das mesmas depois das tropelias do Governo para retirar a dezenas delas esse direito que a lei lhes conferia.

Mas é da revisão constitucional que, no entender de Luís Sá, vêm "as principais ameaças no

momento às autarquias". Fundamentando o seu ponto de vista, assinalou, desde logo, a medida prevista no acordo PS/PSD de "remeter para lei ordinária o sistema de eleição dos executivos autárquicos, desvalorizando a própria ideia de Constituição", a que acresce, frisou, a aceitação da "possibilidade de câmaras de um só partido", em vez de câmaras directamente eleitas, com base na proporcionalidade, em que há vereadores de diversos partidos e está franqueada a porta à intervenção de todos.

Dedicada ao poder local e às eleições autárquicas, a declaração política de Luís Sá constituiu-se ainda numa oportunidade para levar ao conhecimento dos deputados os resultados da recente conferência realizada

pelo PCP sobre esta matéria. O parlamentar comunista lembrou nomeadamente um conjunto de dados que confirmam a imensa obra da CDU realizada no poder local e que atestam a sua liderança neste domínio, "com consequências na saúde pública e em indicadores como a mortalidade infantil".

Entre os muitos exemplos que ilustram a "obra gigantesca" levada a cabo pelos eleitos da CDU, por si recordados, foram, designadamente, as acções e medidas no plano da protecção ambiental e conservação e defesa do património natural, a construção de equipamentos e actividades culturais, bem como a prática de um correcto planeamento e gestão do urbanismo e do ordenamento do território.

## Obras no Algarve



O PCP solicitou à ministra do Ambiente e Recursos Naturais uma reunião com carácter de urgência para debater a

construção da Barragem de Odelouca, bem como a abertura da Barra de S. Luís e o desassoreamento da Ria Formosa. Formalizado em carta subscrita por Luís Sá, José Calçada e Lino de Carvalho, este pedido surge na sequência de uma visita efectuada ao Algarve no decorrer da qual os deputados comunistas ouviram várias queixas das populações e constataram que, por exemplo, o atraso do processo conducente à construção da barragem de Odelouca pode vir a inviabilizar o seu financiamento pelo II Quadro Comunitário de Apoio.

## Audição sobre as pescas



O Grupo Parlamentar do PCP solicitou à Comissão Parlamentar de Agricultura, Desenvolvimento Rural

e Pescas a realização de uma audição pública ao ministro da Agricultura, por considerar "extremamente grave" a situação da actividade pesqueira nacional. Os deputados comunistas consideram necessária a intervenção da Assembleia da República após o Conselho Europeu das Pescas ter no passado dia 15 apontado para a "redução global em 30 por cento das capturas de sardinha e pescada". Considerando que este não é um acto isolado, lembram, por outro lado, o recente Acordo Euro-Mediterrânico com Marrocos que abriu os mercados europeus à entrada à taxa zero das exportações de conservas marroquinas, o que já se traduziu numa redução em 31 por cento das exportações de conservas portuguesas em 1996. Na audição, o PCP pretende que sejam igualmente ouvidos o secretário de Estado das Pescas, associações de armadores, organizações dos produtores de pesca e sindicatos dos trabalhadores do sector.

## Aval à UGT



A Assembleia da República aprovou na semana transacta um voto de protesto sobre a concessão de

um aval à UGT. Apresentado pelo CDS/PP, o voto recolheu os votos contra do PS e a abstenção do deputado popular Moura e Silva. O texto considera "inaceitável" o aval concedido pelo governo à UGT, afirmando que põe em causa "a desejável e indispensável autonomia" da central sindical face ao poder político. Os deputados aprovaram também, por unanimidade, um projecto de resolução apresentado pelo PS sobre a criação do "Prémio Timor-Leste", a atribuir pela Assembleia da República. Aprovada, na generalidade, foi ainda a proposta de lei do governo sobre o novo regime jurídico dos acidentes de trabalho e das doenças profissionais. Este diploma teve os votos a favor do PS e do PP, a abstenção do PSD e os votos contra do PCP e do PEV.

A Assembleia da República aprovou igualmente por unanimidade e na generalidade a proposta de lei do governo e o projecto de lei do PCP que introduzem alterações ao estatuto dos eleitos locais

## A "publicidade" de Sousa Franco

O Grupo Parlamentar do PCP quer saber se foi "Sousa Franco ou o erário público" a pagar o custo da publicidade inserida no "Diário Económico" de 16 de Abril e quais as razões que presidiram à decisão do Governo em privilegiar apenas um órgão de comunicação social.

A questão foi suscitada pelo líder da bancada comunista, Octávio Teixeira, em requerimento dirigido ao primeiro-ministro onde contesta a inserção naquele periódico, "como publicidade paga", de uma carta dirigida pelo ministro das Finanças à presidente da Comissão de Economia e Finanças, Manuela Ferreira Leite.

"O governo parece ter inaugurado uma nova forma de relacionamento com a AR: em vez da normal e tradicional carta, passa, agora a corresponder-se com o Parlamento através de publicidade paga, nos meios de comunicação social", comenta Octávio Teixeira.

Actividade dos táxis em projecto do PCP  
Dignificar a profissão  
melhorar o serviço e segurança

Instituir normas que definam quem pode e em que condições ser proprietário ou condutor de táxi, contribuindo deste modo não apenas para a dignificação da classe, como, simultaneamente, para a melhoria da qualidade e da segurança do serviço prestado aos cidadãos, eis, em síntese, os grandes objectivos inscritos num projecto de lei do PCP sobre esta matéria que esteve em debate faz hoje oito dias no Parlamento.

Para além da definição de um quadro normativo regulamentador da actividade, o diploma do PCP, que foi debatido conjuntamente a uma iniciativa legislativa do Governo, pretende igualmente introduzir uma segunda inovação, a qual tem a ver com a obrigatoriedade de aferir a capacidade profissional. Trata-se de comprovar, como salientou o deputado comunista Lino de Carvalho, que o candidato ao acesso ao exercício da actividade profissional de transportador "reúne as condições adequadas", seja através de exame efectuado para o efeito, seja pela experiência devidamente demonstrada.

O diploma subscrito pelos deputados comunistas, já saudado pela associação profissional da classe, prevê ainda a obrigatoriedade da existência de uma carteira profissional,

defendendo, por último, o regime de exclusividade no exercício desta actividade que agrupa mais de 12.600 veículos, 5.000 dos quais aproximadamente são táxis, sendo os restantes 7.600 viaturas de serviço ao quilómetro.

Embora acolhendo como positiva a decisão do Governo de revogar o diploma (D.L. nº 319/95) que transferia para os municípios competências em matéria de enquadramento da actividade, Lino de Carvalho não deixou de fazer notar em tom crítico que o pedido de autorização legislativa que acompanha essa revogação carece de informação. Mais, segundo Lino de Carvalho, o pouco que o Governo diz não agrada à bancada comunista, nomeadamente quando prevê a transferência para os municípios de competências cujo conteúdo não define.

## Médicos dentistas

Questões relacionadas com a actividade dos profissionais de medicina dentária estiveram em debate na semana transacta no Parlamento. A necessidade de uma análise mais aprofundada quanto às soluções preconizadas pelo PSD e pelo Governo nos diplomas por si rubricados foi um dos aspectos que relevou do debate.

Nessa direcção se pronunciou o deputado comunista Bernardino Soares ao salientar que a "delicadeza das matérias" suscitadas à reflexão da Câmara exige "uma análise atenta e cuidada", trabalho esse que, nesta fase, só pode ser feito em sede de especialidade, ouvindo para o efeito todos os interessados.

O projecto de lei do PSD, em resumo, propõe a criação de uma Ordem dos Médicos Dentistas (em substituição da Associação Portuguesa dos Médicos Dentistas - APMD), procedendo também a várias alterações nas competências dos órgãos da actual Associação.

A proposta de lei do Governo, por seu turno, pretende submeter os cirurgiões dentistas e os odontologistas à tutela da APMD, nomeadamente no campo deontológico e disciplinar, embora com as necessárias adaptações.

## Estatuto dos Eleitos Locais

A Assembleia da República aprovou por unanimidade um projecto de lei do PCP que ao introduzir uma alteração ao Estatuto dos Eleitos Locais consagra a manutenção de todos os direitos relativos à protecção da maternidade e da paternidade em caso de suspensão do mandato.

Para os autores desta iniciativa, conforme explicou o deputado comunista José Calçada, tratava-se de eliminar um verdadeiro absurdo, o qual consistia, disse, no facto de o Estatuto dos Eleitos Locais neste domínio concreto colidir com a Lei Fundamental e com as leis que estabelecem o regime jurídico da protecção da maternidade e da paternidade.

Com efeito, contrariando a defesa da maternidade e da paternidade consagradas na Constituição, bem como os dispositivos regulamentados por lei ordinária (o gozo de licenças por este motivo não implicam a perda de quaisquer direitos), o Estatuto dos Eleitos Locais define que a suspensão do mandato dos eleitos locais faz cessar o processamento das remunerações e compensações, excepto quando se fundamente em doença devidamente comprovada.

É a esta "discriminação negativa, inconstitucional e ilegal", para utilizar a expressão de José Calçada, que o diploma do PCP agora aprovado vem pôr cobro.

## O declínio da frota mercante

As imposições comunitárias em matéria de política marítima e portuária são em larga medida responsáveis pelo declínio da frota mercante nacional e pelo envelhecimento das nossas infra-estruturas portuárias. Traduzida em números, correspondentes ao período compreendido entre 1982 e 1986, esta evolução significou uma redução a menos de metade em número de navios e a menos de um terço em arqueação e porte.

Diagnosticada no Livro Branco sobre política marítima-portuária, esta realidade foi recordada no debate sobre a reforma dos portos realizado faz hoje oito dias no Parlamento. Coube a Ruben de Carvalho, em nome da bancada comunista, trazer o assunto para primeiro

plano, pondo em evidência duas constatações: a primeira, observou, é que "a política de obediência a Bruxelas seguida pelo Governo de Caravco Silva destruiu a nossa frota mercante e gravemente empobreceu os nossos portos"; a segunda, precisou, é que "o Governo de António Guterres pretende resolver esta situação no quadro das sua política de obediência a Bruxelas".

A conclusão, foi ainda Ruben de Carvalho a tirá-la: "parece tratar-se não de pretender curar o resultado das dentadas da Comunidade com o pêlo da mesma Comunidade, mas sim curar as dentadas comunitárias com mais dentadas comunitárias..."



## INTERNACIONAL

## Militares belgas torturaram somalis

Duas semanas após a publicação de fotografias mostrando militares belgas a torturarem cidadãos da Somália durante a operação da ONU «Restaurar a Esperança» levada a cabo no país em 1993, as autoridades belgas admitiram na quinta-feira dissolver a unidade de pára-quedistas de elite em questão. Nas fotografias vê-se nomeadamente dois militares belgas a torturarem somalis com fogo, outro a obrigar uma criança a beber o seu vômito e um quarto a urinar sobre a sua vítima. Há dois anos, 15 pára-quedistas belgas foram julgados por abusos cometidos durante esta operação, mas apenas um foi condenado. Em 1995, ocorreu um escândalo semelhante no Canadá, relativo à mesma intervenção das Nações Unidas.

## África do Sul luta contra o crime...

Milhares de elementos da Força Nacional de Defesa e dos serviços secretos da África do Sul foram destacados na semana passada para realizarem uma operação contra a criminalidade no país, juntamente com a polícia. Os principais objectivos são a redução do crime organizado e do número de armas ilegais. O presidente sul-africano, Nelson Mandela, declarou no Parlamento que «apesar do maior empenhamento do governo no combate à criminalidade, o país requer uma maior mobilização de todos os sectores da sociedade» de forma a pôr fim à violência.

## ... e coopera com Cuba

O comércio entre Cuba e a África do Sul vai ser incrementado, depois dos dois países terem assinado um acordo para a segurança e o incentivo às trocas comerciais na passada quinta-feira. Transporte de açúcar, mineração e refinação de níquel, fabrico de vacinas e contratação de pessoal especializado cubano são alguns dos pontos acordados. Este documento antecede outro mais alargado que prevê a troca de tecnologia, pagamentos, promoção do comércio e transporte. Em 1996, o comércio bilateral entre Cuba e a África do Sul foi avaliado em mais de 6 milhões de contos.

## Rússia abole pena de morte

A Rússia assinou no dia 16 um protocolo da Convenção Europeia sobre a Defesa dos Direitos Humanos e Libertades Fundamentais anulando a

# Cuba V Congresso do PC convocado numa jornada de símbolos

■ Miguel Urbano Rodrigues

Em atmosfera e cenários incomuns, o Partido Comunista de Cuba anunciou a convocação do seu V Congresso. Foi na cidade de Santa Clara, durante um comício comemorativo do 30º aniversário da proclamação do carácter socialista da Revolução. Na Praça Ernesto Guevara, perante a estátua do Che.

Os símbolos marcaram a jornada. Em Santa Clara travou-se a última grande batalha do Exército Rebelde contra as tropas de Batista e o ataque foi comandado pelo Che. O Congresso dará início aos seus trabalhos a 8 de Outubro, o dia em que o Che caiu em combate, na Bolívia.

As Forças Armadas Revolucionárias desfilarão, aclamadas pelo povo, numa parada comemorativa da derrota da invasão mercenária de Playa Girón, acontecimento que coincidiu com a opção socialista da nação cubana. Festejava-se também a fundação do Partido Comunista.

A convocatória do V Congresso, lida por um membro da Comissão Política, é um texto redigido no estilo directo a que o Partido habituou o povo desde o início do Período Especial, imposto pelas dificuldades resultantes da desagregação da URSS e do agravamento do bloqueio.

Numa avaliação sintética do trabalho realizado desde o IV Congresso, chama-se a atenção para os novos desafios político-ideológicos decorrentes das transformações económicas ocorridas nos últimos seis anos. O Partido teve e terá de combater em certas camadas da população «fenómenos negativos, tais como o egoísmo, a psi-

cologia mercantilista, a ânsia do lucro, o consumismo e a perda de determinados valores éticos revolucionários».

A convocatória, que reflecte optimismo e confiança num quadro de grande complexidade, recorda que não obstante as duríssimas condições de vida resultantes da política de cerco imperial, o Partido «se fortaleceu com o sangue fresco de mais 232.000 trabalhadores exemplares seleccionados nos seus colectivos de trabalho e que

da verdade. As mazelas sociais não são escondidas.

Fidel, em discurso de grande impacto dirigido à juventude, lembrou há dias em Havana que Cuba não vive numa redoma de vidro, isolada do mundo, imunizada contra contágios perigosos.

A Revolução não teria podido sobreviver sem as reformas económicas do Período Especial. Mas estas introduziram na Ilha «determinadas formas de

la dólares no exercício de actividades privadas, ao aluguer ilegítimo de casas (também em dólares) que pode proporcionar num mês muito mais dinheiro a um cidadão do que o equivalente ao mais alto salário da República durante um ano inteiro.

A naturalidade com que os temas quentes estão a ser abordados leva a crer que do V Congresso sairá uma estratégia de acção com os olhos postos no século XXI, uma estratégia em que a política, a ideologia, a economia e a defesa se apresentarão intimamente entrelaçadas.

Fidel esteve presente na jornada de Santa Clara. Mas desta vez não falou; o seu importante discurso dirigido à juventude estava na memória de todos.

A intervenção de fundo coube a Raul Castro que pronunciou um discurso simultaneamente épico e humanista.

«Muita coisa mudou no mundo nestes 36 anos - afirmou - mas o compromisso assumido a 16 de Abril de 1961, esse mantém-se intacto. O Socialismo continuará presente nesta terra defendido pelos fuzis do povo!»

Raul evocou «a extraordinária epopeia vivida pela nação cubana» desde o IV Congresso, que foi «um Congresso em armas».

Os problemas que o V Congresso vai debater não serão menos complexos. Mas o povo cubano acredita que, mais uma vez, serão encontradas as soluções adequadas.

«Temos a certeza - as palavras são de Raul Castro - de que podemos construir o socialismo, mesmo nestas complexas circunstâncias, porque o povo preservou a sua unidade, o patriotismo, a dignidade e a fidelidade ao compromisso contraído com a história e com os mártires».



foram admitidos na vanguarda durante este histórico período».

Um documento de Teses para o Congresso está a ser elaborado pelo Comité Central e será em breve distribuído para que todo o povo possa pronunciar-se sobre o seu conteúdo e enriquecê-lo durante o debate nacional.

É muito difícil imaginar na Europa o estilo do novo diálogo político em Cuba. O alto nível da participação popular, característico da democracia cubana, não seria possível se o partido e o Governo não usassem a linguagem

capitalismo», o que significa, no dizer de Fidel, a obrigatoriedade de «respirar elementos poluidores, bactérias, vírus e parasitas de toda a espécie».

Condenando o pessimismo, Fidel lembrou então que o optimismo sadio implica a consciência de que, para combater a indisciplina, a corrupção e o egoísmo é indispensável discutir em profundidade esses problemas e as formas de actuação daqueles que aproveitaram o Período Especial para enriquecer ilicitamente.

Citou exemplos, desde a simples fuga aos impostos de gente que acumu-

## Saudação do PCP ao 4.º Congresso do PC da Federação Russa

O 4º Congresso do Partido Comunista da Federação Russa (PCFR) realizou-se de 19 a 20 de Abril, em Moscovo. O PCP esteve representado por Aurélio Santos, que apresentou uma saudação em nome dos comunistas portugueses.

Na sua intervenção, Aurélio Santos afirmou, entre outras coisas, que «a degenerescência do carácter socialista da 'perestroika', que permitiu às forças contra-revolucionárias internas, com o activo apoio do imperialismo, desmantelar a União Soviética, instaurar aí um poder ditatorial e lançar-se à restauração do capitalismo, representou uma imensa tragédia para os seus povos e um sério golpe para os trabalhadores e os povos do mundo inteiro. Com a radi-

cal alteração da correlação de forças mundial, o imperialismo, sob a hegemonia dos EUA, desencadeou uma violenta ofensiva para impor o seu domínio universal contra os interesses e direitos dos trabalhadores, as grandes conquistas sociais alcançadas neste século, a independência e soberanias nacionais. A paz continua ameaçada, com a multiplicação das ingerências imperialistas e o reforço e alargamento de blocos militares agressivos como a NATO».

Aurélio Santos sublinhou no entanto que «o pretensu triunfo do capitalismo, proclamado pelos ideólogos da 'Nova Ordem' imperialista, está a ser crescentemente posto em causa pela tenaz resistência e luta dos trabalhadores e

dos povos, que tem de novo conhecido um importante recrudescimento, nomeadamente na Europa mas não só, e pelo agravamento das contradições intrínsecas do capitalismo, que esbarra com os seus limites históricos».

Fazendo notar que neste limiar do século XXI se agudiza a contradição entre a oligarquia financeira e a grande maioria da Humanidade, Aurélio Santos enfatizou como «as enormes potencialidades da ciência e da técnica, quando dinamizadas pelo trabalho criador e colocadas ao serviço dos trabalhadores e dos povos, permitem hoje dar solução aos mais graves problemas da Humanidade, que o capitalismo é incapaz de resolver porque é o seu principal fator». Por isso mesmo, disse,

«não é o capitalismo, mas o socialismo, que se apresenta como a grande alternativa progressiva para o futuro da Humanidade e o avanço da civilização».

A terminar a sua intervenção, o representante do PCP salientou «os importantes progressos alcançados pelo PCFR desde o seu anterior Congresso» e transmitiu a fraternal solidariedade dos comunistas portugueses e a sua confiança em que o PCFR, estreitamente ligado aos trabalhadores e aos povos da Rússia, vencerá as dificuldades e obstáculos para salvar a Rússia «da grave crise por que passa e para criar condições ulteriores para retomar, renovado e fortalecido, o rumo do socialismo».



## INTERNACIONAL

## Sem-terra

## As foices de Brasília

Um ano depois do massacre do Carajás do Eldorado, dois mil sem-terra chegaram a Brasília na passada quinta-feira, terminando dois meses de marcha pela reforma agrária, o emprego e a justiça. As bandeiras vermelhas do Movimento dos Sem-Terra (MST) e as foices e enxadas dos manifestantes ficam na capital brasileira até dia 1 de Maio.

Cerca de 40 mil pessoas de diversas áreas laborais esperavam-nos na capital. À entrada da cidade foram recebidos e saudados pelo governador do distrito federal, Cristovam Buarque (membro do PT, o partido de Lula da Silva). Nesse dia, os rodoviários e os professores cumpriram greve em solidariedade com o Movimento dos Sem-Terra (MST).

Apesar do grande número de manifestantes e dos 26 mil policiais mobilizados não se registaram quaisquer confrontos.

No domingo, o presidente Fernando Henrique Cardoso recebeu dez líderes dos sem-terra, acompanhado de quatro

ministros. No encontro, as duas partes não chegaram a nenhum tipo de acordo. «O diálogo com o governo esteve dentro das expectativas, não se esperava negociar», afirmou um dos dirigentes do MST, João Pedro Stédile.

Na ocasião, o presidente anunciou a reformulação do imposto territorial rural. De acordo com Henrique Cardoso, daqui para a frente as propriedades improdutivas serão penalizadas e 20 por cento dos recursos das privatizações estatais serão destinadas à reforma agrária.

O pedido de demissão do ministro da Reforma Agrária, Raul Jungmann, foi recusado



Centenas de exposições sobre os sem-terra foram inauguradas esta semana

pelas autoridades. Os sem-terra não reconhecem o ministro como interlocutor desde que este considerou os manifestantes como desordeiros e assassinos.

Outro dos pontos discutido durante o encontro, foi o número de «assentamentos». O MST exige o estabelecimento até

1998 de 500 mil famílias no mínimo, enquanto que o Governo fala apenas em 280 mil.

Durante as últimas semanas, centenas de exposições sobre os sem-terra foram inauguradas em todo o mundo. Na quinta-feira, foi lançado em Portugal o livro de fotografias de Sebastião Sal-

gado, com prefácio de José Saramago e poemas de Chico Buarque da Holanda. Com a presença dos três, as iniciativas relacionadas com a questão da reforma agrária brasileira multiplicaram-se em Lisboa, tendo-se registado uma grande adesão da população.

pena de morte em tempo de paz. O documento tem ainda de ser ratificado pelo Parlamento. Este foi um dos compromissos assumidos pelo país em 1995, aquando da sua entrada no Conselho da Europa, com o prazo de três anos. Esta medida, fundamental do ponto de vista dos direitos humanos, exige a tomada de medidas complementares para responder aos problemas da sociedade russa, muito fragilizada pela criminalidade e violência. Uma recente sondagem revela que 80 por cento dos russos é contra a abolição da pena capital.

## Eleições no Mali

A oposição do Mali decidiu boicotar a segunda-volta das eleições legislativas, prevista para o próximo domingo, e retirar todas as candidaturas às presidenciais, como forma de protesto contra aquilo que classificam como «má organização das eleições e as fraudes maciças urdidas pelo governo e o seu partido». Os observadores internacionais afirmam que o escrutínio foi realizado de forma democrática e «as votações foram secretas e livres». No entanto, verificaram-se «problemas muito graves em relação à distribuição de materiais eleitorais, nomeadamente quanto às listas e boletins de voto». Os partidos da oposição falam também de afixação de listas incompletas e confusas, abertura tardia de algumas urnas e votos repetidos em algumas secções eleitorais.

França  
Eleições antecipadas

Ao anunciar a dissolução da Assembleia Nacional e convocar eleições legislativas antecipadas para 25 de Maio e 1 de Junho, o Presidente francês, Jacques Chirac, tenta, numa manobra de antecipação, garantir a

permanência da direita no Poder. Antes da entrada em vigor de novas e brutais medidas antipopulares para garantir a entrada da França na moeda única.

A decisão de Chirac anunciada segunda-feira esconde (mal) o fracasso da política seguida nos últi-

mos dois anos, caracterizada pelo aumento contínuo do desemprego, da pobreza, da precariedade, das desigualdades, da marginalização social e dos atentados aos direitos conquistados pelo povo francês. Um fracasso que tem feito aumentar a constatação social em todos os sectores da sociedade e o descontentamento generalizado da população, como dão conta todas as sondagens que têm vindo a ser feitas no país.

Consciente de que a sua política para a moeda única vai provocar ainda maior contestação - em particular a anunciada liquidação da segurança social -, Jacques Chirac procura, antecipando num ano as eleições, evitar que o embate das medidas a implementar se reflecta nas urnas.

Mas Chirac procura ainda ficar com as «mãos livres» para prosseguir as «reformas» ditadas pelos

interesses aprovados em Maastricht. Por isso mesmo aparece junto da opinião pública apelando à necessidade de uma «maioria reforçada» antes do «endurecimento necessário» para avançar no caminho do euro.

Aparentemente, o descontentamento popular está ainda longe de se traduzir numa mudança radical do sentido de voto. Segundo uma sondagem SOFRES realizada a 18 e 19 de Abril e publicada no «Figaro» de dia 21, a maioria RPR-UDF recolhe 34 por cento das intenções de voto na primeira volta das legislativas antecipadas (contra os 39,9 por cento alcançados em 1993). Com as restantes forças de direita, a maioria obterá 318 lugares, ou seja, menos 152 do que actualmente. Uma perda significativa mas insuficiente para pôr em causa o domínio na Assembleia Nacional, onde a maioria absoluta é de

278 lugares. De acordo com a sondagem, a maioria de direita seria batida em percentagem pelo conjunto das forças de esquerda, que recolhe 45,5 por cento das intenções de voto.

Para o «Figaro», o significado das tendências do eleitorado é claro: «os franceses querem a dissolução (da Assembleia) e um outro equilíbrio político».

Os «recados» não se ficam por aqui: segundo a SOFRES, 54 por cento dos eleitores acreditam na vitória do RPR-UDF, contra 31 por cento prognosticando uma vitória da «esquerda» e 15 por cento sem opinião. Curiosamente, 40 por cento dos inquiridos admitem poder ainda mudar de opinião, contra 60 por cento que se dizem seguros da sua escolha.

Não é difícil adivinhar que o clima político vai aquecer nos próximos dias em França.

Empresário  
espanhol culpado  
de crime contra  
ambiente

O dono da fábrica espanhola do sector têxtil «Fios e Tecidos Puignero» foi condenado a quatro anos de prisão por crime contra o ambiente e saúde pública, pela justiça de Espanha. Josep Puignero foi detido na semana passada em Barcelona devido aos efluentes poluentes que a sua empresa lançou durante vários anos nos rios de Sant Bartolomeu del Grau, na Catalunha. Os resíduos derramados afectaram gravemente a fauna e a flora ribeirinha da região.

Eleições  
na Bulgária

O Partido Socialista (ex-comunistas) alcançou 22,13 por cento dos votos nas eleições legislativas búlgaras realizadas no sábado, ficando à seguir à aliança FDU, que recolheu 52,19 por cento dos votos. A União de Salvação Nacional (turcos, monárquicos e liberais) foi votada por 7,75 por cento dos eleitores, a Euroesquerda por 5, 52 e o Business Bloc (partido de tendência nacionalista) por 4,92.

Irregularidades  
nas eleições  
croatas

A Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE) confirmou que as eleições municipais e regionais croatas realizadas nos dias 13 e 14 sofreram diversas irregularidades, em especial na Eslavónia oriental.

«Dos 90 relatórios de observadores tratados até agora, um terço deles dá conta de problemas graves, incluindo a abertura tardia, a ausência de documentos para a votação, e a má impressão dos boletins de voto», indica o relatório da organização, veiculado pela agência Lusa. «Os problemas técnicos parecem resultar de um calendário irrealista imposto por considerações políticas à custa de uma organização eficaz das eleições», acrescenta.

Os observadores indicaram que o segredo de voto não foi garantido num quinto das secções devido a problemas com as cabines.

Os líderes sérvios, maioritários na região, falam em sabotagem. Como referimos no último número, cerca de 70 secções de voto abriram duas horas e meia mais tarde, devido a listas eleitorais incompletas e atraso nas entregas dos boletins de voto e do material eleitoral.

O escrutínio, que deu a vitória ao partido do presidente Tudjman, foi prolongado por um dia na Eslavónia, por decisão do chefe da administração transitória da ONU. Jacques Klein modificou as leis eleitorais durante a votação de forma a fazer frente às irregularidades.

## Nicarágua

## Manágua barricada

Protestando contra a política económica e social do governo, centenas de pessoas barricaram diversas ruas de Manágua e a estrada que liga a Nicarágua ao Panamá durante vários dias. Os cartazes e as bandeiras vermelhas da Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN) multiplicaram-se na capital e nas estradas.

As barricadas, iniciadas no dia 13, foram uma iniciativa das organizações de agricultores que exigiam o reconhecimento pelo executivo de 14 mil títulos de propriedades outorgados na época de Violeta Chamorro, postos agora em causa. Estes agricultores foram beneficiários da reforma agrária conduzida pelos sandinistas. Outra das

medidas exigidas é o fim das confiscações judiciais por dívidas não pagas.

Em Manágua, a polícia levantou 20 barricadas sem utilizar a força, numa actuação elogiada pelos sandinistas.

Daniel Ortega, ex-presidente e líder da FSLN, acusa o governo do presidente Arnoldo Alemán de retirar «todas as perspectivas aos sectores populares, à oposição e ao capital nacional tradicional».

Ortega propôs uma conferência de diálogo sobre a actual situação com as autoridades na presença de «países amigos», mas Alemán recusou. O líder dos sandinistas afirmou que não quer «co-governar, nem quotas de poder», mas sim um acordo com fim «à estabilidade, à paz e à tranquilidade desejadas pelos nicaraguenses».

Os Estados Unidos, país que sempre apoiou os golpes e os regimes de direita na Nicarágua, já transmitiram o seu apoio a Arnoldo Alemán.



PCP

## LISBOA

## PCP divulga propostas

Promovida pelas Direcções das Organizações de Lisboa e Setúbal do PCP, realizou-se ontem, no Centro de Trabalho Vitória, uma conferência de imprensa para apresentação de um conjunto de propostas visando «assegurar e alargar o direito das populações ao serviço de transporte de passageiros contidos no Projecto de Lei apresentado pelo PCP na Assembleia da República sobre a matéria.

É objectivo dessas propostas a confirmação do Passe Social Intermodal como título de transporte na Área Metropolitana de Lisboa e o alargamento de limites das actuais «Coroas».

A conferência de Imprensa, que teve a participação de dirigentes das Organizações Regionais de Lisboa e Setúbal e de deputados do Grupo Parlamentar do PCP, foi antecedida de um ligeiro almoço.

## STª MARIA DA FEIRA

## João Amaral visita concelho

O deputado João Amaral, vice-presidente da Assembleia da República, acompanhado de membros da Direcção Regional e da Comissão Concelhia, visitou na semana passada o concelho de Santa Maria da Feira, onde tomou contacto com os principais problemas laborais da região.

A delegação do PCP teve oportunidade de apreciar o esforço de investigação e apoio especializado do Centro Tecnológico da Cortiça às empresas do sector, tendo-lhes sido posteriormente expostas pelos trabalhadores da Amorim & Irmãos e pela direcção do Sindicato dos Corticeiros as preocupações que existem sobre questões como a generalização do trabalho precário, o número crescente de acidentes de trabalho, as discriminações salariais, sobretudo entre homens e mulheres, a falta de condições de segurança, a insuficiente atenção dada à formação e valorização profissional.

Na visita às instalações e na reunião havida com a Direcção e o comando dos Bombeiros Voluntários da Feira foi também possível conhecer a meritória acção daquela instituição e a necessidade de um maior apoio por parte dos organismos responsáveis para um melhor desempenho seu.

Na conferência de imprensa, que ao fim da tarde se realizou, foi ainda divulgada a constatação feita sobre as enormes carências do concelho no que respeita à recolha e tratamento dos esgotos domésticos e industriais, causadoras de contaminação dos solos e linhas de água da região.

## BRAGA

## Ministra visita Vale do Ave

«Estranha» é a palavra utilizada pela Direcção da Organização Regional de Braga para qualificar a visita que a ministra da Qualificação e Emprego fez na passada segunda-feira ao Vale do Ave e só no próprio dia noticiada pelos órgãos de comunicação social.

Será que a ministra tem medo de dizer «olhos nos olhos» aos trabalhadores que em Novembro de 96 trabalhavam 44 horas por semana, e que em Dezembro deveriam ver o seu tempo de trabalho reduzido em duas horas, que assim não é porque o Ministério que dirige deu orientação ao grande patronato para aplicar um novo conceito do tempo de trabalho - «trabalho efectivo»?

Com esta pergunta, os comunistas aconselham a ministra a que não aproveite para sua propaganda a aceitação pela grande maioria dos pequenos e médios empresários da redução do tempo normal de trabalho e faça cumprir a mesma redução nas grandes empresas, «aquelas que os senhores da CIP dirigem e teimam em aplicar "acordos secretos" celebrados entre o Governo, Confederações patronais e a "fantoche" UGT».

## COIMBRA

## 25 de Abril é na rua

«Momentos altos de alegria e luta pela concretização dos ideais da Revolução de Abril», as comemorações do 25 de Abril e do 1º de Maio são efemérides que não podem ter contornos eleitoralistas. A afirmação cabe à Comissão Concelhia de Coimbra do PCP que, ao mesmo tempo, se regozija com a multiplicidade de iniciativas que nestas semanas têm sido levadas a cabo por associações, grupos de jovens, sindicatos, escolas e colectividades, com a participação de milhares de pessoas.

«Em chocante contraste com esta realidade», o PSD ignora o 25 de Abril, dele se aproveitando para a «operações de promoção eleitoral narcisista». Entretanto, prosseguem os comunistas, o PS isola-se numa iniciativa partidária fora do concelho, também de «cariz eleitoral».

Fiel à tradição de que o «25 de Abril é na rua», a Concelhia do PCP apela aos militantes do PCP, aos democratas e ao povo e trabalhadores de Coimbra para participarem nas comemorações populares do 25 de Abril e na manifestação do 1º de Maio promovida pela União dos Sindicatos de Coimbra.

## INETI

## Um património a consolidar

Como segundo maior laboratório nacional de investigação e desenvolvimento experimental (I&DE), e concentrando o maior parque de instalações e equipamentos científicos e tecnológicos do País, o INETI representa um valioso património que importa consolidar e desenvolver.

Possuidor de uma importante rede de ligações de diverso tipo a empresas industriais e organizações estrangeiras e internacionais, este valioso património, que é o INETI, deve ser desenvolvido no sentido da transformação qualitativa estruturante da indústria nacional.

A apreciação cabe à Comissão para as Questões da Ciência e da Tecnologia do PCP que afirma ainda serem as realizações do INETI fruto do trabalho dos seus trabalhadores, investigadores e técnicos que, confrontados com um conjunto de problemas, e sem capacidade e autonomia para dinamizar a instituição, não encontram da parte da tutela ministerial uma clara e

coerente política tecnológico-industrial.

A avaliação em curso ao sector público de investigação, por um grupo internacional muito bem pago e trabalhando depressa, seria útil se os seus objectivos e execução fossem correctos. No entendimento dos comunistas, não é o que está a acontecer. O relatório já produzido nada traz de novo e relevante, sendo muito insuficiente quer quanto ao diagnóstico da situação, quer quanto às recomendações que faz para levar a instituição a desempenhar as suas verdadeiras funções.

Pior, contudo, é o conteúdo de outro relatório elaborado por uma comissão portuguesa de

acompanhamento que - ressaltando algumas «corajosas vozes dissonantes» -, chega a sustentar que o INETI não deve levar a cabo actividades de investigação.

«Em abono da verdade», os comunistas referem que o relatório do grupo internacional - advogando mesmo a atribuição de 5 a 10% do orçamento total da instituição para actividades científicas e tecnológicas - não permite esta tese da comissão de acompanhamento. Daí ser lícito pensar-se que subjacente a esta «avaliação» está a filosofia dos defensores «deste fundamentalismo de novo tipo», de levar à «desvitalização de uma parte significativa do sector público de investigação, acompanhada pela transferência de tutela de unidades orgânicas ou recursos físicos e humanos e pela privatização de outras actividades actualmente realizadas sob a égide deste serviço público».

De registar é a reacção frontal

dos investigadores e responsáveis do INETI às apreciações feitas e a sua contestação à metodologia prosseguida e à fundamentação, que, entretanto, não mereceram qualquer resposta por parte da estrutura de avaliação do Ministério da Ciência e da Tecnologia.

A Comissão para as Questões da Ciência e da Tecnologia do PCP, na sequência de anteriores tomadas de posição, **reafirma** a importância de manter e desenvolver o potencial e as capacidades das estruturas públicas de investigação, **sublinha** que no trabalho científico e tecnológico existem componentes que não podem ser isoladas entre si sem prejuízo da sua efectiva capacidade de resposta e **sustenta** que o que há a fazer «não é suprimir a I&DE nos laboratórios do Estado, mas sim criar-lhe melhores condições de afirmação no contexto das missões que a cada instituição cabe desempenhar».

## 7ª Assembleia Concelhia de Cascais

## É urgente dar execução ao PER

Com a presença de José Casanova, membro da Comissão Política, realizou-se durante todo o dia do passado domingo, no GIMB, Rebelva, a 7ª Assembleia de Organização Concelhia de Cascais do PCP. Na mesa que presidiu à Assembleia encontrava-se o actual candidato à Presidência da Câmara Municipal de Cascais, Carlos Rabaçal.

Fazendo o balanço da actividade realizada nos últimos dois anos, a 7ª Assembleia analisou as lutas sociais que se desenvolvem no concelho, os principais problemas que afectam os trabalhadores e as populações, a necessidade de reforço do PCP para dinamizar a luta pela resolução desses problemas, as próximas eleições autárquicas.

O projecto de Resolução Política, posto à

discussão da organização, foi motivo de 26 intervenções onde foram abordadas as principais propostas dos comunistas para os próximos tempos.

Na Assembleia foram lidas oito saudações a propósito do 25 de Abril, do 1º de Maio e de diversas lutas sociais, tendo a Resolução Política sido aprovada por unanimidade e aclamação.

Entre as propostas que os comunistas apresentam para o concelho de Cascais, a prioridade vai para as que se relacionam com a habitação, a saúde, o ensino e a segurança das populações, tendo sido considerada condição fundamental, para minorar as graves carências habitacionais do concelho, a rápida execução do PER.

Quanto às eleições autárquicas que se avizinham, propõem-se os comunistas, em Cascais, recuperar o eleitorado perdido em 1993 em Juntas de Freguesia, como Alcabideche e S. Domingos de Rana, e reforçar a votação da CDU para a Câmara e Assembleia Municipais.

Para levar à prática as bases programáticas aprovadas, a 7ª Assembleia de Cascais elegeu - também por unanimidade e aclamação - a nova Comissão Concelhia, constituída por 48 membros, 19 dos quais pela primeira vez a integram. De destacar são os seis jovens quadros que passaram a fazer parte da nova Concelhia e a percentagem de mulheres - 25% - que também a integram.

## Desporto em Lisboa

## Uma obra participada

Com a presença de dezenas de participante e a participação de Luís Sá, membro da Comissão Política, realizou-se no passado dia 18 de Abril, na Casa do ALENTEJO, em Lisboa, um encontro de comunistas lisboetas para discutir o contributo do PCP para o Programa de 1997 a 2001 da Coligação com Lisboa na área do desporto.

No encontro, que contou ainda com a presença do vereador Caleia Rodrigues e técnicos do pelouro, de Carlos Rabaçal e Luís Fer-

nandes, do Comité Central, participaram diversos membros de juntas de freguesia e dirigentes de associações e colectividades de Lisboa.

A discussão teve por base o documento intitulado «O PCP e o Desporto na cidade de Lisboa» que, para além de enunciar a «obra feita», nos dois últimos mandatos, «com a participação das instituições desportivas e dos cidadãos de Lisboa», estabelece as principais linhas de orientação e os projectos que os comunistas propõem para «construir a Lisboa Desportiva» que querem «para o século XXI».

## CAMARADAS FALECIDOS

## Olinda Rosa Mendes

Com 70 anos de idade, faleceu no passado dia 8 de Abril a camarada Olinda Rosa Mendes, natural de Tomar. Membro do Partido desde 1978, estava organizada na Freguesia de Porto Salvo, Oeiras.

## Abílio Maria Vinha

Com 61 anos, faleceu no passado mês de Março o camarada Abílio Maria Vinha. O camarada estava organizado na Zona Sul B, na Freguesia da Baixa da Banheira, Moita.

## João Roupa

Faleceu recentemente o camarada João Roupa. O camarada estava organizado na célula dos Transportes Sul do Tejo, Almada.



Aos familiares e amigos dos comunistas falecidos, o colectivo do «Avante!» manifesta sentidas condolências.

## TAP - empresa bandeira

Também em Lisboa, o Organismo de Direcção do Sector de Transportes do PCP, na sua última reunião, analisando a política seguida pelo PS - que no essencial é a continuação da do PSD -, considerou de «enorme gravidade» a privatização da ANA-EP, a destruição da CP, com a criação de duas empresas para abrir posteriormente aos privados, e o anúncio da privatização da TAP, «empresa bandeira do nosso país».

No caso da CP, em 1996, e já sob a tutela do PS, as compensações financeiras foram não só inferiores às que a empresa teria direito como ficaram mesmo abaixo das do ano anterior, o que obrigou a empresa a um défice de cerca de 72 milhões de contos e um passivo acumulado de cerca de 500 milhões.

As medidas anunciadas pelo Governo para a CP visam de facto destruir a empresa, dividindo-a em duas e criando condições para que «algumas partes possam ser "oferecidas" à gestão dos privados», dizem os comunistas do Sector dos Transportes apelando ao prosseguimento da luta dos trabalhadores da CP, ANA-EP, TAP e restantes empresas do Sector, como condição fundamental para a defesa das empresas e dos postos de trabalho.



## Conselho das Comunidades Portuguesas Processo eleitoral merece reparos

A poucos dias das eleições para o Conselho das Comunidades Portuguesas (CCP), que se realizam no próximo dia 27 de Abril, a Direcção da Organização na Emigração do PCP, pronunciou-se sobre alguns desenvolvimentos do processo, manifestando publicamente as suas apreensões relativamente à actuação de algumas entidades oficiais responsáveis nas várias fases do processo.

Em nota divulgada pelo Gabinete de Imprensa do PCP, os emigrantes comunistas citam alguns casos de manifesta «falta de isenção» verificados. É o caso da protecção pela Embaixada e pelo responsável consular em Genebra à lista apoiada pelo PS na Suíça; é o caso de uma lista apoiada pelo PS e PSD, na Bélgica, que divulga decisões oficiais sem que a respectiva comissão eleitoral tenha reunido e delas tomado conhecimento; é o comportamento do Cônsul-Geral em Toronto (Canadá) que despreza prazos legais e impõe regras por si estabelecidas, à margem da comissão eleitoral; é o caso verificado em S. Paulo (Brasil), onde o Cônsul-Geral impõe a realização do acto eleitoral nas pequenas instalações do consulado, limitando a participação dos eleitores.

Também a Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas merece reparos aos comunistas na emigração: é a ausência de medidas atempadas para a informatização dos cadernos eleitorais, de forma a poder desdobrar os mesmos para mesas de voto mais distantes dos postos consulares; ou o total controlo da fiscalização do processo, interpretando a legislação a seu belo prazer e até desrespeitando-a, como se verificou com a obrigação imposta de menção nos boletins de voto do nome de todos os candidatos efectivos, o que, por exemplo, levou ao absurdo de a lista do Brasil conter 150 nomes e a do Canadá 154.

Face «às irregularidades e notórias insuficiências na organização deste processo eleitoral», a DOE do PCP decidiu entregar à Comissão Nacional de Eleições e ao Provedor da Justiça informação fun-

damentada sobre o mesmo e solicitar ao secretário de Estado das Comunidades Portuguesas um encontro para expor as suas preocupações.

Para os emigrantes comunistas, é fundamental a eleição para o Conselho das Comunidades Portuguesas de pessoas «estritamente ligadas aos problemas e aspirações da emigração», pelo que apelam à participação dos trabalhadores emigrantes neste importante acto eleitoral.

### PCP prepara Audição

O Grupo Parlamentar e a Comissão Nacional do Ensino Superior do PCP vão promover, no próximo dia 13 de Maio, pelas 17 horas, na Sala do Senado da Assembleia da República, uma audição sobre a autonomia do ensino superior público.

Duas décadas decorridas sobre a consagração constitucional do princípio da autonomia universitária, o PCP entende justificar-se um balanço e uma avaliação do funcionamento da autonomia, recolher opiniões e experiências e aprofundar a reflexão sobre os problemas detectados, de forma a fundamentar iniciativas políticas com vista à melhoria da qualidade e da relevância do ensino superior público e ao reforço dos princípios de uma gestão participada.

Na nota também divulgada pelo Gabinete de Imprensa do PCP, na passada segunda-feira, os comunistas revelam querer ver discutidos os condicionamentos à autonomia, a pretensão do Governo de governamentalizar as decisões de criação de cursos por parte de Universidades públicas - através do conceito de «curso elegível» -, as propostas de aperfeiçoamento em relação a vários aspectos do funcionamento da Autonomia, os critérios de financiamento da investigação no ensino superior público.

## Setúbal discute situação laboral

Para analisar a situação laboral no distrito de Setúbal e definir as principais direcções de trabalho para o reforço do papel do PCP, realizou-se no passado sábado, no Independente Futebol Clube Torrense, Torre da Marinha, Seixal, promovido pela DORS do PCP, um Encontro Distrital de Células de Empresa e outras Organizações por Local de Trabalho.

O Encontro, que teve a participação de Jorge Pires, membro da Comissão Política e responsável pela Direcção Regional, e de Francisco Lopes, do Secretariado e da Comissão Política, juntou cerca de 100 militantes, responsáveis pela organização do Partido junto dos trabalhadores, membros de secretariados de células e de Coordenadoras e Grupos de Trabalho.

A importância e o papel das células de empresa na acção e iniciativa política do Partido, a revitalização da organização nos locais de trabalho, o reforço do papel do PCP na dinamização, mobilização e acção reivindicativa dos trabalhadores e junto das ORT's, foram algumas das questões abordadas no encontro que decorreu com grande espírito de confiança.

No final do encontro foi aprovado um documento com os principais objectivos de trabalho dos comunistas de Setúbal até ao final do ano de 1997, cabendo a Francisco Lopes encerrar os trabalhos, com uma intervenção onde, para além das questões laborais tratadas, abordou ainda aspectos da situação política actual.

## Oeiras contra o desemprego

Inserido na campanha levada a cabo pela Direcção da Organização Regional de Lisboa, em todo o distrito, durante os meses de Abril e Maio, sob o lema «Desemprego é um problema de todos», realizou-se na passada sexta-feira um encontro do PCP com a população de Algés.

A acção, que a chuva não conseguiu desmobilizar, reuniu dezenas de pessoas junto à estação, para ouvir Arménio Carlos, membro do Comité Central.

Este encontro, que concluiu uma semana de contactos realizados pelo PCP em todo o conce-

lho de Oeiras, em empresas, Mercados e locais de grande passagem, teve um bom impacto nas populações. Muitos foram os populares que manifestaram ao PCP as suas sérias preocupações - e até desencanto - com a política desenvolvida pelo Governo do PS, que pouco ou nada tem a ver com as promessas feitas e as expectativas criadas.

Na ocasião, foram também recolhidas algumas dezenas de assinaturas a exigir o referendo sobre a Moeda Única.

## Carvalhas visitou Alemanha e Suécia

À chegada a Lisboa, na sequência da viagem que efectuou à Alemanha e à Suécia e que o «Avante!» noticiou na semana passada, o Secretário-geral do PCP, Carlos Carvalhas, respondeu às perguntas do nosso jornal.

**Que razões estiveram na origem da visita de uma delegação do PCP à Alemanha e à Suécia?**

Quando estivemos no Parlamento Europeu, convidámos uma delegação do Partido da Esquerda da Suécia a visitar o nosso país, o que se veio a concretizar em Outubro do ano passado.

Esta nossa visita enquadra-se assim no desejo de um melhor conhecimento mútuo e o estreitamento das nossas relações.

Também já há bastante tempo que estávamos para concretizar uma visita à Alemanha a convite do PDS, que se proporcionou agora.

**E que impressões colheu a delegação?**

Tanto na Suécia como na Alemanha tivemos conversações com as direcções dos respectivos partidos e fomos recebidos calorosa e fraternalmente. Em ambos os países se fazem

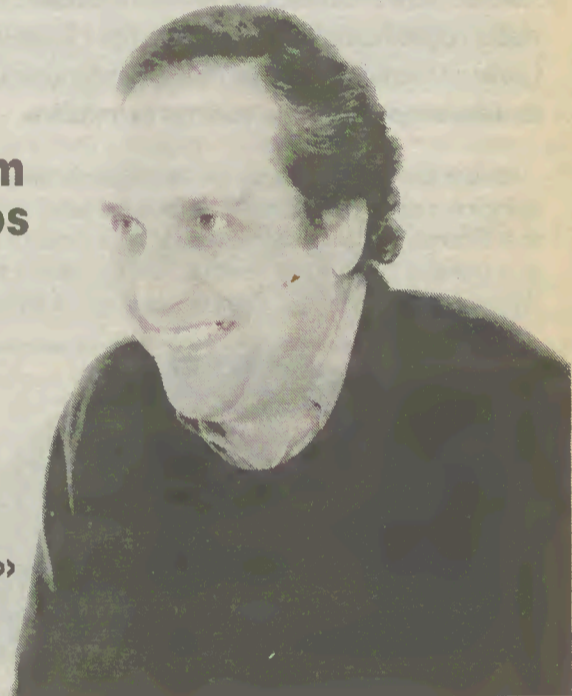
**Quanto à visita à Alemanha, que opinião manifestou o PDS sobre a situação social nesse país?**

A ofensiva contra os salários e os direitos dos trabalhadores têm tido importantes respostas de massas. O desemprego tem continuado a aumentar atingindo sobretudo as mulheres. No território da ex-RDA a crise social é extremamente grave.

Na parte Oriental da Alemanha há uma profunda degradação do nível e qualidade de vida, onde há mais de 20% de desempregados, dos quais 60% são mulheres.

Os camaradas do PDS deram-nos conta também, das perseguições a comunistas que assumiram responsabilidades governativas na ex-RDA e das vergonhosas campanhas anticomunistas, muito especialmente nos Estados em que a CDU alemã é maioritária.

**«Em ambos os países se fazem sentir os efeitos negativos das políticas de Maastricht sobre as populações e os trabalhadores.»**



sentir os efeitos negativos das políticas de Maastricht sobre as populações e os trabalhadores. A ofensiva global contra os salários, os direitos e os sistemas de segurança social, o aumento do desemprego e do trabalho precário exige cada vez mais a cooperação e a intervenção comum ou convergente das forças de esquerda, bem assim como a reflexão comum face à complexidade dos problemas com que estamos confrontados.

**Nas conversações havidas, como vos pareceu encarar o Partido da Esquerda da Suécia as próximas eleições legislativas?**

As propostas do Partido de Esquerda da Suécia no Parlamento e o seu trabalho junto da população, nomeadamente através das suas posições no Poder Local, têm vindo a reforçar a sua influência e o seu espaço de intervenção. As últimas sondagens com credibilidade atribuem-lhe 13,5%, o que a verificar-se representaria um importante crescimento e aumento da influência.

**E como vê esse Partido o Tratado de Maastricht e a moeda única?**

As críticas e a oposição que o Partido de Esquerda da Suécia faz ao Tratado de Maastricht e à moeda única são muito semelhantes às nossas. Temos uma grande identidade de posições em relação à União Europeia e à sua construção.

Os camaradas suecos chamaram-nos à atenção para o aumento do desemprego, nomeadamente feminino e mostraram-nos várias medidas que visam o desmantelamento da protecção social e a liquidação de importantes direitos sociais como consequência das políticas de Maastricht.

Mas apesar das discriminações, perseguições e da grande pressão anticomunista por parte do governo e dos meios de comunicação que domina, o PDS tem vindo crescentemente a alargar a sua influência.

Em Postdam, fomos saudados no Parlamento Regional por todos os Grupos e no jantar de despedida estiveram presentes alguns deputados social-democratas, o que é também um testemunho do respeito e da influência que o PDS tem nesta região.

**Com quem manteve a delegação do PCP conversações?**

Estivemos com o Presidente Bisky, com Hans Modrow e com os mais altos responsáveis do PDS.

Foram conversações que confirmaram as boas relações entre os nossos dois Partidos e o desejo de estreitarmos e aprofundarmos a nossa cooperação em diversos domínios. Tivemos também da parte do camarada Bisky a confirmação da sua presença no Comício Internacional de Lisboa, no próximo dia 24 de Maio.

**Já é sabido quem vem da parte do Partido de Esquerda da Suécia a Lisboa?**

A Presidente do Partido, H. Gudrun.

**Qual o balanço feito a estas visitas pela delegação do PCP?**

Um balanço positivo. Consideramos esta visita de grande importância para o reforço das nossas relações internacionais, para a intervenção e a luta dos nossos Partidos e para a defesa dos interesses dos trabalhadores e dos povos dos respectivos países.



## Seminário Internacional sobre Moeda

## Existe alternativa

**M**ais de 200 pessoas acompanharam atentamente as intervenções proferidas no Seminário Internacional sobre «A Moeda Única e a União Económica e Monetária» promovido pelo PCP e que decorreu durante todo o dia de sábado passado no Hotel Altis. Para além do Prof. Dr. Avelãs Nunes – que presidiu ao debate –, do eurodeputado comunista Sérgio Ribeiro, e de Agostinho Lopes, Luís Sá e Octávio Teixeira, da Comissão Política do PCP, na mesa encontravam-se ainda destacadas figuras estrangeiras, especialistas na matéria - Jörn Svensson, Paul Boccara e Salvador Jové, vindos respectivamente da Suécia, França e Espanha. Coube ao Secretário-geral do PCP, que naturalmente também integrava a mesa, encerrar os trabalhos.

Na curta intervenção de abertura que fez e depois de informar que a ausência na mesa de Carlos Pimenta, professor catedrático da Faculdade de Economia da Universidade do Porto, se devia a motivos de doença, o professor Avelãs Nunes enunciou o que lhe parecia ser um dos objectivos daquele Seminário: contrariar a ideia, que os defensores da

moeda única insistem em divulgar, de que para ela «não existe alternativa». É obrigação dos intelectuais «não aceitar fatalismos», ajudar a «transformar o mundo para melhor», disse Avelãs Nunes, referindo-se ao papel que os especialistas podem ter nesta batalha de esclarecimento.

E, de facto, assim decorreram os trabalhos do Seminário. Cada interveniente contribuiu com a sua experiência, o seu conhecimento, e até as suas dúvidas, para denunciar as consequências da criação da Moeda Única na União Europeia que, segundo Octávio Teixeira, «visa inequívocos objectivos políticos e é determinada por grandes interesses económicos». Os grandes interesses económicos prosseguidos e defendidos pela Moeda Única, continuou Octávio Teixeira, «são os das empresas e grupos económicos multinacionais ou transnacionais, em particular os interesses especulativos e de dominação mundial do capital financeiro transnacional. Em prejuízo da produção material, do emprego e dos salários, isto é, contra os interesses dos trabalhadores».

Jörn Svensson afirmou que experiências semelhantes já foram ao longo da história tentadas, não tendo resultado. E a título de exemplo, lembrou o padrão ouro atingido nos anos 20 e abandonado nos anos 30 por todos os países, por se ter revelado incompatível com uma política económica activa e um activo combate ao desemprego. A própria reunificação alemã, referiu, fundindo subitamente as moedas, fez da noite para o dia aumentar quatro vezes o custo de vida e elevar para 30% o desemprego na Alemanha de Leste.

### Moeda Única – uma ilusão

Paul Boccara desmontou as «sete ilusões» criadas pela Moeda Única - cooperação; estabilidade monetária; impedimento da especulação; resposta aos perigos da mundialização e dominação do dólar; o abaixamento das taxas de juro, para favorecer o crescimento; supressão dos défices comerciais; possibilidade de agir contra perigos inflacionistas e desperdícios -, que não passam de «sete demagogias», e apresentou a alternativa defendida pelo PCP que, para Paul Boccara, é «uma criação muito mais inovadora». Tratar-se-ia da criação de uma moeda comum de cooperação, que não só não suprimiria as moedas nacionais, como sobre elas seria fundada.

Salvador Jové, depois de informar que no seu país - Espanha - a Esquerda Unida e o Partido Comunista estão sozinhos na crítica ao Tratado de Maastricht e à União Monetária, afirmou a sua total concordância com as posições dos comunistas portugueses. E entre as denúncias

que faz das consequências da adesão à Moeda Única, coloca desde logo o ser muito «pouco sensato» impor condições de convergência desenhadas para os países mais estáveis - «que simultaneamente costumam ser os mais desenvolvidos» - a um conjunto heterogéneo de economias com características estruturais bem definidas.

Sérgio Ribeiro, começou a sua intervenção citando Jacques Kahn que, há quase trinta anos, escrevia que «periodicamente se fala em criar uma «moeda europeia»». Também já então, disse Sérgio Ribeiro, Khan alertava para o facto de que «quem paga a orquestra» é quem «comanda o baile» e concluía sobre essa tão discutida «moeda europeia» que «não é este o interesse dos povos». Por seu turno, considerando ser essa convicção «que fundamenta a luta contra a moeda única», Sérgio Ribeiro afirmou que, «para além de facilitar as trocas, de ter objectivas vantagens enquanto instrumento», a Moeda Única não é um instrumento socialmente neutro, servindo então outros interesses. Instrumento «de e para

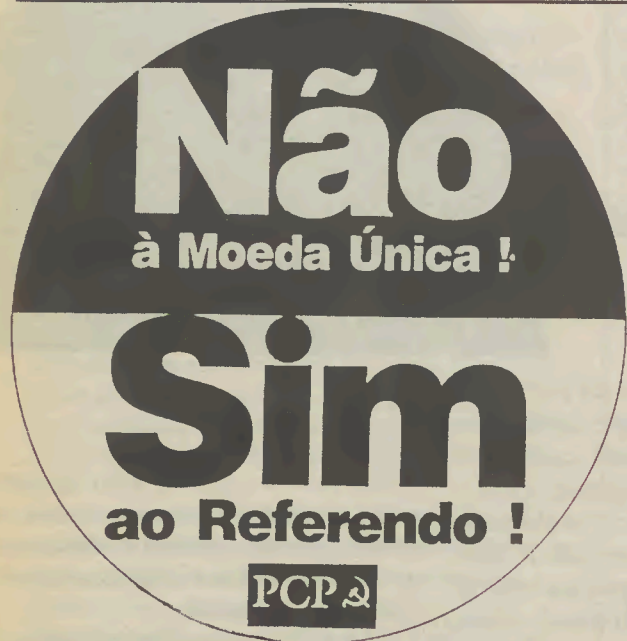


políticas», o Euro tem servido principalmente «para impor políticas (orçamental, monetária, cambial) e uma estratégia. Transnacional, federalista. Anti-social. De classe.»

Luís Sá, que com o seu discurso encerrou a primeira fase de intervenções, denunciou os que acusam o PCP de defender um «valor ultrapassado e conservador». Para Luís Sá, a soberania é um direito a defender, nada tendo a ver com valores conservadores. «Não podemos é temporizar com sujeições a directórios burocráticos sem qualquer controlo político e empobrecedores da democracia e do poder dos povos.»

### Povos diferentes diagnósticos iguais

Iniciado o debate, ele acabou por de certa forma se centrar nas questões levantadas pela primeira interveniente que, pondo «o dedo na ferida», per-



## Os povos devem pronunciar-se

A defesa da soberania nacional e a necessidade de realização de um referendo sobre a Moeda Única foi um tema muito abordado pelos oradores, revelando a intensa polémica que esta questão suscita nos vários países.

Enquanto em Portugal o PCP desenvolve uma campanha de esclarecimento e promove um abaixo-assinado a favor da realização do referendo, em França, Paul Boccara informa que essa campanha começa a chegar mesmo a pessoas que tendo vindo a defender a adesão dizem agora que «talvez mais tarde». Entretanto foram já recolhidas centenas de milhar de assinaturas.

Por seu turno, Jörn Svensson afirma que os suecos vêem a adesão à Moeda Única como uma enorme afronta à sua soberania. Motivo de divergências dentro dos próprios círculos governamentais, uma sondagem recente revela que a Suécia não ingressará em 1999 na União Económica e Monetária. E não o fazendo nessa altura, pensa este eurodeputado sueco que jamais o fará.

Salvador Jové, como aliás já o haviam feito os outros oradores, chamando a atenção para o esvaziamento dos parlamentos nacionais e para os graves perigos de uma política executada à margem ou nas costas dos cidadãos, diz ser esta uma das razões por que a Esquerda Unida defende o referendo. E face a posição idêntica por parte dos comunistas portugueses e dos outros intervenientes, sugere a coordenação de esforços para um referendo em toda a Comunidade Europeia.

## UEM ameaça emprego e direitos

O emprego e os direitos sociais dos trabalhadores foram, sem dúvida, os aspectos que mais preocupações suscitaram aos participantes do Seminário.

Para Octávio Teixeira, a Moeda Única agrava o fosso dos desequilíbrios regionais. No que respeita concretamente a Portugal, para a exigida melhoria da produtividade aparente da economia restará a via dos despedimentos e da redução dos custos salariais.

Mesmo os aumentos salariais anuais, que tenderão a evoluir similarmente em todos os países, acabarão por se traduzir para os portugueses por salários reais cada vez mais afastados dos seus congéneres de outros países. E como a Moeda Única tem «como objectivo central a guerra económica com os blocos nipo-asiáticos e americano», daqui decorrerá uma maior desregulamentação do mercado de trabalho e o desmantelamento dos sistemas europeus de protecção social.

Jörn Svensson alerta para as nítidas diferenças existentes entre as várias economias europeias e a forma como as flutuações variam no

tempo e na quantidade. As economias nacionais precisam de autonomia e flexibilidade e com esta «chamada harmonização» o que se visa realmente é uma «uniformização negativa e incompatível com o objectivo do pleno emprego».

Paul Boccara afirma que os defensores da Moeda Única querem a unicidade e não a união. E a «luta desesperada que travam contra a inflação, acompanhada da baixa obsessiva dos salários», «faz fogo» contra o emprego, «leva à diminuição das despesas públicas e atinge as despesas sociais», diz, acusando o Bundesbank de querer assumir-se como «gendarme monetário do mercado interno».

Sérgio Ribeiro, por sua vez, lembra que - para sobreviverem - os interesses ligados à produção, à exportação, ao turismo, às actividades com uma base nacional, têm de baixar os custos do «factor de produção-trabalho» - o que só poderá ser feito pelo «ataque aos salários reais, independentemente da evolução da produtividade» -, e pela redução da carga fiscal, o que será feito, antes de mais, pela





## Conferência Nacional do PCP

# O Poder Local e as Eleições Autárquicas

# RESOLUÇÃO

1

## As eleições autárquicas e a situação política nacional

**A** Conferência Nacional do PCP sobre O Poder Local e as Eleições Autárquicas realizou-se no dia 12 de Abril no Cine Teatro S. João, em Palmela. Registrando a participação de mais de 730 militantes e numerosos convidados, foram produzidas mais de três dezenas de intervenções durante os trabalhos que encerraram com o discurso de Carlos Carvalhas, secretário-geral do PCP. A Conferência aprovou por unanimidade uma Resolução que define as próximas eleições como uma *batalha de todo o Partido, traça as linhas de orientação para o próximo mandato e aponta as principais exigências do PCP para o reforço do Poder Local. Nomeadamente, reclama a criação das regiões administrativas; um novo regime de competências; a elaboração de um novo regime de finanças locais; a revisão da legislação e enquadramento dos recursos humanos da Administração Pública; o reforço da eficácia e operacionalidade dos órgãos autárquicos e da actividade municipal, a desburocratização e simplificação do processo administrativo; a dignificação das freguesias no quadro da Administração Local; a valorização do estatuto das assembleias municipais.*

1.1. É reconhecida a importância política que assumem as próximas eleições autárquicas.

Desde logo pelo que o Poder Local representa no quadro do actual regime democrático. Espaço de participação democrática e cívica, o Poder Local constitui um importante elo de ligação do poder às populações e de intervenção destas na construção e luta por melhores condições de vida.

Depois, porque o Poder Local continua a assumir-se como um instrumento fundamental de resolução dos problemas das populações, malgrado a persistente e continuada ofensiva no sentido de o desprover dos meios indispensáveis à plena prossecução dos seus objectivos.

A confirmação e reforço das posições do Partido e da CDU nas autarquias afigura-se como factor decisivo para uma mais eficaz intervenção do Poder Local na defesa e promoção dos interesses e aspirações das populações.

As posições do PCP e da CDU em maioria têm sido decisivas para impor uma gestão dinâmica, com capacidade de realização, participada e transparente. É pois de grande importância confirmar as posições de maioria que o PCP e a CDU dispõem em 49 municípios, no município de Lisboa em conjunto com o PS e outras forças democráticas e em 316 freguesias, mais as 52 freguesias da cidade de Lisboa em 25 das quais a presidência é do PCP. Mas

não se afigura de menor significado a possibilidade de estender esta influência a novas freguesias e municípios, bem como conquistar novos mandatos e a participação em numerosas autarquias, dando assim voz aos interesses populares e garantindo uma acção fiscalizadora do conteúdo da gestão nessas autarquias.

As eleições autárquicas e os seus resultados podem e devem reflectir o descontentamento em relação à política de direita prosseguida pelo governo do PS e reflectir a aspiração de uma real alternativa política para o país.

Beneficiando de uma inegável vontade de mudança já então sentida pela maioria da população, o PS conquistou, em Dezembro de 1993, a cobertura de uma intensa campanha mediática, artificialmente bipolarizada e adulteradora da natureza das eleições em causa, votos e posições em autarquias, sem qualquer correspondência com a avaliação do mérito do trabalho, dos projectos e das candidaturas por si apresentadas. Frustradas e desmentidas que estão, pela prática da sua própria política, as promessas de mudança, quer no plano da política nacional quer na gestão autárquica em muitos dos municípios, as próximas eleições decorrerão num quadro político mais clarificado e mais susceptível de um juízo eleitoral mais objectivo e propiciador de uma valorização do trabalho, da obra e intervenção reconhecida

damente superior da CDU e dos seus eleitos.

1.2. Na área do Poder Local, confirmam-se as opções de convergência do PS com o PSD e o CDS/PP em muitas das questões fundamentais.

As eventuais alterações ao sistema eleitoral para as Câmaras Municipais, decorrentes do acordo de Revisão Constitucional, constituem um factor de empobrecimento democrático, de desvirtuamento da vontade expressa no voto e de liquidação da regra da proporcionalidade.

Sob o pretexto da estabilidade e operacionalidade dos órgãos autárquicos, que o actual sistema eleitoral confirmou, pela prática de 20 anos, assegurar plenamente, o que PS e PSD pretendem é mais facilmente consagrar processos e acordos de bastidores para a formação dos executivos municipais, reduzir a margem de conhecimento e as possibilidades de controlo e denúncia de acções especulativas e negociadas na gestão, destruir a relação entre eleitos e eleitores, afastando estes de uma participação mais activa.

Em vez das promessas do PS a respeito das Finanças Locais, verificou-se o incumprimento de muitos aspectos da lei em vigor.

A apresentação das propostas de Orçamento do Estado para 1996 e 1997 constituiu, em matéria de finanças locais, o descrédito dos propósitos e objectivos anunciados pelo Governo.





A afectação de recursos às autarquias não traduziu um real e substancial aumento dos meios financeiros postos à sua disposição, nem correspondeu a uma nova tendência na repartição entre a Administração Central e Local dos recursos públicos do Estado. No Orçamento do Estado de 1996, o governo não só não inscreveu a verba de 7,3 milhões de contos em dívida do ano anterior como persistiu numa subavaliação do FEF. Manteve por cumprir a compensação devida aos municípios em função das isenções mantidas pelo governo. Não cumpriu a promessa, em 1996, de aumentar o valor, fixado em lei das transferências financeiras para as freguesias, para 15%.

Apesar de algumas alterações pontuais de sentido positivo em legislação diversa, no fundamental, o governo do PS manteve uma postura fechada particularmente no que respeita às propostas e medidas que envolvem uma maior transferência de verbas e meios para o Poder Local, como o demonstrou a revisão do regime legal do PER e a persistência no incumprimento integral dos compromissos financeiros decorrentes da legislação sobre regime de permanência nas freguesias já aprovada nesta legislatura.

No domínio do saneamento básico, área social e economicamente estratégica, o PS, depois de rapidamente ter esquecido as alterações prometidas ao nível dos sistemas multimunicipais, promove a privatização e tem revelado, ao proibir a participação da EPAL e de um consórcio maioritariamente público no recente concurso de concessão dos serviços de saneamento de Setúbal, a mais pura identidade de objectivos e procedimentos com a política de Ambiente do PSD, coincidente com a mais descarada opção de privilégio e protecção concedida ao sector privado.

A Regionalização, bandeira da campanha e da encenada oposição do PS, foi adiada e enredada numa teia de sucessivos comprometimentos com a direita.

A aberrante solução adoptada para o processo de instituição das regiões no acordo de revisão constitucional, coloca a aplicação da lei de regionalização na dependência de um duplo referendo, cuja validade depende do voto de mais de metade dos eleitores, o que significa — entre outros inconvenientes — que a abstenção, agravada pela «abstenção técnica» (deslocados e mudanças de residência e mortes não eliminadas), poderá inviabilizar a regionalização. O objectivo desta alteração não foi levar a uma maior participação, mas sim satisfazer os inimigos da regionalização, levou ao seu adiamento, não cumpriu as promessas eleitorais e de calendário do PS e do Primeiro-Ministro.

As freguesias não viram, no essencial, a sua situação melhorada. A própria aplicação da lei sobre os eleitos a tempo inteiro nas juntas de freguesia foi frustrada ou dificultada por absurdas «interpretações» do Governo com vista a não transferir as verbas adequadas.

1.3. Ciente das dificuldades que enfrenta, o PS recorre a meios de todo em todo inaceitáveis. Utiliza intensamente o abuso do poder e a instrumentalização de lugares públicos, com destaque para os governadores civis e as CCR, apesar de serem órgãos de extinção prevista no quadro da regionalização que o PS afirma defender.

Recorre à manipulação da comunicação social que influencia e a campanhas de calúnias contra as autarquias de maioria CDU.

Tenta servir-se do exercício de inspecções e inquéritos para alimentar essas campanhas de calúnias, sendo desiguais os meios de resposta.

Acusa as autarquias de maioria CDU de responsáveis por problemas e dificuldades económicas e sociais resultantes da

# O Poder Local e as Eleições Autárquicas

política do Governo, «esquecendo» que a valiosa intervenção das autarquias nestas áreas não substitui a necessidade de

outra política a nível governamental e que a situação é mais grave na generalidade das autarquias que o PS administra.

## 2

### A situação do Poder Local e a intervenção do PCP

2.1. Sucessivos anos de política de direita conduziram progressivamente o Poder Local a uma situação de crescentes dificuldades financeiras, dependência burocrática e à criação de uma asfíxiadora teia constrangedora e redutora da autonomia municipal e da sua reconhecida capacidade de realização.

Incumprimentos sucessivos da Lei de Finanças Locais, transferências de encargos e isenções não compensadas e a assunção de novas responsabilidades sem as devidas contrapartidas financeiras explicam a difícil situação financeira a que a maioria das autarquias enfrenta.

De igual modo, o emaranhado de legislação publicada, avulsa e incoerente, nos domínios do pessoal, gestão financeira, regime de empreitadas, licenciamento de obras e urbanismo, vieram trazer acrescidos e quase inultrapassáveis obstáculos a uma gestão que se pretendia mais flexibilizada, pronta e eficaz na resposta aos problemas e nas soluções a adoptar.

Também a degradação progressiva e deliberada dos níveis salariais e da política de carreiras dos trabalhadores das autarquias conduziram a uma acrescida dificuldade de atracção e fixação de profissionais qualificados em áreas operárias, operacionais, técnicas e de direcção necessárias à prestação de um serviço público de qualidade.

2.2. As eleições legislativas de 1 de Outubro deram também expressão a uma viva condenação da política de direita contra o Poder Local e sobrelevaram a inequívoca necessidade de inversão de conceitos, objectivos e orientações prosseguidas pela acção governativa face às Autarquias.

Seria de esperar que à derrota do PSD correspondesse uma nova política. Uma política de dignificação do Poder Local e de valorização do lugar que ocupa no quadro da Administração Pública do Estado, liberta de imposições e constrangimentos decorrentes das políticas europeias de Maastricht, e assente no reforço dos meios que potenciem a elevada capacidade de realização e de rentabilização de recursos que o interesse nacional e o bem-estar das populações legitimamente exige.

2.3. Lamentavelmente, o governo do PS parece não se dispor, ao contrário do que intensamente prometeu, a iniciar uma inversão da situação presente, persistindo numa atitude que, reconhecendo e até lamentando esta situação, dela se aproveita para manter, no fundamental, os baixos níveis de atendimento político do Governo para com as autarquias.

2.4. A dinâmica centralista da orientação política governativa veio evidenciar e dar actualidade à necessidade de empreender um conjunto de iniciativas legislativas que dêem corpo a uma nova dimensão na organização administrativa do Estado, no sentido da participação e da descentralização.

Há que dar novos passos no edifício legislativo enquadrador da administra-

ção local, aperfeiçoando-o e desenvolvendo-o com vista a reforçar a sua autonomia, a afirmar o seu espaço na estrutura democrática do Estado e a libertá-lo de orientações conjunturais que a minorizem. Neste sentido e na perspectiva do PCP, avultam prioritariamente:

2.4.1. A criação das regiões administrativas dando urgentemente cumprimento ao disposto na Constituição da República e concluindo finalmente o inacabado edifício da estrutura administrativa do Estado.

2.4.2. Um novo regime de competência que ponha termo à atribuição avulsa e arbitrária de responsabilidades, na base de um novo enquadramento político e legislativo elaborado através de um alargado consenso com a participação dos órgãos locais e regionais, que parta do respeito pelas actuais competências do Poder Local, e assente em:

— uma delimitação de competências definida global e conjuntamente para vários níveis da administração (poder central, regional e local);

— e um novo regime de finanças locais e regionais correspondentes a este novo quadro de competências.

2.4.3. Elaboração de um novo regime de finanças locais que, articuladamente com o regime de finanças regionais, tenha como principal objectivo uma maior participação das autarquias nas receitas do Estado e consagração explícita na constituição destes regimes como leis de valor reforçado.

2.4.4. Revisão da legislação e enquadramento dos recursos humanos da Administração Pública com vista à valorização global do estatuto remuneratório e profissional dos trabalhadores, à adequação de carreiras à realidade da Administração Local e à desburocratização do processo de contratação do pessoal necessário ao desempenho das competências municipais e à defesa e valorização do serviço público prestado pelas autarquias.

2.4.5. Reforço da eficácia e operacionalidade dos órgãos autárquicos e da actividade municipal alargando o limite do número de eleitos a tempo inteiro, estendendo aos municípios de maior dimensão a possibilidade de dispor de director de serviços, consagrando o regime de criação de empresas públicas municipais e intermunicipais, aligeirando o processo de lançamento de concursos e contratação de serviços.

2.4.6. Adopção de um conjunto de medidas de desburocratização e simplificação do processo administrativo designadamente no domínio dos procedimentos urbanísticos e de contratação.

2.4.7. A dignificação das freguesias no quadro da Administração Local e o reforço dos meios à sua disposição, das suas competências e das condições de exercício dos mandatos pelos respectivos eleitos.

2.4.8. A valorização do estatuto das Associações de Municípios e da sua operacionalidade, designadamente assegurando quadros de pessoal privados.

## 3

### Linhas de orientação para o próximo mandato

3.1. A obra desenvolvida pelos colectivos de eleitos do PCP, ao longo de mais de 20 anos de Poder Local Demo-

crático, nomeadamente no actual mandato que irá terminar em Dezembro, caracteriza-se, antes de tudo, pelo cum-



primento do projecto autárquico do Partido e pela sua concepção de exercício do poder.

Trata-se de um amplo e valioso trabalho, balizado pelos programas eleitorais sufragados, pela permanente atenção à vontade expressa das populações e pelo cumprimento dos limites em que se integra a capacidade de actuação das autarquias e que, sem prejuízo de algumas deficiências e erros que urge corrigir, confirma a justeza das orientações traçadas e justifica a reiterada confiança que as populações lhe outorgam, nomeadamente:

Na isenção nas atitudes e resoluções, na honestidade no exercício das funções, no trabalho e empenhamento na satisfação dos interesses das populações;

No contínuo aprofundamento de uma gestão democrática, aberta e participada em que se aprofunde permanentemente o estímulo à participação das populações, à intervenção na defesa dos seus direitos e pela elevação da sua qualidade de vida;

Na informação e comunicação permanentes com a população, consagrando o que é uma obrigação do poder e, simultaneamente, um direito do cidadão;

Na garantia do respeito dos direitos dos cidadãos face à administração;

No empenhamento no sentido de alargar a participação da população e dos interesses locais no processo de decisão, promovendo e apoiando todas as formas que permitam crescer o relacionamento autarquia/população e o trabalho de intervenção directa desta na resolução dos seus problemas;

Na motivação e valorização da intervenção e do papel dos trabalhadores das autarquias na concretização dos objectivos da gestão, integrando nesta os seus conhecimentos técnicos e profissionais e aprofundando a interligação entre eleitos e trabalhadores;

No apoio a todas as formas de organização popular, com especial relevo para o fomento do associativismo;

No reforço das práticas de descentralização, potenciando o papel das freguesias e das organizações populares e a valorização dos órgãos deliberativos, através do seu activo envolvimento nas decisões principais e da criação de condições para permitir a sua intervenção própria e autónoma.

3.2.1. Simultaneamente e ao nível da resposta concreta a carências e problemas ainda existentes, o trabalho dos eleitos do PCP traduziu-se num amplo e valioso contributo para a efectiva melhoria das condições de vida das populações e surge como ponto de referência obrigatório para o trabalho a desenvolver no mandato que se avizinha.

Prosseguiram e aprofundaram-se as acções de planeamento integrado, designadamente através da elaboração dos PDM e de outros PMOT, que cobrem, actualmente, a quase totalidade do território gerido pela CDU.

Lutou-se contra os constrangimentos, cada vez maiores, que limitam o investimento produtivo, sobretudo nas



# Conferência Nacional Poder Local Leições autárquicas

2 de Abril 1997 Palmela

## CDU à obra!



zonas do interior e apostou-se no desenvolvimento económico local.

Caminhou-se, decisivamente, para a plena satisfação de cobertura das necessidades registadas ao nível das redes de infra-estruturas básicas e também da criação de sistemas de tratamento e destino final de resíduos sólidos e águas residuais.

Diversificou-se e reforçou-se a actividade sociocultural.

Promoveram-se acções dirigidas à melhoria do atendimento e de resposta célere às solicitações dos municípios.

**3.2.2. A qualidade do trabalho desenvolvido e a dimensão da Obra conseguida pelos eleitos do PCP nas autarquias locais, fruto de um estilo de trabalho assente numa linha de massas, são características que importa desenvolver e aprofundar.**

Porque são condições de garantia à eficácia da gestão e à justeza das opções a tomar;

Porque são alavanca para a elevação da intervenção cívica da população e para o reforço da sua organização e mobilização na luta pelos seus direitos;

Porque são, finalmente, contributo essencial para uma mais clara compreensão do trabalho realizado, das limitações que esse trabalho enfrenta e das omissões e responsabilidades não assumidas pela Administração Central e pelo Governo, que obrigam a um esforço suplementar das autarquias, que importa seja conhecido, justificado e valorizado em simultâneo com a firme denúncia do demissionismo de sucessivos governos e das respectivas implicações.

**3.3. O balanço positivo que é possível fazer do trabalho global desenvolvido pelos eleitos do PCP nas autarquias locais irá, necessariamente, constituir referência essencial para as linhas de orientação que irão enquadrar a gestão autárquica no mandato que se avizinha de passagem para o século XXI.**

Contudo, tal não deve fazer esquecer a necessidade de enfrentar aspectos negativos, sempre e onde se manifestem. Merecem atenção especial, deficiências que se vão detectando, sobretudo, no que refere à ligação com as populações e com os trabalhadores das autarquias e, ainda, que resultam da presença negativa de rotinas e insuficiências na gestão e nas tarefas burocráticas, que limitam, por vezes, o objectivo do contributo dos eleitos do PCP e da CDU para a progressiva concretização e para um maior aprofundamento do conceito de desenvolvimento integrado que contemple a conjugação das suas componentes física, social, económica, cultural e ambiental, que deverá integrar:

**3.3.1. No domínio do ordenamento do território e do planeamento municipal e intermunicipal importa reforçar:**

— a prática da abordagem integrada do desenvolvimento que contemple as problemáticas registadas ao nível das várias componentes;

— a revisão dos métodos utilizados, com vista ao progressivo acréscimo da eficácia em termos de prazos e de resultados obtidos;

— a atenta articulação dos instrumentos do planeamento municipal com outros de impacto regional e central, tendo em conta as adequadas situações de precedência;

— a utilização de novas tecnologias de comunicação e de informação (TCI) que permitam aceder rapidamente à informação necessária e disponível e simultaneamente permitir a sua eficaz divulgação;

— a procura de novas formas de valorizar e crescer a mobilização e participação da população e das organizações sociais e económicas na discussão, implementação e acompanhamento da concretização dos planos.

**3.3.2. Na área da gestão urbanística** deverá ser prestada a maior atenção com vista a garantir maior operacionalidade e eficácia às opções estratégicas e às soluções presentes nos planos, evitando que se acumulem e agudizem problemas, estrangulamentos e condicionamentos inerentes aos processos de ordenamento e desenvolvimento do espaço urbano. Neste sentido, importa ter presente os seguintes principais objectivos:

— requalificação da imagem e do funcionamento do espaço urbano;

— equilíbrio na distribuição das principais funções urbanas, sobretudo das relações casa/emprego, casa/escola e equipamento colectivo;

— melhoria da circulação do tráfego e a eliminação progressiva dos conflitos entre pessoas e viaturas;

— estímulo à convivência e à vida comunitária processado através de uma mais forte ligação do cidadão ao meio e de uma maior solidariedade e coesão sociais.

Tais objectivos exigem a concretização de uma política abrangente que integre, entre outras, as seguintes medidas:

— a elaboração e o cumprimento de um ajustado planeamento urbanístico, que contemple a defesa e valorização do património arquitectónico, monumental, popular, natural e ambiental, a criação e preservação dos espaços verdes e parques urbanos, a renovação e requalificação do equipamento urbano, a garantia da qualidade arquitectónica dos projectos de construção e do seu adequado enquadramento no ambiente urbano e a promoção de planos de recuperação e renovação de loteamentos e construções ilegais onde estas aflorarem;

— o cuidado no arranjo e no desenvolvimento dos espaços exteriores dos centros urbanos;

— o reforço da atenção na limpeza urbana e na salubridade pública;

— a manutenção e conservação dos pavimentos e da sua sinalização.

**3.3.3. Relativamente à política de equipamentos colectivos** nos âmbitos do ensino, da assistência, da cultura e do desporto, é necessário prosseguir o esforço de resposta às necessidades ainda não satisfeitas e de manutenção e funcionamento dos equipamentos já existentes, com a preocupação da sua inserção em redes devidamente articu-

ladas e implantadas no território, por forma a assegurar a melhor cobertura possível no serviço prestado às populações.

Por outro lado, os equipamentos devem continuar a assumir-se como suporte material de actividades que correspondam à concretização das políticas sectoriais previamente definidas e devem constituir importante contributo para o desenvolvimento sociocultural e desportivo, não só através da escolha das melhores formas de utilização dos equipamentos pela população, como, ainda, da sua participação activa e organizada na gestão desses mesmos equipamentos.

Finalmente, haverá que prosseguir, decisivamente, a luta pela satisfação das responsabilidades que o Governo detém nesta área e de que pretende, cada vez mais, demitir-se, ao mesmo tempo que é essencial a oportuna denúncia junto das populações daquelas omissões e dos seus reflexos.

**3.3.4. Na área da habitação** e, muito embora se trate de área de competência predominante da Administração Central, deverá ser prestada especial atenção:

— a programas de realojamento destinados a famílias carenciadas, incluindo os destinados à erradicação de barracas;

— a programas que visem colocar no mercado habitação de custos controlados, incluindo o apoio ao movimento cooperativo habitacional;

— a programas de reabilitação do parque habitacional, integrando-os na reabilitação urbana;

— a programas de inserção social das famílias alvo dos processos de realojamento.

**3.3.5. A manutenção da inequívoca qualidade do desempenho ambiental** que caracteriza a gestão da CDU, exige um progressivo cuidado na prestação dos serviços, que deverá apontar:

— a conclusão da construção de redes de infra-estruturas básicas, onde tal ainda se justifique;

— a garantia e a eficácia no abastecimento público de água, com elevados padrões de qualidade devidamente analisados e controlados;

— a expansão adequada dos sistemas de tratamento e destino final de resíduos sólidos e de águas residuais e a atenção à eliminação progressiva de todas as fontes de poluição;

— a elaboração e execução de planos sistemáticos destinados à renovação e redimensionamento das redes e equipamentos, nomeadamente a erradicação de redes unitárias, onde ainda persistam;

— a eficaz e atempada conservação e renovação da rede viária;

— a ampliação e conservação das redes de distribuição de energia em baixa tensão e de iluminação pública.

**3.3.6. No que respeita à intervenção das autarquias com vista ao desenvolvimento económico regional e local**, desenvolvimento assumido não como um fim mas como meio essencial para que permita a todos a sua realização própria, importa ter em conta a rica experiência já disponível e também a procura de novas formas e métodos capazes de dinamizar o processo de desenvolvimento socioeconómico, compatibilizando-o com o equilíbrio ambiental, com os valores patrimoniais existentes e com o ordenamento equilibrado do território.

Neste sentido, assumem particular importância as seguintes medidas:

— disponibilização e valorização das infra-estruturas existentes e de novas redes a criar com vista à captação do investimento em sectores produtivos essenciais ao desenvolvimento harmónico;

— activação do diálogo com os agentes económicos e aprofundamento dos mecanismos de incentivo e apoio capazes de contribuir para a fixação de novas actividades, e para a sua dinamização e enquadramento no processo de desenvolvimento, bem como para a criação de novos postos de trabalho;

— organização e permanente disponibilização de toda a informação necessária à análise e decisão do investimento por parte dos agentes económicos interessados;

— continuação e reforço da luta pela concretização da necessária e mais activa participação dos municípios na gestão dos fundos comunitários, nomeadamente daqueles que respeitam mais directamente ao desenvolvimento económico e para uma mais justa e racional utilização dos fundos que integram o Quadro Comunitário de Apoio;

— enquadramento e análise de eventuais iniciativas directas das autarquias em áreas produtivas, com o objectivo mais geral da dinamização do tecido económico local;

— reforço da intervenção das regiões de turismo e da acção dos municípios, como forma concreta de participação do Poder Local numa importante actividade económica, em articulação com os agentes económicos e sociais;

— luta em defesa da manutenção das unidades produtivas existentes, contra o seu encerramento por razões de especulação fundiária ou outras.

**3.3.7. Na área da educação e do ensino** importa continuar a ter em consideração:

— a actuação empenhada no aproximar da escola ao meio e do ensino à vida, promovendo programas de animação com a participação activa dos agentes de ensino;

— a prioridade a dar ao investimento que se integra no âmbito das competências das autarquias e ainda ao necessário apoio à satisfação de novas exigências e necessidades no domínio da tipologia dos equipamentos e do material escolar didáctico;

— a continuação da resoluta intervenção na expansão e complementação da rede pública de ensino pré-escolar;



— a criação de estruturas de coordenação e participação dos agentes educativos, com vista ao favorecimento da relação autarquia/escolas.

**3.3.8. Relativamente à actuação nas áreas da cultura, do desporto e do lazer**, importa ampliá-la e enquadrá-la na orientação mais geral dirigida ao desenvolvimento sociocultural das populações, à preservação, valorização e divulgação do património cultural e à promoção de formas inovadoras de fomento e apoio à actividade desportiva e à ocupação dos tempos livres da população.

De relevar, ainda, a necessidade do prosseguimento e do reforço das políticas de apoio e dinamização do trabalho dos agentes culturais, bem como às iniciativas da juventude e às suas organizações.

**3.3.9. A actual situação ao nível da protecção civil e da segurança das populações**, justifica uma intervenção cada vez mais empenhada e ajustada às diversas situações que a gestão autárquica tem de enfrentar.

Desde logo, exigindo o reconhecimento do papel insubstituível do Poder Local e a clarificação das suas responsabilidades, com a inerente transferência dos meios indispensáveis ao seu suporte.

Por outro lado, deverá ser dada a maior atenção à constituição e funcionamento dos serviços municipais de protecção civil.





## Conferência Nacional do PCP

Na área da segurança, há que continuar a intervir na procura das melhores soluções face aos problemas que se levantam, reivindicando a mobilização de mais e melhores meios e a reestruturação das forças policiais em conformidade com os interesses das populações.

Também a defesa intransigente dos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos, designadamente contra medidas repressivas, deverão ser questões permanentemente situadas entre as prioridades de actuação dos eleitos do PCP e da CDU.

Finalmente, é essencial instalar e consolidar os conselhos municipais de segurança dos cidadãos, facilitando, assim, a articulação, informação e cooperação entre as populações e as forças policiais na prevenção da marginalidade e da delinquência e na garantia da segurança e tranquilidade dos cidadãos.

**3.3.10. A área da saúde e da solidariedade social** é da responsabilidade da Administração Central. Impõe-se, porém, a continuação do desenvolvimento do trabalho realizado, a colaboração com as autoridades de saúde, com acções de promoção e educação para a saúde, maior intervenção nos órgãos de gestão participados dos respectivos serviços, a articulação com as Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) e as organizações representativas.

**3.3.11. A modernização dos serviços** e a simplificação dos circuitos burocráticos assumem, cada vez mais, aos olhos da população, aspecto relevante.

Torna-se, assim, importante investir na melhoria e humanização dos serviços, dotando-os de instalações e de equipamentos funcionais, que permitam a elevação da qualidade de resposta às necessidades e solicitações apresentadas.

No mesmo sentido se deverá apontar para o reforço da garantia da

# O Poder Local e as Eleições Autárquicas

disponibilidade dos eleitos para o contacto directo com os munícipes, promovendo as formas de atendimento mais adequadas, que permitam a simplificação e a eliminação da obrigatoriedade de deslocação aos serviços municipais.

A política dos recursos humanos deve ter em conta as necessidades individuais e as aspirações colectivas dos trabalhadores das autarquias e as suas organizações representativas.

Finalmente, a concretização de adequados planos de formação profissional contínua dos trabalhadores das autarquias, designadamente daqueles que exercem funções no atendimento e contacto com o público, visando a sua valorização, deve continuar a ser assumida como acção prioritária, tal como a permanente atenção às condições de trabalho, com especial relevo para o funcionamento do serviço de saúde ocupacional.

**3.4. O exercício do papel de direcção do Partido para o trabalho autárquico** constitui factor da maior importância para o desenvolvimento da acção do PCP nas autarquias, de acordo com os objectivos e programas traçados e também para o próprio desempenho dos eleitos.

A integração dos eleitos nos organismos e no trabalho colectivo garante a sua participação na elaboração das orientações do Partido e assume-se como importante apoio ao desenvolvimento da actividade dos eleitos, através de um mais alargado conhecimento do sentir e das aspirações populares, condição indispensável a uma gestão com elas identificada.

A discussão regular, nos organismos do Partido, dos problemas locais e das autarquias constitui, também, condição indispensável à definição das principais orientações e à avaliação permanente da situação local, bem como do nível de intervenção e organização da população na luta pela melhoria das suas condições de vida.

## 4

### Eleições autárquicas, uma batalha de todo o Partido

**4.1. CDU é obra!** Uma expressão que em si sintetiza quer o reconhecido valor e dimensão do trabalho realizado e da contribuição dada pelos eleitos do PCP e da CDU à solução dos problemas, à elevação da qualidade de vida das populações e ao progresso e desenvolvimento dos concelhos e freguesias do país, quer os valores de trabalho, honestidade e competência que caracterizam e diferenciam em todo o país a sua intervenção no Poder Local.

Um trabalho e intervenção que legitimam a confiança no objectivo de fazer progredir a diversificada representação política da CDU no conjunto das autarquias do país.

As importantes posições que o Partido e a CDU dispõem nas autarquias, o significado político que tal presença assume e as possibilidades de trabalho que dela decorrem, são razões suficientes para prever, a exemplo de eleições anteriores, uma forte ofensiva dirigida contra as posições que detém no Poder Local.

A comprovada ausência de limites e de isenção revelada presentemente pelo PS na utilização de meios, cargos e recursos do Estado como factores de pressão e condicionamento da vontade e opções eleitorais dos portugueses, é um primeiro sinal de um estilo de intervenção que inevitavelmente se intensificará com o aproximar da data das eleições.

A confirmação das possibilidades e perspectivas eleitorais torna necessário que se encare a preparação das eleições como uma batalha de todo o Partido.

**4.2. De acordo com a resolução política do XV Congresso, o PCP** apresentar-se-á às próximas eleições no quadro da CDU, Coligação Democrática Unitária, em todo o país, à excepção da cidade de Lisboa. A experiência e os resultados do trabalho da Coligação «Com Lisboa», aferidos à luz dos reais interesses da população da cidade, reclamam o empenhamento no sentido de ser assegurado o prosseguimento da obra de renovação e transformação iniciada com a derrota da ruínoza gestão da responsabilidade dos executivos da Coligação PSD/CDS.

**4.3. A concretização, com êxito, dos** objectivos eleitorais com que o PCP se apresenta às próximas eleições é inseparável de uma intervenção conjugada ao nível das medidas especificamente eleitorais, do desenvolvimento da actividade nos órgãos autárquicos e da acção geral do Partido no quadro global da luta contra a política de direita.

É indiscutível que o trabalho e a actividade autárquica assumem um peso com real significado nos resultados eleitorais de Dezembro de 1997. Mas seria um erro ignorar, atendendo ao quadro político e eleitoral presente, o carácter determinante que a luta

geral dos trabalhadores e do povo assumirá na clarificação da verdadeira natureza das opções políticas fundamentais do PS, na arrumação das forças e na determinação da vontade e disposições eleitorais de largos sectores da população.

**4.4. No desenvolvimento da actividade** nos órgãos autárquicos, assume particular relevância o reforço da capacidade de realização e de resposta aos problemas locais, a melhoria dos níveis de divulgação e de valorização do trabalho realizado que permita a necessária e justificada rentabilização política do trabalho e investimentos realizados, o aprofundamento do contacto com as populações e as suas organizações.

A actividade que, em simultâneo, a CDU deverá desenvolver através da prestação de contas do trabalho realizado é uma condição indispensável para afirmar o valor do nosso projecto autárquico e consolidar a ideia do seu prosseguimento na situação de maioria e para o apresentar como alternativa e condição para uma real mudança de gestão nas situações onde nos encontramos em minoria.

**4.5. Ao nível das medidas eleitorais** são de sublinhar pela sua importância o trabalho com vista à mobilização e envolvimento do Partido, a dinamização das estruturas da CDU, em articulação com o Partido Ecologista «Os Verdes» e a Intervenção Democrática, e o alargamento da sua expressão unitária, a definição das candidaturas e a elaboração das listas, o debate com vista à apresentação dos programas eleitorais.

A CDU afirma-se como um amplo espaço de participação democrática e de empenhada contribuição para a resolução dos problemas, para a elevação das condições de vida e para o desenvolvimento local.

A procura de um alargado envolvimento de cidadãos e cidadãs sem partido na CDU é inerente à concepção democrática, unitária e participada que o PCP tem do Poder Local.

Num momento em que alguns ostentam a figura do «independente», como instrumento e cobertura de políticas ao serviço de interesses inconfessados, assume especial significado o esforço para prosseguir e ampliar o trabalho de aproximação e envolvimento de milhares de jovens, mulheres e homens numa participação generosa e desinteressada no quadro da CDU.

A JCP tem um papel muito importante na intervenção junto da juventude e na dinamização do amplo movimento da Juventude CDU.

A Conferência Nacional sublinha, assim, a necessidade de ser imprimida uma particular atenção à dinamização das estruturas locais da CDU e a uma mais ousada atitude de contactos para trazer à sua actividade inúmeros activistas, cidadãos e personalidades disponíveis em trabalhar e lutar pela dignificação das condições de vida das populações.

A possibilidade aberta aos imigrantes de participarem pela primeira vez nas próximas eleições autárquicas, nas condições previstas em lei aprovada na Assembleia da República com o

activo concurso do PCP, reforça a necessidade de, quer no recenseamento quer na preparação das listas e dos programas, ter em conta os problemas e aspirações e o papel das comunidades imigrantes.

**4.6. Com vista ao êxito da intervenção** eleitoral da CDU, importa desde já prestar grande atenção a aspectos como a organização e o planeamento das acções da pré-campanha e da campanha; a definição e adaptação de estruturas de direcção e acompanhamento da intervenção eleitoral que, sustentadas no indispensável e insubstituível trabalho colectivo, sejam dotadas de operacionalidade e capacidade de pronta resposta e iniciativa política e assegurem o papel essencial dos candidatos; a atenta consideração da política de comunicação das candidaturas CDU nos seus múltiplos aspectos e componentes (relações com os órgãos de comunicação social, propaganda escrita e visual, etc.).

**4.7. O empenhamento de todo o Partido** na Campanha Nacional de Fundos para a recolha extraordinária de 200 mil contos, a decorrer até ao final do ano, é condição indispensável para reunir os recursos necessários a uma activa e bem sucedida campanha eleitoral, através da mobilização do apoio material dos comunistas e de todos quantos reconhecem a determinante contribuição do PCP e dos seus aliados na CDU no Poder Local democrático e na sociedade portuguesa.

**4.8. O trabalho com vista à** apresentação pela CDU de listas a todos os órgãos municipais e a um número de freguesias superior ao de 1993 reclama um largo esforço e empenhamento do conjunto das nossas organizações e militantes.

A presença a sufrágio, o prestígio e provas dadas pelos candidatos a apresentar, a expressão e identificação do conjunto da lista com as aspirações da população, são factores essenciais à credibilização do projecto da CDU e um vector determinante para imprimir dinâmica e confiança à intervenção eleitoral necessária à concretização dos objectivos definidos para cada autarquia. Sublinhe-se a importância da observância e respeito pelo princípio estatutário de não ser prejudicado nem beneficiado no exercício de cargos públicos inerente à concepção comunista do exercício do poder.

A presença e a qualidade das listas de freguesias constitui um importante contributo para os resultados eleitorais e representa ou pode representar uma importante contribuição para o progresso da implantação e estruturação orgânica do Partido.

**4.9. A luta pela legalidade eleitoral** é, desde já, pela fiscalização do acto eleitoral, bem como pelo acompanhamento do processo de recenseamento, com particular atenção à inscrição dos jovens e imigrantes, deve ser considerada uma tarefa política importante.

**4.10. A Conferência Nacional** sublinha, finalmente, a importância de uma campanha eleitoral que privilegie um intenso contacto directo com as populações, assente na dinâmica das iniciativas locais e num quadro de alargada participação. Uma campanha que deve privilegiar a relação directa com as populações, uma intervenção específica dirigida para os sectores mais significativos em presença em cada local e a afirmação do valor das propostas e do projecto autárquico do PCP.

## 5

Ciente das exigências políticas da batalha eleitoral, mas também das fundadas razões para a encarar com optimismo e a Conferência Nacional do PCP sobre Poder Local e as Eleições Autárquicas apela à intervenção empenhada, criativa e confiante de todo o Partido, para que, em Dezembro, seja

confirmado o prestígio e o valor demonstrados pelo trabalho dos comunistas e dos seus aliados nas autarquias, ampliadas as condições para o prosseguir e estender a outros municípios e freguesias e abertas novas perspectivas para uma viragem da política no plano nacional.



# Única Va



Texto  
Margarida Folque

Fotos  
Jorge Caria

*Para atingir o objectivo de integrar o grupo inicial da União Económica e Monetária, e cumprir estritamente os critérios de convergência nominal, os vários países europeus incluindo Portugal fazem-no à custa do crescimento da economia e dos gastos públicos e sociais*

guntava como explicar de forma simples e acessível ao «cidadão comum» - com expectativas e dúvidas -, os inconvenientes da Moeda Única, sendo esta, como é, uma temática de tão especializada e complexa abordagem. É verdade que o Partido dá as respostas mas será que elas são perceptíveis para as pessoas?

E o desafio ficou lançado, com a enumeração de algumas dessas expectativas e dúvidas de «leigos» que vêem na moeda única uma forma de fazer frente ao dólar e assim «combater o imperialismo»; ou que defendem a tese de que com uma moeda forte «vamos ficar mais ricos»; ou ainda a convicção (que surge muito da parte de jovens) de que o federalismo pode evitar guerras entre países europeus; ou mesmo de que uma União Europeia aumentaria a segurança e atenuaria antagonismos.

Questões diferentes foram entretanto também levantadas por outros participantes. Sobre a inflação, que «de categoria económica passou a categoria política»; sobre as consequências do alargamento da União aos países de Leste; de que maneira poderá Portugal ficar afectado pela não adesão à Moeda Única; enfim dúvidas e dúvidas que existem e é preciso esclarecer.

Coincidentes foram porém as opiniões acerca das suas consequências sobre os países menos desenvolvidos e quais os interesses a que a sua criação obedece. E, principalmente, sobre a existência de soluções alternativas, que não ponham em causa o emprego e os direitos sociais dos trabalhadores e a soberania dos povos, e a necessidade da realização de um referendo.

Um debate vivo que, não fora a hora, prolongar-se-ia por muito tempo. Mas a que, infelizmente, o professor Avelãs Nunes teve de pôr fim. A encerrar os trabalhos, Carlos Carvalhas proferiu uma intervenção de que transcrevemos os principais extractos, onde colocou as principais posições do PCP sobre a matéria.

## Carlos Carvalhas «Governo PS anda a vender os anéis»

É uma realidade que o prosseguimento acelerado da política guiada pelo espantoso dos critérios de Maastricht assente nos dogmas neoliberais, tem travado o crescimento económico do País e fragilizado o aparelho produtivo nacional com os consequentes despedimentos e o aumento do desemprego, que as manipulações estatísticas não conseguem disfarçar.

É uma realidade que o cumprimento dos chamados critérios de convergência nominal se opõem ao cumprimento do princípio da coesão económica e social, e são um factor de instabilidade e degradação social no nosso país e na União Europeia.

**Ontem, o presidente do PSD afirmou que o Governo pratica uma política de confidencialidade sobre as questões europeias e a moeda única, o que é uma realidade.**

Mas então por que razão é que o PSD fez um acordo de revisão constitucional com o PS que não permite que se faça um referendo sobre a moeda única?

Se o PSD está contra a confidencialidade, por que razão é que não quer que seja o povo a decidir?

O PSD e o PS sabem muito bem que um referendo sobre a moeda única permitiria o debate contraditório, a difusão da informação e a participação popular, pondo fim à confidencialidade e à marcha silenciosa para a moeda única que, no fundo, tanto um como outro, defendem.

O PSD e o PS sabem que o caminho para a moeda única é o caminho de mais austeridade e mais desemprego e, por isso andam no jogo do empurra, no jogo do endosso das responsabilidades e da autodesculpabilização.

Se quisessem acabar com a confidencialidade, com a política dos factos consumados, não só estariam a favor de um referendo sobre a moeda única, como seriam os primeiros a dar o seu acordo a debates interpartidários com diversos responsáveis, e com a maior cobertura mediática possível.

Se a preocupação do PSD com a confidencialidade é verdadeira, então proponha ou dê o seu acordo à realização de debates, numa ou em mais que uma estação televisiva, com os partidos que têm assento na Assembleia da República!

A passagem à moeda única não é nem pode ser uma questão somente para especialistas.

Pelas suas consequências na vida de todos e de cada um, pelo seu significado e implicações, ela deve ser colocada à apreciação, ao debate e ao juízo da opinião pública.

A posição dos partidos não nos dá o resultado de um referendo. O PS anda agora a divulgar a sua proposta de duplo referendo. Mas, ao contrário do que alguns têm noticiado, o PS não propõe um referendo sobre a moeda única mas apenas um referendo sobre (questões marginais), alguns aspectos da integração europeia, o que é uma mistificação. É apenas uma manobra, para dizer que não está contra um referendo sobre a moeda única e a União Económica e Monetária, que são as questões determinantes.

### Uma política inaceitável

O Governo PS tem andado a vender os anéis para cumprir antecipadamente os critérios de Maastricht.

Enquanto houver património, enquanto houver anéis, vai havendo dinheiro para cumprir os desígnios de Maastricht.

É uma política inaceitável.

Com o leilão, o desbaratamento das empresas públicas, não só a economia se vê privada do controlo de importantes alavancas como, com as negociações, se acelera a política de concentração da riqueza com o dinheiro dos contribuintes.

O caso da Lisnave é paradigmático.

Não se está apenas perante uma privatização com os saneamentos prévios e outras benesses por conta do Estado.

Com efeito, neste caso, nem tudo é privatizado. Cria-se uma empresa de capitais públicos - a Gestnave - que disporá do pessoal que restar depois da operadora, ou seja, a Lisnave Infra-estruturas, S.A., ter procedido à escolha dos 1339 trabalhadores que entende necessitar. Restarão cerca de 2400 trabalhadores para a Gestnave.

Fica assim constituída na Gestnave uma reserva de mão-de-obra a que a Lisnave recorrerá quando precisar, correndo todos os encargos por conta do Estado. Taxa de desemprego para a Lisnave, 0%; para o Estado, logo se verá.

Parece poder perspectivar-se a criação de uma Lisnave com um quadro de pessoal que os técnicos terão avaliado ser o adequado para a conjuntura actual; que irá dispor de um estaleiro onde irão ser dispendidos, no mínimo, 15 milhões de contos para o modernizar.

A Lisnave terá associado o Grupo Thyssen com uma participação no capital social de 20% que parece poder contribuir para uma maior segurança na carteira de encomendas. Disporá ainda, como se disse, de uma bolsa de trabalho sem encargos para utilização nos períodos de pausa.

Como já alguém disse, este é um verdadeiro totoloto oferecido aos Mello ou, como disse também, um liberal conhecido escandalizado com tal negociação: «Desta forma praticamente gratuita o Grupo Mello adquire, passando para a nova empresa de reparação aquilo que de melhor existe na Lisnave - a sua marca, os estaleiros, o melhor pessoal, os seus contratos - assumindo, em contrapartida, apenas os passivos correntes.»

E assim, o Governo PS, com a sigla PS, com o nome de socialista, quer proceder a um programa de privatizações que ninguém, nem um liberal por mais radical que seja, desdenharia.

Mas há uma outra questão que nesta caminhada tem sido silenciada. Refiro-me ao Pacto de Estabilidade que o Governo assinou, em nome de Portugal, sem qualquer consulta prévia ao País, ou debate público.

Ao contrário do que se quer fazer crer, há outros caminhos para a construção de uma União Económica e Monetária, há outros caminhos que passam pelo reforço do orçamento comunitário, pela cooperação, pela complementaridade das economias, pelo diálogo das culturas, pela concretização do princípio da coesão económica e social.

É possível uma outra construção europeia, de paz e cooperação, de co-desenvolvimento, que faça do princípio da coesão económica e social o seu primeiro objectivo, que ponha em primeiro lugar o emprego e a convergência real das economias, e não a convergência nominal.

Uma Europa plural que ataque um dos seus mais graves problemas: o desemprego, o que passa por uma verdadeira cooperação monetária, pelo reforço do orçamento comunitário, pelo financiamento de projectos comuns, pelo aproveitamento dos recursos de cada país e pela solidariedade recíproca.

Uma Europa social, harmonizando por cima, em vez de nivelar por baixo, ou pelo nível dos países do Terceiro Mundo, as conquistas sociais. É neste caminho que empenhamos as nossas forças. (...)



## Direitos sociais

diminuição até à anulação dos custos do trabalho não-salariais e pela diminuição e não pagamento de outros impostos». Um «absurdo», diz Sérgio Ribeiro que é «vítimas do processo do EURO» sobreviverem «à custa de outras "vítimas" do mesmo processo, os trabalhadores, assim duplamente "vítimas"».

Salvador Jové, invoca o Instituto Monetário Europeu - embrião do futuro Banco Central Europeu - que reconhece no seu relatório anual de 1996 a situação «preocupante» do emprego e adverte que para 1997 o desemprego poderia decrescer de forma marginal, mas as taxas de desemprego manter-se-iam em níveis máximos históricos». O verdadeiro problema - diz Salvador Jové - está no facto da adesão à Moeda Única servir para justificar privatizações, desregulamentações, cortes nos gastos públicos, com todas as suas implicações na criação de emprego.

A necessidade da rápida tomada de consciência destes perigos pelos trabalhadores europeus e a forma de o conseguir foram importante motivo de reflexão de um debate que urge prosseguir.



# Uma manifestação de força e confiança

■ JORGE PIRES  
Membro  
da Comissão Política

**C**OM A REVOLUÇÃO DE ABRIL, o povo português conquistou o direito de escolher os caminhos do desenvolvimento local, bem como os homens, as mulheres e os jovens que melhor podem, em sua opinião, protagonizar esse desenvolvimento nos órgãos do Poder Local. Assim foi com as nomeações das Comissões Administrativas, mas fundamentalmente a partir de 76 após a entrada em vigor da Constituição, com as primeiras eleições autárquicas. Nas Comissões Administrativas e, mais tarde, com as eleições, surgiu uma geração de eleitos autárquicos, na altura com idades compreendidas entre os 20 e os 30 anos, homens e mulheres que, apesar da sua idade, já vinham experimentados na luta antifascista com destaque para a actividade exercida no movimento estudantil, nos Sindicatos e nas associações de carácter cultural e desportivo.

Alguns dos mais destacados presidentes de câmara e outros autarcas do nosso Partido no distrito de Setúbal têm 23 anos de actividade autárquica. Estes e outras centenas de autarcas comunistas que têm passado pelos vários órgãos autárquicos não só têm dignificado o nosso Partido como têm realizado uma obra notável reconhecida por toda a gente, mesmo pelos nossos adversários políticos, particularmente fora dos períodos eleitorais.

Foi notável o esforço desenvolvido para superar o estado de subdesenvolvimento a que estavam sujeitas as populações locais, privadas do acesso a bens fundamentais como a água corrente, energia eléctrica, rede de esgotos, equipamentos de saúde, infantários, creches, bibliotecas, parques desportivos, entre outros. Vivia-se não só a privação das liberdades fundamentais, mas também uma situação de miséria e de marginalidade.

A prioridade foi, nessa altura, para a batalha das infra-estruturas básicas. O grande objectivo era o de resolver o problema de cerca de metade da população do distrito que em 1974 não tinha acesso às redes de saneamento básico. Foi uma batalha que exigiu esforços gigantescos. Apesar das inúmeras dificuldades resultantes da política do poder central, em 1984 no essencial essa batalha estava praticamente vencida.

Nessa altura, cerca de 90% da população do distrito dispunha de acesso às redes públicas de água, esgotos, recolha de lixo, electrificação e, os municípios do distrito passaram a ter os índices mais elevados do país e a ocuparem os primeiros lugares a nível nacional. Podemos afirmar com orgulho que as autarquias de presidência CDU, 10 anos após a Revolução de Abril, realizaram mais trabalho do que o fascismo durante 48 anos. Comparando com outras regiões do país onde o PS, PSD e PP tinham posições maioritárias, o distrito de Setúbal estava e está claramente na dianteira.

Novas etapas na evolução do trabalho autárquico no distrito se iniciaram, as quais se traduziram em importantes avanços, nomeadamente nas áreas socioculturais, na defesa do património histórico e cultural, na melhoria da qualidade de vida, no aumento da eficácia da gestão autárquica, na descentralização para as freguesias, na cooperação intermunicipal, na modernização administrativa, na intervenção em áreas do desenvolvimento económico e áreas sociais.

Hoje podemos afirmar que os resultados não só são positivos, como ultrapassaram em algumas áreas as nossas melhores expectativas. Os índices de qualidade de vida, o conjunto dos equipamentos construídos, o desenvolvimento cultural, desportivo e recreativo, o trabalho desenvolvido nas áreas do ambiente, da modernização

administrativa e desburocratização, os avanços da cooperação intermunicipal através da Associação de Municípios do distrito de Setúbal e da Associação de Municípios do Litoral Alentejano. A qualidade da nossa intervenção em áreas como a educação, ensino, habitação e a acção social, comprovam esta positiva avaliação.

Por tudo isto, foi com naturalidade que a população do distrito de Setúbal foi elegendo desde 76, nos sucessivos actos eleitorais alguns dos actuais presidentes de câmara, membros do nosso Partido. Fizeram-no em primeiro lugar porque acreditam que o nosso projecto autárquico é o que melhor serve os interesses da população e da região e porque, os nossos eleitos da CDU são aqueles que ao longo dos anos melhores provas têm dado de trabalho, honestidade e competência, mas também porque estes eleitos comunistas granjearam por mérito próprio prestígio junto das populações.

A experiência acumulada por estes camaradas tem sido importante, não só para a concretização do nosso projecto autárquico, mas também na ajuda à formação de muitos e bons autarcas, que o nosso Partido pode dispor hoje para assumirem maiores responsabilidades quer nas autarquias locais, quer noutras tarefas.

Temos, por isso, muitas e boas razões para estarmos confiantes relativamente ao futuro e encarar com serenidade a necessária renovação das listas, mesmo quando essa renovação passa pela substituição de alguns dos mais destacados presidentes de câmara do distrito.

Substituir na presidência das respectivas câmaras, camaradas tão prestigiados e com um capital de obra realizada e de experiência como os nossos camaradas José Luís (Moita); Eufázio Filipe (Seixal); Ezequiel Lino (Sesimbra) e Francisco Pacheco (Sines), é acima de tudo uma manifestação de força e de grande confiança no futuro.

Os nossos adversários no distrito, principalmente o PS, que nos têm acusado de não termos mais figuras, que os que temos estão ultrapassados, que não têm ideias novas e que são um entrave ao desenvolvimento da região, ficaram desorientados com as nossas decisões nesta matéria e, com falta de imaginação que os caracteriza, afirmaram pela boca do Ministro-adjunto e dirigente nacional do PS, Jorge Coelho, que estes camaradas são substituídos porque têm medo de conhecer a derrota nas próximas eleições.

Não só não têm medo, como três deles já estão anunciados como cabeça de lista às Assembleias Municipais dos respectivos concelhos e, a partir daí, continuarão a sua contribuição para a concretização do nosso projecto autárquico.

Esperavam, ainda os nossos adversários, que este processo de discussão e decisão de renovação das listas, fosse um momento de grande tensão interna, com manifestações públicas de descontentamento como acontece com eles próprios, como é o recente exemplo no concelho de Sesimbra onde 3 dirigentes da comissão política concelhia em comunicado manifestaram a sua discordância relativamente ao processo de escolha do cabeça de lista e declararam o apoio à candidatura do PSD. Enganaram-se no que diz respeito à CDU. O processo de renovação e decisão dos futuros presidentes de câmara da Moita, Sesimbra, Seixal e Sines, decorreu com grande serenidade e dignidade, tendo estes eleitos comunistas mais

uma vez, colocado em primeiro lugar os interesses colectivos em detrimento de quaisquer interesses ou objectivos pessoais.

Em todos estes casos os actuais presidentes de câmara colocaram e discutiram com o Partido a necessidade da sua substituição e participaram activa e empenhadamente no processo de escolha e decisão sobre os futuros presidentes das câmaras respectivas.

A renovação entre nós não se faz para responder a pressões de grupos ou para distribuir "tachos" pela clientela ávida de poder; faz-se fundamentalmente para responder em cada momento aos desafios que nos coloca a actividade autárquica, a partir duma avaliação rigorosa do trabalho que temos de realizar e de quais as pessoas que estão em melhores condições de protagonizar a sua concretização.

A decisão de avançar com a substituição destes quatro presidentes de câmara é, sobretudo, uma necessidade de renovar energias para enfrentar um novo período que será, certamente, como os anteriores longo e exigente e porque consideramos que estas substituições não põem em causa a nossa influência e a nossa capacidade de intervir ao mesmo nível e porque os futuros presidentes de câmara são também camaradas com provas dadas de trabalho, honestidade e competência.

**A renovação entre nós não se faz para responder a pressões de grupos ou para distribuir "tachos" pela clientela ávida de poder; faz-se fundamentalmente para responder em cada momento aos desafios que nos coloca a actividade autárquica**





# Droga: o mito da legalização

**U**m discurso recente do Presidente da Assembleia da República, Almeida Santos, veio dar um novo e inesperado fôlego mediático à ideia, que não é nova, de que se o Estado distribuisse droga gratuitamente aos toxicodependentes eliminaria o lucro dos traficantes e erradicaria o tráfico, "como por magia". Só ainda ninguém explicou como se processaria tal passe de mágica.



■ António Filipe

O discurso proferido por Almeida Santos no passado dia 8 de Abril a propósito da apresentação da versão portuguesa do 1º Relatório do Observatório Europeu das Drogas e da Toxicodependência veio relançar na comunicação social a discussão sobre as estratégias de combate à droga, ao defender a tese de que a erradicação do tráfico poderia passar pela distribuição gratuita de droga pelos serviços do Estado.

Perante a estupefacção da generalidade dos especialistas presentes, o Presidente da Assembleia da República preconizou que os Estados se obrigassem "a adquirir a baixo preço as drogas na origem, e a fornecê-las gratuitamente, em estado puro, aos possuidores de cartão de identidade como toxicodependentes, com certificação médica da droga de que dependem e da quantidade mínima de que precisam". Segundo Almeida Santos, tal distribuição teria como efeito a eliminação dos lucros dos traficantes, esfumando-se o tráfico "como por magia".

O aproveitamento mediático desta intervenção veio relançar o debate em termos redutores, como se a solução para os problemas da toxicodependência e do tráfico de drogas se contivesse na simples opção entre concordar com a ideia transmitida por Almeida Santos, caso em que se concordaria com a resolução do problema, ou discordar dessa proposta, caso em que se optaria por manter tudo na mesma. A realidade é, no entanto, mais complexa do que a sua simplificação para efeitos mediáticos.

Se é verdade que o balanço das chamadas políticas de combate à droga desenvolvidas até à data traduz a frustração de não ter sido travado o aumento do consumo e do tráfico, obrigando a uma reflexão sem preconceitos quanto aos caminhos a seguir, isso não implica forçosamente que quaisquer outras ideias tenham de ser boas, só porque são diferentes. Naturalmente que não devem existir tabus na consideração de quaisquer ideias quanto às políticas de combate à droga, mas as propostas que se apresentem como inovadoras têm também de ser consideradas sem tabus e sem ideias feitas, nos seus prós e nos seus contras. É isso que, neste caso concreto, importa fazer.

que parece incontornável. É que ainda ninguém conseguiu demonstrar como é que tal distribuição conseguiria erradicar o tráfico ilícito. Senão, vejamos:

Mesmo deixando de lado a questão de saber onde adquiriria o Estado a droga que se propunha distribuir, que apesar de tudo não é de somenos, diz-se que a droga em estado puro seria distribuída a quem fosse passado um cartão de toxicodependente. Pergunta-se então, em que circunstâncias seria passado tal cartão? Em que estado de toxicodependência? E até que cada consumidor de drogas estivesse em condições de aceder ao cartão, onde se abasteceria de drogas?

Diz-se que o Estado só forneceria droga a maiores de 18 anos. E os menores de 18 anos que são toxicodependentes, onde a iriam adquirir?

Diz-se que cada toxicodependente teria direito diariamente à dose de que necessitasse. Como se determinaria a dose diária de uma droga como a cocaína cuja dependência se caracteriza pela insaciabilidade? E quanto, por exemplo, à heroína, estaria o Estado na disposição de aumentar sucessivamente as doses prescritas aos dependentes em função da sua tolerância ao produto? Estaria o Estado na disposição de fornecer várias doses diárias? E até quantas? E quando a dose prescrita não fosse suficiente, a quem recorreriam os toxicodependentes? E que drogas estaria o Estado disposto a fornecer gratuitamente? Heroína, cocaína, drogas de síntese, todas as imagináveis?

Perante estas questões, às quais não tem sido dada resposta, parece lógico concluir que a distribuição gratuita de drogas pelo Estado nem de perto nem de longe poria em causa a existência do tráfico ilícito de drogas. Restar-lhe-ia uma imensa margem de actuação, no incentivo aos primeiros consumos, no fornecimento exclusivo a menores e a todos os toxicodependentes não encartados e mesmo quanto a estes, teria ainda a possibilidade óbvia de fornecer as drogas que o Estado não estivesse na disposição de facultar. Dirá alguém que o preço de venda ao consumidor poderia descer, reduzindo as margens de lucro e tornando o tráfico menos atractivo. Mas não aumentaria também a acessibilidade às drogas, conduzindo a um previsível aumento dos consumos? Tantas questões sem resposta conduzem afinal à conclusão evidente de que apesar da afirmação peremptória mil vezes repetida de que o tráfico desapareceria com a distribuição gratuita de drogas, ainda ninguém o demonstrou com argumentos suficientemente válidos.

## Perguntas sem resposta

A ideia de distribuir droga aos toxicodependentes através dos serviços do Estado, como forma de erradicar o tráfico de droga, suscita objecções de princípio que importa considerar, mas para além disso, depara com uma questão prática

## Razões de princípio

Há, porém, razões de princípio que não podem ficar arredadas deste debate. Importa não esquecer que a toxicodependência é acima de tudo um problema de saúde pública. O negócio da droga é particularmente grave, não por ser um negócio, mas por ser um negócio à custa de vidas humanas. A situação de toxicodependência é deplorável em si mesmo, independentemente da entidade fornecedora do produto que gera a dependência. A pequena criminalidade decorrente da toxicodependência é geradora de um inegável mal-estar social e deve evidentemente ser combatida, mas não produz consequências sociais e humanas tão graves como a própria toxicodependência

que lhe está na origem. O papel do Estado relativamente aos toxicodependentes deve ser o de tudo fazer para assegurar o respectivo tratamento, não deve ser o de lhes alimentar a doença, condenando-os à toxicomania perpétua, gratuita e "de qualidade", tendo como contrapartida social alguma diminuição das estatísticas da pequena criminalidade.

Em termos gerais, as teses chamadas de antiproibicionistas do mais diverso tipo, encontram alguma da sua aceitação social na ideia de que as políticas assentes na repressão e no proibicionismo falharam e que será preferível tentar outras experiências, sem precisar exactamente em que consistiriam e sem cuidar de apurar com rigor os seus previsíveis resultados.

Diz-se que a alternativa às incertezas da experimentação é a certeza do falhanço das actuais políticas. Importa por isso que nos questionemos sobre que políticas são essas que têm falhado. São as políticas de prevenção que não passam de meia dúzia de medidas descoordenadas de entretenimento juvenil? São as políticas geradoras de desemprego e exclusão social? São as medidas de tratamento de passam por listas de espera de vários meses em centros de atendimento absolutamente saturados? É a quase inexistência de unidades de desabilitação e de comunidades terapêuticas na rede pública? São as soluções de tratamento assentes na espoliação dos toxicodependentes e das suas famílias? É a inexistente política de reinserção social e profissional? São as 3 mil ocorrências de tráfico de droga registadas em todo o ano de 1996 pelas forças policiais? É a impunidade quase absoluta com que o tráfico de droga se processa em locais públicos, à vista de toda a gente? É o sistema de vigilância costeira que nunca foi posto a funcionar? São as cartas de intenções de combate ao branqueamento de capitais cujas operações através do sistema financeiro são objectivamente facilitadas pela grande maioria das políticas estaduais? É a hipocrisia de países como os Estados Unidos da América que ao mesmo tempo que utilizam o tráfico de droga dos seus protegidos como instrumento de dominação, organizam invasões e promovem ingerências a pretexto de o combater?

As chamadas políticas de combate à droga não têm falhado por ser proibicionistas, mas por se limitarem a incomodar ao de leve os mecanismos do tráfico, fazendo recair o esforço de repressão sobre os elos mais fracos da cadeia, que são alguns pequenos traficantes e consumidores. O que tem resultado em frustração é a falta de uma vontade política capaz de se superiorizar aos interesses do grande capital no narcotráfico e de promover uma sociedade menos vulnerável à dependência das drogas. Essas políticas não resultam de passes de mágica. Não se resolve o problema da droga com "golpes de asa" ou com a mesma facilidade com que Colombo terá posto um ovo em pé. A luta contra a droga trava-se todos os dias e em todos os terrenos. Na intervenção diária, concreta; na reivindicação de medidas mais enérgicas de prevenção, de tratamento, de reinserção social, de combate ao tráfico e ao branqueamento de capitais; na reflexão e no debate; e obviamente, na luta social e política, tendo como horizonte a construção de uma sociedade mais justa e mais livre de drogas.





EM FOCO

## 8ª Conferência Nacional do Ensino Superior da JCP

# Uma outra política educativa

**PROPINAS:  
PS = PSD  
OUTRA VEZ NÃO**

8ª CONFERÊNCIA NACIONAL do ENSINO SUPERIOR da J.C.P.  
18 e 20 de Abril - Lisboa

Organização do Ensino Superior de Amizade Comunista Portuguesa

Um outro entendimento de “para que serve o ensino” perpassa, quer os documentos e intervenções quer os debates que marcaram a VIII Conferência Nacional do Ensino Superior da JCP, que decorreu o fim-de-semana passado no ISCTE, em Lisboa.

Um encontro em que se pôs o dedo na ferida dos muitos problemas com que se debate o Ensino Superior. E se avançaram propostas concretas.

Ao longo de dois dias de trabalhos, em que intervieram dezenas de jovens, foi insistentemente sublinhada a ideia de que o Ensino Superior tem uma função social e não é “um privilégio individual do cidadão” e que uma alternativa é possível, ao actual acumular de problemas. Uma alternativa que passa pelo ultrapassar da “visão estreita e mercantilista do poder” que actualmente impera.

“A Educação faculta o acesso à cultura e à integração na actividade social criativa e produtiva. A Educação promove a realização pessoal, a produtividade do trabalho e o desenvolvimento integrado. A Educação é factor para a superação das desigualdades económicas, sociais e culturais. A Educação é factor de desenvolvimento e progresso de toda a sociedade” - afirma-se na resolução sobre política educativa adoptada pela Conferência, e em que se sublinha que o Ensino Superior “é ainda chamado a desempenhar uma função social complexa, visto funcionar como elo de interligação entre o ensino pré-universitário, o ensino profissional, a produção científico-técnica e as actividades económicas”.

Ideias retomadas ao longo do debate. “Não estamos apenas interessados na capacidade de absorção do mercado, mas sim no desenvolvi-

mento do país em todas as áreas” - afirmou um dos intervenientes - “o Ensino Superior serve também para formar pessoas com uma maior capacidade de análise e intervenção”. Em síntese - serve (ou serviria) o próprio “reforço da democracia”.

As propinas, os “empréstimos” aos estudantes, o financiamento do Ensino Superior, a alteração à Lei de Bases - estiveram, naturalmente, no centro dos debates.

Em causa está uma crescente elitização do ensino, a desresponsabilização do Estado, o favorecer dos interesses privados no sector, o “dito por não dito” que marca a política do governo PS.

Mas também a necessidade de esclarecer, de dizer o porquê das posições assumidas pelos jovens comunistas - e por muitos outros.

no Superior, em 1995 foram já 50.000 os estudantes nestas condições”. Paralelamente, de 1987 a 1995 a frequência nas escolas privadas do Ensino Superior “aumentou 250%, enquanto nas públicas se ficou pelos 40%”.

Lógica política tanto mais chocante quanto “o nível de formação superior em Portugal ronda os 5%, enquanto no resto da Europa os valores se aproximam dos 20%, sendo Portugal o país com menos licenciados na Europa”, como se salienta na resolução aprovada na Conferência.

### Uma outra política

A esta política - em que o governo PS tem pesadas responsabilidades - contrapõem os estudantes comunistas um Ensino Superior Público e de Qualidade, que - como foi sublinhado por Ricardo Oliveira, na intervenção de encerramento - passa por um decidido não ao aumento das propinas e por uma lei de financiamento do Ensino Superior “que responsabiliza o Estado pelo financiamento do Ensino Superior, que responsabiliza e possibilita às escolas a gestão desse orçamento”.

Uma outra política em que “as bolsas não podem se confundidas com empréstimos”, mas consideradas como “um montante que equilibra o rendimento *per capita* dos estudantes com as despesas de educação”.



Estudantes de todo o país participaram activamente na Conferência



## Propinas Vale a pena lutar

“Foi através da luta decidida e em unidade dos estudantes do ensino superior que se impediu a aplicação de duas leis injustas das propinas. Foi essa luta que fez cair ministros. Foi essa luta que contribuiu para derrotar o PSD e a sua política de direita nas urnas” - afirma-se em moção aprovada na Conferência.

Agora, “volvidos 5 anos do início da já longa luta em defesa do ensino superior público”, o PS “mostra os seus reais objectivos em relação ao ensino superior, utilizando as mais refinadas técnicas para dividir os estudantes”. Concretamente - “Privatizar o ensino superior. Pôr os estudantes a pagar aquilo que considera um serviço”.

“Iniciando-se no plano da escola é imperativo que a luta contra as propinas assuma o mais rapidamente possível o carácter nacional que a situação exige” - defende a organização do Ensino Superior da JCP - “Cabe-nos a nós, a cada um de nós, estudantes comunistas, trabalhar com todas as nossas forças para alcançar estes objectivos, porque a luta dos estudantes é a nossa luta”.

A JCP considera como tarefa fundamental “o empenhamento no reforço e alargamento da luta contra a aprovação da proposta de lei de financiamento do Governo PS.

“- Porque a Educação é um direito.

“- Porque defendemos um ensino superior público, gratuito e de qualidade

“- Porque o passado recente prova que vale a pena lutar”.

Tanto mais que o governo aposta numa “grande campanha demagógica”, que poderá registar alguma adesão (nomeadamente quando recorre à contraposição propinas - impostos) e simultaneamente tem vindo a promover uma “estratégia de divisão dos estudantes” - do Politécnico, do Ensino Superior público e do Ensino Superior privado.

O *numerus clausus*, a pobreza da acção social escolar, os obstáculos múltiplos no acesso ao ensino superior, as insistentes políticas de imposição de propinas - constituem, na realidade, peças de um mesmo puzzle - uma política enformada por uma lógica estritamente economicista.

Os factos ilustram bem as consequências dessa política. “Em 1994 foram 30.000 os candidatos que viram negada a sua entrada no Ensi-

Os estudantes comunistas defendem ainda - afirmou Ricardo Oliveira, do Secretariado e da Comissão Política da JCP - “a participação dos estudantes em paridade em qualquer tipo de estabelecimento do ensino superior” e “o fim, em três anos, do *numerus clausus* enquanto restrição global e quantitativa de acesso ao ensino superior público”.

Um conjunto de propostas que, com destaque para Luísa Araújo, da Comissão Política e do Secretariado do PCP, “estão intimamente ligadas à política cultural defendida pelo PCP que considera essencial uma Escola em transformação, para o desenvolvimento e modernização, para a emancipação cultural e a pedagogia democrática e a educação permanente”.



EM FOCO

# VI Encontro Nacional do Ensino Secundário

## A escola é nossa

SERÁ  
ESTE O ANO  
EM QUE TODOS  
TEMOS O  
DIREITO  
DE ENTRAR  
NO ENSINO  
SUPERIOR  
PÚBLICO?

VI ENCONTRO  
NACIONAL  
DO ENSINO  
SECUNDÁRIO  
LISBOA 19 DE ABRIL  
Juventude Comunista Portuguesa

A importância da luta nas escolas - em cada escola - foi referência constante nas várias histórias que foram surgindo no debate de sábado passado, no quadro do VI Encontro Nacional do Ensino Secundário, na aula magna do ISCTE, em Lisboa, e que teve como lema "Paixão? Mais não!".

Os exemplos de várias pequenas lutas, ou do reforço da organização dos jovens comunistas, desdobram-se, num ambiente entusiástico. Em Braga, é a organização da JCP que se viu reforçada com mais 20 jovens, na sequência da distribuição de documentos da Campanha pela Educação Pública, Gratuita e de Qualidade. Em Lisboa, na Escola Luísa Gusmão, é a luta em prol de uma lista unitária, que a actual direcção associativa PSD tenta rejeitar. Uma luta que conta com apoios que vão da associação de pais ao conselho directivo. Exemplos de pequenas acções que se inserem numa lógica de mudança. "Se não mudamos o mundo inteiro, pelo menos mudar as pessoas que estão junto de nós" - nas palavras de um dos jovens intervenientes.

Acções reivindicativas e de protesto que, no fundamental, giram em torno de alguns dos problemas observados no quadro da Campanha da JCP - "falta de condições nas escolas, a continuação das Provas Globais e a não dignificação da avaliação contínua, a contínua dificuldade no Acesso ao Ensino Superior".

Um quadro em que a JCP denuncia o incumprimento das promessas do PS, em particular quanto ao novo Modelo de Direcção, Gestão e Administração Escolar; a implementação das Provas Globais e os Exames nacionais de 12º ano.

"Cabe-nos a nós, estudantes comunistas, dar a volta a isto" - afirma-se no "Manifesto sobre política educativa" aprovado no Encontro, em que os jovens estudantes comunistas defendem - que seja privilegiada a avaliação contínua; o direito de todos "a boas condições nas escolas, a continu-



Foram muitos os jovens que intervieram nos trabalhos do Encontro

ar os estudos para além da escolaridade mínima obrigatória de nove anos e a aceder ao Ensino Superior"; a eficácia do combate ao abandono e insucesso escolar; a revogação dos Exames nacionais do 12º ano e das Provas Globais; a revogação do sistema de *numerus clausus*.

"Por tudo isto é urgente fazer de uma vez por todas uma verdadeira reforma do Sistema Educativo, criando-se um novo sistema que seja participado, justo, democrático e de qualidade", conclui o Manifesto.

"A escola é nossa, dos estudantes, nós queremos participar em todos os aspectos da sua vida e a escola precisa do nosso contributo" - afirmou Vanessa Silva, membro do Secretariado da CNES e da Comissão Política da DN da JCP,

na intervenção de encerramento. Uma participação que passa pelo questionar e debater dos mais diversos aspectos - da carga horária e *currículos* à implementação de disciplinas como o desenvolvimento pessoal e social ou a Educação Sexual; do *numerus clausus* às questões da avaliação.

Vanessa Silva referiu, em particular, as diferentes formas de acção e o papel dos estudantes comunistas, nomeadamente no movimento associativo e valorizou o colectivo de escola, como "forma privilegiada de organização em muitas escolas", por permitir "uma maior percepção dos problemas dos estudantes de determinada escola e uma mais eficaz intervenção na sua resolução".

Fernanda Mateus, membro da Comissão Política, que representou o PCP no Encontro, realçou que "os sucessivos governos, do PSD e agora do PS, gostariam de transformar a maioria dos portugueses em actores passivos das suas políticas, consumidores acrícticos dos seus discursos e das suas falsas promessas".

Uma pretensão que torna mais necessário "alargar a consciência de que as realidades que vivemos, que se traduzem em enormes insatisfações e incertezas também para os jovens, não são uma fatalidade e que é imprescindível tomar consciência de que estas políticas, agora realizadas pelo PS, não são de esquerda".

## Juventude CDU

Em ano de eleições e "com a consciência de que o reforço da CDU é fundamental para a melhoria das condições de vida das populações e também da juventude", a organização do Ensino Secundário da JCP decidiu, em **resolução** aprovada no Encontro:

"1) Afirmar a Juventude CDU nas Escolas como um amplo movimento de participação juvenil, onde participam jovens da JCP, da Ecolojovem e outros sem filiação partidária;

"2) Empenhar-se para serem atingidos os objectivos de confirmar e reforçar as posições da CDU, nomeadamente pelo aumento de votação de jovens na CDU;

"3) Desenvolver desde já contactos com o maior número de estudantes para aderirem à Juventude CDU, participarem nas suas Comissões locais e contribuir com a sua opinião para o enriquecimento das propostas da CDU;

"4) Assumir como objectivo nestas eleições como um bom momento para o reforço da organização do Ensino Secundário da JCP".





4

## Zeki Tamer, mestre calígrafo

**D**epois de ter visto as pedras do passado de muitos países, Sacatrapo resolveu examinar a pedregulhada dos Turcos. Em boa hora. Topou o que pôde. Comeu cobra do mar de Mármara por peixe-espada e meteu-se no ferry-boat para subir o Bósforo.

O guia, velho esquisito. Quase octogênio, chupado como uma ameixa seca, chapéu de abas largas, segurava uma maleta debaixo do braço. Ia apontando os edifícios notáveis de margem direita. Relanceou enojado o palácio Dolmabache que Sacatrapo visitara de véspera e disse em bom inglês:

– Luxo inútil, muita pompa, muito «repara-me neste candelabro de Veneza», uma descarada ostentação, uma trampa.

O portuguêsinho espantou-se:

– Nunca ouvi um guia falar assim.

– Eu não sou um guia qualquer. Sou Zeki Tamer, um dos homens mais conhecidos do mundo. Bati dois recordes olímpicos nos anos trinta, fui avançado centro do Galatasaray e estive muitos anos nos Estados Unidos a ensinar caligrafia. Sou um mestre caligráfico. O maior do mundo.

Isto dito, abriu a maleta. Tirou vários folhetos, cópias de cartas.

– Eis a correspondência que mantive há anos com o Presidente Johnson. Pro-

se enterra, logo aparece um arqueólogo a desenterrá-lo com pás e picaretas.

– Parece-me, sr. Tamer – comentou Sacatrapo – que não haverá maneira de esquecer as pedras do Passado. Até porque os turistas não deixam. Sempre a farejar as pedras dos outros. Uma espécie de cio.

Zeki Tamer indigna-se:

– E o sr. o que é? Donde vem? No seu país também não há pedregulhada?

– Sou português, com muita honra. Não nos faltam as pedras do Passado. Pedras velhas por todo o mundo. Uma diáspora de pedras.

– Diásporas é o que mais há – disse o guia. – Quer dizer: o sr. vem de um país cheio de pedras ver as pedras dos outros. Comparar passados. Ah! O mundo e a idolatria pelos passados! E os Presentes das Europas, Áfricas e Ásias?

O velho Zeki Tamer enfurecia-se. Agitava no ar as folhas caligráficas. E o portuguêsinho disse:

– Talvez seja necessário visitarmos o

## SANDUÍCHES DE AVESTRUZ

■ Alexandre Pinheiro Torres



pus-lhe abrir na Casa Branca um curso de caligrafia artística para os documentos de Estado. Disseram-me que não. Com muita delicadeza, é claro. Ninguém esquecia que eu era o Zeki Tamer, famoso em todo o mundo. Não há ninguém em Istambul que não me conheça. Vivo muito mal da pensão do Estado. Aos oitenta sou guia.

Sacatrapo tentou ver-se dentro da pele de um calígrafo a mostrar as pedras do passado turco.

– E ser guia dá? – perguntou.

– Se não fossem os tempos idos dos Turcos, a Turquia ia-se abaixo por falta de divisas. Anda o mundo inteiro a gravitar à volta de velhas pedras. Gente que nem escrever sabe. Olhe só aqui nesta folha como eu desenho um Z maiúsculo.

– Um Z maravilhoso – comentou Sacatrapo.

– É. Os velhos turcos passam a vida a glorificar o passado. E a dizer aos turistas que as pedras deles, estas ou aquelas ruínas, são mais valiosas que as de Pompeia ou dos Incas. É o que eu faço. Repito aos jovens que nos tempos antigos não havia idiotas como há hoje. Imagine só um documento de Estado escrito num computador!

E Zeki Tamer, depois disto, fechou os olhos e deixou de dizer aos turistas o que a margem direita ia mostrando. Até que dá um salto de revolta e exclama:

– Estou farto de pedras e ruínas. Entendo que o Passado se devia enterrar a ele próprio. Mas não se enterra. Ou se

Passado para não repetirmos os erros nele cometidos. É sempre bom vermos com os nossos próprios olhos as marcas do Tempo.

Zeki Tamer abriu muito a boca e desencilatrou as próteses dentárias. Sacatrapo e os outros turistas riram-se. O antigo campeão olímpico perdera a cabeça.

– E estas placas? – interrogou. – Não são também as marcas do tempo? Quanto me dão por eu exibir os sinais da minha própria velhice?

Atirou ao ar uma mão cheia de folhas cheias de caligrafias caprichosas. Todos acorreram.

– Já ninguém quer isto! Já ninguém sabe escrever. O tempo não ensina nada. Não cicatriza coisa nenhuma.

Sacatrapo segurou-o:

– Calma, sr. Tamer. Se o homem é feito de alguma coisa essa alguma coisa chama-se tempo. É sempre preciso olhar para trás como aqueles que dizem que gostam do Inverno mas passam a vida a proteger-se contra ele. Que diabo mais terá afinal a Turquia para mostrar? Mostra as pedras que tem, obriga os turistas a comer cobras do mar de Mármara por peixe-espada e enche-se de dinheiro.

– Não seja tolo, sr. turista português. O peixe-espada do mar de Mármara é o melhor do mundo. A forma perfeita de um I maiúsculo. O senhor não precisa de ver mais pedras, precisa de aprender caligrafia, e já! É urgente, aqui está o meu cartão. Há muito tempo que não agarrava um aluno. Que alívio!

## EM FOCO

# O desmantelamento de uma nação

■ Zillah Branco

**G**etúlio Vargas, durante a Segunda Guerra, ameaçou aliar-se a Hitler e, em troca do envio de tropas para a luta contra o nazismo, conseguiu que os Estados Unidos apoiassem o seu projecto de desenvolvimento nacional para produzir para a guerra.

Em 1939, foi criado o Código de Minas que tornava o subsolo nacional propriedade estatal. Neste contexto teve início a produção siderúrgica retirando em 1942 as grandes jazidas brasileiras de minério de ferro das mãos dos britânicos (Itabira Iron Ore Company) para dar nascimento à indústria nacional Vale do Rio Doce. Seguiu os passos do México que em 1910 iniciou um processo de estatização da produção de petróleo. Sem entrar na complexa história do que a disponibilidade daqueles recursos não mais exportados em bruto pelos seus antigos donos colonialistas permitiu, graças aos baixos preços, promover a industrialização dos produtos de consumo interno que propiciaram o desenvolvimento nacional e a gradual criação de condições de independência.

Com a propaganda neoliberal das vantagens da globalização que encontra apoio na teoria do desenvolvimento dependente apregoada por vários autores inclusive o sociólogo Fernando Henrique Cardoso (casualmente hoje Presidente da República), os países mais pobres correm para oferecer as suas riquezas em troca de um lugar de parceiro na

mesa dos G7 ou, pelo menos, de mordomos. Em 1966, o governo brasileiro vendeu a franceses a empresa de produção de energia eléctrica Light-Rio anulando uma longa e sofrida luta do povo brasileiro contra a dominação estrangeira. Aos poucos foram sendo minadas as principais empresas estatais com práticas de má gestão, corrupção, incompetência administrativa, que geram o descrédito no Estado e aparentemente justificam as privatizações. Caminha-se a passos largos para a venda da Petrobrás (monopólio estatal do petróleo) e foi marcado o próximo dia 29 de Abril para o leilão da Companhia Vale do Rio Doce que, no dizer de Nicholas R. Hurd, director-geral do Banco Flemings no Brasil «é uma empresa de primeiríssima linha. Não conheço no mundo nada igual. Nenhuma outra empresa de mineração do mundo tem o potencial da Vale. O grupo é completo. Além de ser líder em ferro, tem minas de ouro, cobre, bauxita, e ainda actua em papel e celulose, navegação e ferrovia». Só falta acrescentar que, em maré de saldo, o Governo Brasileiro calculou o seu valor em apenas 10,3 mil milhões de dólares.

Para quem está acostumado a comparar preços com referência ao salário mínimo (que no Brasil é de mais ou menos 16 mil escudos), quando se fala em milhares de milhões de dólares parece um nunca acabar de recursos, capaz de tirar o povo da miséria e desenvolver o país rapidamente. Mas, quando se sabe que o Produto Criminoso Bruto – que soma todos os recursos criados pelas redes criminosas em todo o mundo (analisado pelo «Avante!» em edição anterior) atinge um milhão de milhões de dólares e que a máfia russa tem depositado nos bancos suíços 10 mil milhões, para não falar no mais recente processo de corrupção detectado no Brasil (que fez desaparecerem 600 milhões de dólares de algumas Prefeituras), ou o desvio de 100 milhões de dólares dos cofres da Previdência Social por uma quadrilha que ali actuava há dez anos, os números perdem importância para ficar apenas o travo amargo da decepção com tanta traição praticada por pessoas influentes infiltradas nos altos postos do serviço público em prejuízo dos que trabalham

e acreditam na democracia. Neste quadro, permitido por um sistema político que menospreza a ética, parece ser culpa do aparelho de Estado a existência de corrupção e incompetência administrativa.

Deixando de lado os números, pensemos no valor estratégico e real da Companhia Vale do Rio Doce: reúne 14 empresas controladas, 22 coligadas e 4 participações minoritárias operando em 9 estados brasileiros. É a maior produtora de minério de ferro do mundo detendo 25% do mercado mundial; é a maior produtora de ouro da América Latina com uma reserva de 500 toneladas já prospectadas (sem contar a recente descoberta em Carajás onde por coincidência houve uma chacina dos trabalhadores que pretendiam ocupar terras) e uma das cinco maiores do mundo com uma produção anual de 17 toneladas; possui uma fabulosa infra-estrutura e eficientes meios de transporte; é responsável por 40% da movimentação portuária do Brasil; nos seus 50 navios transporta 30 milhões de toneladas de produtos por ano; detém direitos minerários sobre imensas reservas de ferro, ouro, cobre, bauxita, zinco, titânio, níquel, estanho, manganês e outros minerais associados ao ouro, à prata e molibidénio, níquel e cassiterite, existentes numa área de mais de 400 mil hectares da floresta amazônica. Os depósitos de minério de ferro, com teor de 67% de hematite, em Carajás, atinge 18 mil milhões de toneladas que asseguram o fornecimento do minério por mais 500 anos. As jazidas de manganês são estimadas em 65 milhões de toneladas, as de bauxita em 3,8 bilhões de toneladas e as de titânio em 700 milhões de toneladas de óxido puro.

Nos dois últimos anos, a Companhia Vale investiu 4 bilhões de dólares garantidos

pela sua franca expansão e com o investimento de mais mil milhões permitiu que o Brasil deixasse de importar alumina (estágio intermediário entre a bauxite e o alumínio). Outros projectos têm merecido investimentos significativos: mil e oitocentos milhões de dólares para a produção de papel e celulose, mil e quinhentos milhões para o cobre, centenas de milhões para a obtenção de caulino cujas reservas estão calculadas em 100 milhões de toneladas. Prevê-se a ampliação da produção de minério de ferro com mais um investimento de 200 milhões de dólares. Enfim, é uma empresa patrimonialmente forte, produtiva, lucrativa, com actuação diversificada e excelente desempenho, o grande trunfo brasileiro, segundo o economista Celso Furtado em recente entrevista, para colocar o país em boa posição frente a qualquer nação. Porquê então o crime de vender o património de um povo que vive pobremente e que herdou uma história de luta pela dignidade nacional?

«Só Deus sabe a ginástica que sou obrigado a fazer nos encontros internacionais», disse o Presidente Fernando Henrique Cardoso.

E os brasileiros esperam que faça muito mais para enfrentar o julgamento do povo e que acorde em tempo, antes do dia 29 de Abril quando poderá manchar para sempre a sua imagem de democrata e as condições de independência nacional.

Nessa euforia de privatizações e de subordinação às economias mais fortes que, como a França, mantém sectores essenciais estatizados (caminhos-de-ferro, correio, telefonia, etc.) do Brasil restará a encantadora paisagem e a cordialidade do povo desvalido. Ficaremos à espera de que sejam privatizadas belas praias do Nordeste, o Pão de Açúcar, o Corcovado, os palácios do Planalto e do Congresso em Brasília, o samba, as noites tropicais, a água de coco, a caipirinha. Enquanto esperamos a liquidação pátria vamos aprendendo a falar inglês para, pelo menos, servir de guia turístico.

As informações contidas no texto foram extraídas dos artigos da Deputada Socorro Gomes e de Luís Marcos Gomes publicados na revista Princípios nº 44 (S. Paulo, Brasil).



EM FOCO

Encontro distrital em Setúbal

# Três gerações de mulheres testemunham a resistência

**P**ara reavivar memórias, afirmar o protagonismo no passado e declarar firme disposição de luta no presente, a União dos Resistentes Antifascistas Portugueses levou a cabo, domingo passado, um encontro de mulheres do distrito de Setúbal, que fez transbordar as plateias do Forum Luísa Todí.

Em vésperas de mais um aniversário da revolução de Abril, a URAP juntou mulheres de três gerações, para «não deixar que os acontecimentos de que foram também protagonistas sejam branqueados ou, como sempre, remetidos para a prateleira dos esquecimentos» - como se afirma na declaração aprovada por unanimidade e aclamação no final do encontro.

Durante um pouco mais de três horas - que foram ricas na diversidade e na emoção colocada nos testemunhos dados por mães, filhas e netas, por donas-de-casa, psicólogas, atrizes, operárias e trabalhadoras agrícolas, mas foram escassas porque nelas não couberam 26 pedidos de intervenção ainda por satisfazer quando o encontro teve que encerrar - as centenas de pessoas reunidas no antigo cine-teatro sadino partilharam «testemunhos de luta e de dor, mas também de grande alegria, solidariedade e participação, uns que não queremos ver de novo vividos e outro que queremos que frutifiquem».

É que, como refere a declaração, ali falou-se de resistência, «mas, se o mérito maior cabe às mulheres e homens que, arriscando a liberdade e a vida, lutaram contra o fascismo, resistentes são também as mulheres e homens que no 25 de Abril vieram para a rua apoiar a revolução e participar

depois na construção da democracia, como resistentes são as mulheres e homens que hoje se opõem à pseudodemocracia que lhes querem impor e à ofensiva neoliberal». E hoje, «mais uma vez, continua a caber às mulheres o papel de lutar e de intervir, de assumir sem complexos o protagonismo que a democracia exige».

A declaração contém um apelo ao «envolvimento empenhado de muitas mais mulheres» na batalha das próximas eleições «e, sobretudo, na intervenção directa nos órgãos autárquicos, como garantia da sua efectiva participação em igualdade».

Entre as principais reivindicações por que os participantes no encontro decidiram continuar a lutar «com determinação», o documento final aponta:

- a defesa dos princípios de igualdade consagrados na Constituição; - o direito ao emprego e à formação profissional; - o direito a um sistema público de Segurança Social; - a reposição dos 62 anos como idade de reforma das mulheres; - a legalização da interrupção voluntária da gravidez; - o direito à saúde, ao ensino e a uma habitação digna; - a efectivação de uma rede pública de educação pré-escolar; - a criação de infra-estruturas de apoio à mulher e à família; - o direito à concretização de facto da igualdade homem/mulher.

A declaração vai ser enviada aos partidos políticos com representação parlamentar, ao Governo e demais órgãos de soberania e à comunicação social.

## Guterres apupado

A deputada comunista Odete Santos fez severas críticas ao Governo do PS, apontando compromissos e promessas eleitorais que são esquecidos ou mesmo contrariados na prática política do executivo de António Guterres.

À primeira citação do nome do primeiro-ministro a sala reagiu com uma sonora vaia, logo justificada por um rol de medidas do Governo que atentam contra os direitos das mulheres, como a demagogia da lei das 40 horas (que afinal até pode aumentar o tempo de trabalho), o aumento da precariedade de emprego (que deita por terra as medidas anunciadas pelo Governo para a igualdade), a redução do número de deputados (que tornará ainda mais difícil a eleição de mulheres para a AR) e outros aspectos de um acordo de revisão constitucional que «é contra os direitos das mulheres», e o pessoal empenhamento de Guterres no *chumbo* dos projectos de lei do PCP e da JS sobre a interrupção voluntária da gravidez.



Uma tarde cheia de história do tempo em que as mulheres não podiam fumar nem ir ao café, histórias da resistência antifascista, das casas clandestinas e das campanhas de solidariedade com os presos políticos...



Mulheres de duas gerações afirmam o seu empenho comum na luta pela igualdade, o progresso e a justiça social, sublinhando que tal atitude não as impediu de serem, a corpo inteiro, mãe e filha



## «Em vez de falar de mim»

A opção foi de uma operária da indústria alimentar, que subiu à tribuna não para relatar a sua experiência pessoal, mas para denunciar o «caso vergonhoso» que se vive na empresa onde trabalha, a Socar, cujo patrão não aplica a redução do horário e, entre outras formas de pressão, retém uma hora o transporte que leva a casa as trabalhadoras.

Além do sr. Garcia, foi ainda referido no encontro o nome de outro responsável, o sr. Luís Calhau, acusado de ter chegado ao ponto de esbofetear funcionárias dentro da empresa.



Uma actriz do Teatro de Animação de Setúbal recordou que Luísa Todí teve que sair do País «porque cá as mulheres não podiam pisar o palco»



As centenas de participantes no encontro reagiram sempre viva e prontamente às intervenções feitas a partir da plateia ou da tribuna



UNIÃO DE RESISTENTES  
ANTI-FASCISTAS PORTUGUESES

## Próximo convívio a 15 de Junho

A estrutura setubalense da URAP anunciou no encontro de domingo que vai levar a cabo, no dia 15 de Junho, no Seixal, um convívio distrital, aberto à participação de todos os antifascistas.

Das 10 às 13 horas - refere o programa distribuído no Forum Luísa Todí - realiza-se um debate sobre a Democracia, nas instalações do Clube Recreativo da Cruz de Pau.

Das 13 às 18 horas, no Parque Municipal, haverá poesia popular, cantares alentejanos, actuação de outros grupos musicais. O almoço tem sardinha assada como base da ementa.



## Ministra do Emprego I

Com aquela imagem de inconfundível nitidez esculpida a maquilhagem e laca, a Ministra do Emprego, Maria João Rodrigues, perorou há dias numa entrevista ao *Diário de Notícias* que «a CGTP-IN tem de submeter-se às regras gerais de gestão do Fundo Social Europeu. Ou seja, para obter novos financiamentos, tem de fazer prova das suas contas. É disso que estou à espera». A avisada Ministra está, portanto, «à espera» que a CGTP-IN faça «prova das suas contas», sem o que não levará um tostão para os seus cursos de formação. Motivo: «a CGTP tem de submeter-se às regras gerais de gestão do Fundo Social Europeu». Mas a UGT, não. Essa não precisa de se submeter a nada nem fazer prova de coisíssima nenhuma, apesar de os Tribunais andarem há anos a analisar provas - e bem concretas - de fraudes monumentais com os tais fundos europeus. A UGT, depois das graves suspeitas de fraudes, até recebe aos 600 mil contos do Governo da Sra. Ministra, para não submergir no pântano de vigarices em que parece andar metida. A CGTP-IN, que nunca deveu nem temeu, a quem jamais foi

possível apontar uma suspeita, quanto mais provas dela - essa, sim! Necessita, para a Sra. Ministra, de fazer «prova das suas contas». Essa, para a Sra. Ministra, é que «tem de submeter-se às regras gerais de gestão do Fundo Social Europeu». No meio disto, o que acaba «submetido às regras gerais» é a seriedade de um Governo destes...

## Ministra do Emprego II

Por coincidência, o mesmo número do *Diário de Notícias* que publicou a supracitada entrevista à Ministra do Emprego, Maria João Rodrigues, anunciava na primeira página que «O Estado Português terá de liquidar à AutoEuropa pelo menos 8,4 milhões de contos referentes à formação profissional de 1996, de acordo com uma auditoria do Tribunal de Contas aos dinheiros do Fundo Social Europeu. Tudo porque o Instituto de Emprego não apresentou o segundo plano de formação em Bruxelas». «Tudo porque o Instituto de Emprego», que depende da Sra. Ministra Maria João Rodrigues, «não apresentou o segundo plano de formação em Bruxelas». Deve ter sido por o Ministério de Maria João Rodrigues andar

# PONTOS CARDEAIS

muito dividido - por um lado, a salvar a UGT do colapso à custa do erário público, por outro, a «vigiar» as contas da CGTP-IN para adiar o mais possível a entrega de qualquer verba. No final, o Estado português vai alombar com pelo menos mais 8,4 milhões de contos, devido à incompetência - para não lhe chamar outra coisa - do Ministério do Emprego e do Governo.

Quando a Ministra, pelos vistos a sua atenção às contas não se submete ao interesse público. O que a afadiga é proteger a UGT e «submeter» a CGTP-IN...

## Todos «amigos» da UGT

Aliás, a UGT teve sempre nos Governos portugueses uns amigos do peito, como a crueza dos factos mais uma vez veio confirmar. Um relatório do Tribunal de Contas, resultante de uma auditoria feita aos subsídios concedidos ao abrigo do Fundo Social Europeu (FSE), considerou esta semana, preto no branco, que o caso das concessões de subsídios à UGT é de «particular relevância em matéria de idoneidade», dado que «a UGT seria uma entidade

enquadrável num código de "sem idoneidade", dado que sobre ela foram movidos processos-crime relativos a candidaturas realizadas» no âmbito do FSE. O relatório vai ao fundo da questão e acrescenta: «Verificou-se, contudo, que a UGT continuou a ser subsidiada no primeiro Quadro Comunitário de Apoio, tendo-lhe sido atribuída, na qualidade de parceiro social, a gestão de um programa-quadro para os anos de 1994/95.» Ou seja: o Governo da altura, através do Ministro do Emprego, Silva Peneda, deu cobertura à UGT concedendo-lhe deliberadamente subsídios que sabia lhe estarem vedados pelas leis comunitárias, o que levou posteriormente a Comissão Europeia a congelar verbas à UGT, então ainda liderada por Torres Couto (começando aí a catástrofe pública desta central sindical, que desembocou no incrível subsídio governamental de 600 mil contos concedidos recentemente). Ora o Governo da altura era do PSD, o mesmo partido que, agora e pela voz do seu líder Rebelo de Sousa, se «escandaliza» com a mesma protecção entretanto

SEM O AVALE DO SOUSA FRANCO COMO É QUE FAÇO O NATAL?



proseguida pelo actual Governo do PS a favor da UGT. Como se vê, são «tudo bons rapazes». Quanto às semelhanças entre os Governos do PSD e o do PS, agora até se verificam nas tralfulhices...

## Procuradores safam «Bibi»

A Procuradoria de Justiça em Israel tomou a original decisão de não incriminar o primeiro-ministro Benjamin Netanyahu - «Bibi» para os amigos -, alegando «falta de provas» ao mesmo tempo que admitia haver «fortes suspeitas» do seu envolvimento directo num escândalo de corrupção, onde o chefe do actual executivo israelita é acusado de ter nomeado o anterior Procurador de Justiça, o advogado Ron Bar-On, a troco do apoio do partido deste último ao seu Governo.

Quando a Ron Bar-On, queria ocupar o cargo de Procurador de Justiça para ilibar gradas figuras da extrema-direita israelita de vários casos de corrupção em que estavam envolvidos, facto que era, obviamente, do conhecimento de Netanyahu. O envolvimento de Benjamin Netanyahu nesta escandaleira foi tão confirmado que a polícia israelita não hesitou em propor o seu julgamento pela Justiça. Apesar disso, o novo Procurador, Elyakim Rubinstein, entendeu não haver «provas suficientes» para fazer sentar Netanyahu no banco dos réus, pelo que a oposição já recorreu ao Supremo Tribunal para julgar o caso. Aguarda-se o resultado. Por que será que a direita, quanto mais «moral» se afirma (como o fez Netanyahu para chegar ao poder) mais corrupta se confirma?

# PONTOS NATURAIS

## Do meu diário

Mário Castrinho

### As horas da ministra

Estou a ouvir Maria João Rodrigues, a ministra.

Ela diz, a propósito das 40 horas, que não quer saber para nada das recomendações da Provedoria.

Ela diz que está tudo bem.

Ela diz que está tudo muito claro.

Ela diz que a culpa é da CGTP.

Ela diz tudo isto muito séria.

### Família propinante

Pacheco Pereira pensa. Como é que uma pessoa não se cansa de pensar tanto?

Pensa, por exemplo, que a propina se justifica porque: o curso superior é uma forma de a família investir.

Investir onde? No estudante.

Mas, ó Pacheco, já agora pensa lá mais um pouco. E quem é que investe na família?

### Obedecer e calar

Temos de obedecer. (Portugal é um país livre)

Temos de obedecer.

Mas Portugal não é um país livre? Ressoa nos meus ouvidos a frase daquele representante do Ministério:

— Temos de obedecer àquilo que nos é imposto pela União Europeia. Temos de obedecer. Estão a ver? Caminhar uma pessoa durante oitocentos anos para ouvir destas!

### Ficção e realidade

As telenovelas podem não ser apenas o material que muitas pessoas usam para matar o tempo. Por vezes nelas se abrem postigos para a realidade.

Assim aconteceu com a *Rei do Gado*, de Ruy Benedito Barbosa, onde fomos acompanhando a gesta dos Sem Terra, os camponeses que, no Brasil, lutam pela Reforma Agrária. Um dos momentos mais altos da telenovela foi a morte de Regino e três companheiros às mãos de capangas ao serviço do latifundiário. Notável coincidência: a emissão aconteceu exactamente no dia em que se dera o massacre de Eldorado, lembrado no Brasil com uma grande manifestação.

A Reforma Agrária conta com o imenso apoio da população brasileira. Numa sondagem há pouco efectuada, 92 por cento manifestaram-se a favor, seis abstiveram-se, dois foram contra. Será caso para dizer: abençoada a telenovela que, para tal resultado, deverá ter dado forte contribuição. Notam alguma diferença entre o *Rei do Gado* e a *Roseira Brava*?





## AGENDA



## 25 de Abril

### Comemorações locais promovidas pelo PCP, CDU e grupos de democratas

#### LISBOA

- **FUNÇÃO PÚBLICA** - Jantar dia 24 no Restaurante Gomeria (R. Pascoal de Melo, 81-A, tel. 3556698 - c/ entrada pelo C.C. AC Santos)

- **SECTOR DE EMPRESAS** - Jantar dia 24 às 20h no Centro de Trabalho da Av. Duque de Loulé, com Rosa Rabiais

- **TRABALHADORES DA SAÚDE** - Jantar dia 24 às 20h no restaurante A Valenciana, com Vítor Dias

- **Almoço** dia 27 às 13h na Feira Popular (Rest. O Impeador dos Frangos) das freguesias de Alvalade, Campo Grande, Fátima, S. João de Brito, S. João de Deus e S. Sebastião da Pedreira

- **Almoço** da freguesia de Penha de França dia 4 de Maio no Restaurante "O Triângulo" em Vieira de Leiria, com saída de Lisboa às 8h (inscrições pelo tel. 8138119)

ÁGUEDA - **Almoço** dia 25 às 12h30 no Restaurante Pôr do Sol em Óis da Ribeira, com A. Salavessa

AVINTES - **Jantar** dia 24, promovido pelo Centro Artístico, Cultural e Desportivo Adriano Correia de Oliveira

BARCELOS - **Jantar** dia 24 às 20h30, Restaurante Chuva, com Agostinho Lopes

BELAS - **Almoço** dia 26 às 13h no Restaurante O Mirante de Belas.

BRAGANÇA - **Manhã Infantil**, Exposição alusiva ao 25 de Abril no CT do PCP; almoço num restaurante, às 12h30

CABECEIRA DE BASTO - **Jantar** dia 24 às 20h, no Restaurante Churrasquinho em Faia, com António Lopes

CALDAS DA RAINHA - **Almoço** dia 25 às 13h, Restaurante Cabana do Pescador em Tornada, com Júlio Filipe (Tel. 23000, 23974, 23095)

CARCAVELOS - **Jantar** dia 24 às 21h no CT do PCP

CASCAIS - **Almoço** dia 27 às 13h no CT do PCP com Carlos Rabaçal

CHAVES - **Lanche e convívio musical** dia 25 às 15h, na sede do PCP

ESPINHO - **Distribuição de cravos à população**, dia 25, pela Juventude e activistas CDU - «XNoite Vermelha» dia 25 às 21h30: exposição, música, debate no Auditório do Nascente

FAMALICÃO - **Jantar** dia 25 às 20h, Restaurante O Barão, com Agostinho Lopes e os candidatos CDU às eleições autárquicas, Carla Alexandra e Barbosa da Silva - **Jantar** dia 26 no Restaurante Pic-Nic em Vermoim, com Carla Alexandra

FIGUEIRA DA FOZ - **Almoço** dia 25 às 13h no Restaurante O Tubarão, com Sérgio Teixeira

FREAMUNDE - **Convívio** dia 26 na Esc. Preparatória, com Serafim Brás

GRÂNDOLA - **Descerramento da placa toponímica do Largo Manuel Sobral** dia 25 às 11h. - **Almoço do 25 de Abril** dia 25 às 13h no Pavilhão da Feira, com Luísa Araújo

GUIMARÃES - **Jantar** dia 25 às 19h30 na Associação «Os Trovadores de Cano», com Agostinho Lopes - **Jantar** no Restaurante da Baixinha em Moreira de Cónegos, com José Antunes

ÍLHAVO - **Festa da Juventude CDU** no Jardim Municipal, dia 24 às 21h

LARANJEIRO - **Lanche-convívio** dia 27 com CT do PCP - **Exposição** a partir de dia 26 às 14h no mesmo local

MIRÁNDELA - **Almoço** dia 25 num restaurante da cidade. **Exposição** no CT do PCP. Distribuição de cravos na cidade a partir das 15h

MONTIJO - **Jantar** dia 24 às 20h no Refeitório dos Trabalhadores da CM

OLIVEIRA DE AZEMÉIS - **Jantar** dia 24 às 20h no Restaurante O Cuco, com António Salavessa

PAREDE - **Jantar** dia 24 na Coop. Linha de Sintra, com José Casanova

PORTO SALVO - **Convívio** dia 24 às 21h no Centro de Trabalho do PCP, com Tavares da Cruz

QUEIJAS - **Almoço** dia 27 às 13h no Centro de Trabalho do PCP, com Dias Coelho

RIO DE MOURO - **Café-concerto no Barxismo da JCP/Sintra** dia 24 a partir das 23h

S. DOMINGOS DE RANA - **Jantar** dia 24 às 20h no CT de Tires

SANTO TIRSO - **Jantar** dia 24 no CT do PCP de Guidões - **Jantar** dia 24 na Esc. nº 2 de Friães - **Jantar** dia 24 no Restaurante S. Miguel, em Vilarinho

SEIA - **"Encontros com o 25 de Abril e o 1º de Maio"** - exposição na sede do PCP de 19 Abril a 4 de Maio

SETÚBAL - **Encontro de Democratas / Jantar-Convívio** promovido mais uma vez por uma Comissão Unitária no Restaurante O Quintal: dia 24 às 20h

TORRES VEDRAS - **Almoço** dia 25, na Casa do Povo de Matacães, com Adelaide Pereira

TROFA - **Jantar** dia 24, com Festa popular

VILA REAL - **Dia 25, entrega de cravos aos militares do R.I. 13**, às 00h; **romagem** e deposição de flores nas campas de democratas às 10h30; **"inauguração" da Praça 25 de Abril** às 12h; **almoço** no Restaurante Banquete às 13h.

VILA VERDE - **Almoço** dia 25 às 13h, Restaurante Copacabana em Duas Igrejas, com Arlindo Fagundes

## Carlos Carvalhas em Sobral de Monte Agraço e Torres Vedras

Na próxima terça-feira, 29, o Secretário-geral do PCP é recebido às 16h na Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço e terá contactos com autarcas e cidadãos acerca das realidades do concelho.

Às 19h30, participa num jantar-convívio no restaurante "Adega do Edmundo" na freguesia de Carvoeira e às 21h30 numa sessão pública de apresentação dos candidatos da CDU em Torres Vedras, no Auditório Municipal.



AUTARQUIAS

97

CDU é obra!

### LOURES

Quarta-feira, dia 30, às 20h30

no Pavilhão Paz e Amizade

**Jantar concelhio de apoiantes da CDU**

com a presença do Secretário-geral do PCP

**Carlos Carvalhas**

### SANTIAGO DO CACÉM

Dia 3 de Maio, às 13h

no Pavilhão de Feiras e Exposições

**Almoço concelhio de apoiantes da CDU**

com a presença do camarada

**Álvaro Cunhal**

**Apresentação pública da candidatura**

**à Câmara e Assembleia Municipal de Alcácer do Sal**

Dia 2, às 13h, na Esc. 2+3 Pedro Nunes, com a participação de

**José Soeiro**

**Apresentação pública da candidatura de**

**Joaquim Miranda à CM de Portalegre**

Dia 25, às 16h30

com a participação de **José Soeiro**

**Apresentação pública da candidatura CDU**

**à JF de Póvoa de Sta. Iria**

dia 26, às 17h, na Tertúlia do Cachéné

### Grupo de Teatro INTERVALO - Associação de Amizade PORTUGAL-CUBA

O INTERVALO - Grupo de Teatro, dirigido por Armando Caldas e que tem actualmente em cena "Evocações e Não Só...", oferece a bilheteira do espectáculo do dia 25 de Abril à Associação Portugal-Cuba. No Auditório Municipal Lurdes Norberto, R. Luciano Cordeiro, em Linda-a-Velha, com reservas de bilhetes pelo tel. 385 73 05.

### 1.º de Maio

**Almoço de confraternização de intelectuais no restaurante «A Tricana» - Feira Popular**

Dia 1 de Maio, às 12.30 h. promovido pelo Sector Intelectual de Lisboa do PCP com a participação de **José Casanova**

**Apressa-te! A lotação é limitada!**  
Inscrições: CT Vitória - Tel. 356 27 15



TELEVISÃO

Quinta, 24

RTP 1

- 09.00 Notícias
09.10 Infantil
10.10 António Alves, Taxista
11.00 Praça da Alegria
11.30 Culinária
13.00 Jornal da Tarde
13.40 Carmen
14.30 O Campeão
15.25 Seleção RTP
16.20 Nós, os Ricos
17.00 Notícias
17.10 Canal Aberto
18.00 100% Natural
18.30 País País
19.15 País Regiões
19.45 Futebol: Fiorentina-Barcelona (Taça das Taças)
21.45 Telejornal
22.35 Contra-Infomação
22.50 Filhos do Vento
23.50 Vídeo: Os Melhores do Ano
01.30 24 Horas
02.00 RTP/Financial Times

RTP 2

- 15.00 Informação Gestual
15.45 Falatório (Repetição)
16.40 86-60-86 (Repetição)

Sexta, 25

RTP 1

- 09.00 Notícias
09.10 Infantil
11.00 Praça da Alegria
13.00 Jornal da Tarde
13.45 As Aventuras de Tarzan
14.40 As Malucas d'Avenida (de Bruce Wilson, EUA/1978, com Edward Herrman, Susan Clark, Barbara Harris. Comédia)
16.25 100% Natural
17.30 Notícias
17.40 O Xerife Quebra-Ossos (de Michele Lupo, It/1979, com Bud Spencer, Cary Buffey, Raimund Harmstorf. Comédia Fantástica)
19.40 País Regiões
20.00 Telejornal
21.00 Filhos do Vento
21.20 Futebol: Marítimo-Porto
23.30 O Padrinho - Parte II (de Francis Ford Coppola, EUA/1974, com Al Pacino, Robert De Niro, Robert Duvall, Diane Keaton, Lee Strasberg. Ver Destaque)
03.00 24 Horas

RTP 2

- 15.00 Informação Gestual
15.45 Falatório
16.40 Anúncios de Graça
17.05 Euronews
17.30 Infantil
19.10 Caderno Diário
19.30 Encontros Imediatos
19.55 Os Vingadores
20.50 RTP/Financial Times
21.00 Acontece
21.15 Remate
21.25 Carolina na Cidade
22.00 Jornal 2
22.30 Ladrão de Casaca (de Alfred Hitchcock, EUA/1955, com Cary Grant, Grace Kelly, Jessie Royce Landis, John Williams. Ver Destaque)
00.20 Rumo ao Sul
01.10 Disneyworld - 20º aniversário (Musical)

SIC

- 10.10 Buêrére
11.50 As Receitas do Dia
12.15 Tocaia Grande
12.30 O Juiz Decide
13.00 Primeiro Jornal
13.40 O Juiz Decide
14.00 Os Donos do Jogo
14.40 Portugal Radical
14.55 Walker
16.00 Buêrére
18.00 De Corpo e Alma
18.50 Anjo de Mim
20.00 Jornal da Noite
20.45 Malucos do Riso
21.15 O Rei do Gado
22.15 Confissões
23.20 Os Donos da Bola
01.30 Último Jornal
01.50 Um Homem de Sorte
03.00 Vibrações

TVI

- 12.00 Animação
13.30 TVI Jornal



Quem quiser re(vi)ver o 25 de Abril na televisão - só se for com TV Cabol O Odisseia transmite e repete, na sexta-feira, um trabalho documental, comentado, sobre os acontecimentos desses primeiros dias

- 14.00 Laços de Amor
14.50 Dama de Rosa
15.45 O Barco do Amor
16.40 O Justiciero
17.35 Fim-de-Semana com o Morto (Longa-metragem)
19.30 TVI Jornal
19.00 7 Ponto 15
19.30 TVI Jornal
20.15 Xica da Silva
21.05 Melrose Place
22.00 Ficheiros Secretos
23.50 Seita Implacável (de Umberto Lenzi, EUA/1992, com Charles Napier, Stefano Sabelli, Iris Peynado. Policial)
02.15 TVI Jornal
02.45 A Balada de Hill Street

Sábado, 26

RTP 1

- 08.00 Sempre a Abrir
12.10 Fórmula 1 - GP de San Marino
13.00 Jornal da Tarde
13.35 Top +
14.40 Jornal Jovem
15.35 2001
16.10 Amores e Rebelia
17.05 As Aventuras de Tarzan
18.15 Super Bébés
18.55 Há Horas Felizes
20.00 Telejornal
21.00 Contra Informação (Compacto)
20.50 Meu Querido Avô
21.20 Futebol: Farense-Benfica
23.30 Segredos da Escuridão
00.30 24 Horas
01.05 Invasão de Privacidade (de Kevin Meyer, EUA/1992, com Robby Benson, Jennifer O'Neill, Lydie Denier. «Thriller»)

RTP 2

- 09.00 Universidade Aberta
12.00 Sem Fronteiras
12.30 Vida por Vida
12.40 Prazer de Criar
13.05 Mundo Natural do Japão
14.00 Parlamento
14.55 Desporto 2
18.30 Sinais do Tempo
19.30 Dinheiro Vivo
20.05 Foyer - «O Século do Cinema» (XIV)
21.00 Semana ao Sábado
22.00 O Lugar da História
23.00 Intriga Internacional (de Alfred Hitchcock, EUA/1959, com Cary Grant, Eva Marie-Saint, James Mason, Jessie Royce Landis, Martin Landau. Ver Destaque)
00.45 Mahler - Sinfonia Nº 6

SIC

- 08.30 Buêrére
12.00 O Nosso Mundo
13.00 Primeiro Jornal
13.40 Tostões e Milhões
14.10 Cosby Show
15.00 Hércules
16.00 Raven
16.50 Walker
18.00 A Jóia do Nilo (de Lewis Teague, EUA/1985, com Michael Douglas, Kathleen Turner, Danny DeVito. Aventuras)
20.00 Jornal da Noite
20.45 Clube VIP
21.20 Salsa e Merengue
22.20 Big Show Sic
01.45 Último Jornal
02.05 Código Vibora (de Peter Maris, EUA/1988, com Linda Purl, James Tolkan, Chris Robinson. Acção)

TVI

- 09.30 Animação
11.30 Novos Ventos
12.35 Estrelas da Acção
13.30 Contra-Ataque
15.10 Animação
15.20 Mundos Diferentes (de Peter Werner, EUA/1991, com

Domingo, 27

RTP 1

- 08.00 Sempre a Abrir
11.15 Sem Limites
11.45 Repórteres da Terra
12.15 Jornal da Tarde
12.45 Fórmula 1 - GP de San Marino
15.00 Made in Portugal
16.05 Alta Voltagem
16.40 86-60-86
17.15 Húsões
18.20 Casa Cheia
19.20 Jet 7
20.00 Telejornal
20.50 Contra-Infomação (Compacto)
21.05 Casa de Artistas
22.00 Filhos do Vento
23.00 Domingo Desportivo
01.00 24 Horas
01.35 L.A., Polícia em Acção

RTP 2

- 09.00 Caminhos
09.30 Novos Horizontes
10.00 70 x 7
10.30 Missa
11.25 Ciência e Tecnologia
12.30 Máquinas
13.00 Jornal d'África
13.30 O Homem dos Músculos de Aço (Documentário de Goerge Butler e

Segunda, 28

RTP 1

- 09.00 Notícias
09.10 Infantil
10.00 António Alves, Taxista
11.00 Praça da Alegria
11.30 Culinária
13.00 Jornal da Tarde
13.40 Carmen
14.45 Telenovela
15.45 Seleção RTP
17.00 Notícias
17.15 Canal Aberto
18.10 100% Natural
19.00 País País
19.30 País Regiões
20.00 Telejornal
21.00 Nós, os Ricos
21.50 Filhos do Vento
22.45 Maria Elisa
00.30 24 Horas
01.00 Horizontes da Memória

RTP 2

- 15.00 Informação Gestual
15.50 Falatório
16.50 Sem Limites
17.15 Infantil
19.00 Universidade Aberta
19.30 Encontros Imediatos
20.00 O Agente Secreto
21.00 Acontece
21.15 Remate
21.35 Murphy Brown

Terça, 29

RTP 1

- 09.00 Notícias
09.10 Infantil
10.00 António Alves, Taxista
11.00 Praça da Alegria
11.30 Culinária
13.00 Jornal da Tarde
13.45 Carmen
14.25 Telenovela
15.20 Seleção RTP
16.25 Jet 7
17.00 Notícias
17.15 Canal Aberto
18.05 100% Natural
19.00 País País
19.40 País Regiões
20.00 Telejornal
20.50 Isto S6 Video
21.50 Filhos do Vento
22.35 Herman Enciclopédia
23.35 Anúncios de Graça
00.05 24 Horas
00.50 Grandes Nomes

RTP 2

- 15.00 Informação Gestual
15.50 Falatório
16.50 Sem Limites
17.15 Infantil
19.00 Rotações
19.35 Encontros Imediatos
20.05 O Santo
21.00 Acontece

Quarta, 30

RTP 1

- 09.00 Notícias
09.10 Infantil
10.00 António Alves, Taxista
11.00 Praça da Alegria
11.30 Culinária
13.00 Jornal da Tarde
13.40 Carmen
14.45 Telenovela
15.50 Queridas e Maduras
16.20 Isto S6 Video
17.00 Notícias
17.15 Canal Aberto
18.00 100% Natural
19.00 País País
19.40 País Regiões
20.00 Telejornal
20.50 As Lições do Tonecas
21.25 Filhos do Vento
22.15 Concurso 1, 2, 3
24.00 24 Horas

RTP 2

- 15.00 Informação Gestual
15.50 Falatório
16.50 Alta Voltagem
17.15 Infantil
19.30 Telefilme
20.00 Bâton no Colarinho
21.00 Acontece
21.15 Remate
21.35 Os Simpsons
22.00 Jornal 2



Carlos Cruz de volta à RTP com o seu Concurso 1, 2, 3

- 17.30 Infantil
19.30 Basquetebol - Final da Taça dos Campeões Europeus
21.00 Acontece
21.15 Remate
21.25 O Jogo da Vida
22.00 Jornal 2
22.30 Difamação (de Alfred Hitchcock, EUA/1946, com Ingrid Bergman, Cary Grant, Claude Rains, Louis Calhern. Ver Destaque)
00.10 Falatório

SIC

- 10.10 Buêrére
11.40 As Receitas do Dia
12.10 Tocaia Grande
13.00 Primeiro Jornal
13.40 O Juiz Decide
14.00 Os Donos do Jogo
14.30 Portugal Radical
14.55 Walker
16.00 Buêrére
18.00 De Corpo e Alma
19.00 Anjo de Mim
20.00 Jornal da Noite
20.55 As Aventuras de Camilo
21.25 O Rei do Gado
22.25 Casos de Polícia
23.30 Viva a Liberdade
00.35 Último Jornal
00.55 Vida de Casal
01.55 Portugal Radical
02.15 Vibrações

TVI

- 12.00 Animação
13.30 TVI Jornal
14.00 Laços de Amor
14.50 Dama de Rosa
15.45 O Barco do Amor
16.30 Christy
17.25 Um Dia a Casa Cai
18.00 S.O.S. Urgências
18.50 Portugal Industrial
19.00 7 Ponto 15
19.30 TVI Jornal
20.15 Xica da Silva
21.05 Melrose Place
22.00 O Assassino sem Nome (telefilme de Charles Correl, EUA/1991, com Morgan Fairchild, Michael Praed, Nanny Ann Pascal. Policial.)
23.50 Fora de Jogo
00.05 TVI Jornal
00.45 A Balada de Hill Street



Em contrapartida, segundo as grelhas divulgadas, tiros e murros em barda foram especialmente escolhidos pelas nossas televisões para assinalar efusivamente... o Dia da Liberdade

SIC

- 08.30 Buêrére
12.00 BBC - Vida Selvagem
13.00 Primeiro Jornal
13.40 Internacional SIC
15.15 Assuntos de Família
15.45 Xena, a Princesa Guerreira
16.10 A Balada de Nova Iorque
17.00 Os Imortais
18.10 Um Grito de Coragem (de Fred Schepisi, EUA/1988, com Meryl Streep, Sam Neil, Bruce Myles, Charles Tingwell. Ver Destaque)
20.00 Jornal da Noite
20.45 Bravo Bravissimo
22.15 Salsa e Merengue
23.15 Pelotão Assassino (de John Eyres, EUA, com Frank Zagarino, Brian Genese, Beth Toussaint. Acção)
01.20 Último Jornal
01.40 Jô Soares
02.40 Portugal Radical

TVI

- 09.30 Animação
11.00 Angelus
11.10 Missa
13.00 Notícias
13.20 Portugal Português
14.30 Cousteau: A Odisseia
15.30 Missão no Ártico (de John Sturges, EUA/1968, com Rock Hudson, Ernest Borgnine, Patrick McGoohan, Jim Brown. Espionagem)
18.00 O Céu Como Horizonte
18.55 Os Mistérios de Bill Cosby
19.45 Desafios
20.00 Futebol: Europa-Resto do Mundo
20.50 Telejornal
22.30 Notícia Escaldante
23.25 O Prémio (de Mark Robson, EUA/1963, com Paul Newman, Edward Robinson, Elke Sommer, Diane Baker, Micheline Presle. Ver Destaque)

- 22.00 Jornal 2
22.30 O Amor às Três da Tarde (de Eric Rohmer, Fr./1972, com Bernard Verley, Zouzou, Françoise Verley, Daniel Ceccaldi. Ver Destaque)
00.30 Falatório

SIC

- 10.10 Buêrére
11.50 As Receitas do Dia
12.15 Tocaia Grande
13.00 Primeiro Jornal
13.30 O Juiz Decide
14.00 Os Donos do Jogo
14.30 Portugal Radical
14.55 Walker
16.00 Buêrére
18.00 De Corpo e Alma
19.00 Anjo de Mim
20.00 Jornal da Noite
20.45 O Rei do Gado / A Indomada
21.50 Ponto de Encontro (de James Glickenhaus, EUA/1991, com Christopher Walken, Maria Conchita Alonso, Michael Ironside, Steve James. Acção)
00.55 Último Jornal
01.15 Conversas Secretas
02.35 Vibrações

TVI

- 12.00 Animação
13.30 TVI Jornal
14.00 Laços de Amor
14.50 Dama de Rosa
15.55 Éramos Seis
16.30 O Barco do Amor
17.20 Doido por Ti
18.00 Adultos à Força
19.00 Melrose Place
20.00 Xica da Silva
21.00 TVI Jornal
22.00 Reféns do Imperador (de Anthony Page, EUA/1992, com Gena Rowlands, Annabeth Gish, Chloe Webb. Guerra)
00.10 Pontos dos Iis
01.10 TVI Jornal
02.10 A Balada de Hill Street

- 21.15 Remate
21.25 Crimes Verdadeiros
22.00 Jornal 2
22.30 Noites de Lua Cheia (de Eric Rohmer, Fr./1984, com Pascale Ogier, Fabrice Luchini, Christian Vadim. Ver Destaque)
00.20 Falatório

SIC

- 10.10 Buêrére
11.50 As Receitas do Dia
12.15 Tocaia Grande
13.00 Primeiro Jornal
13.30 O Juiz Decide
14.00 Os Donos do Jogo
14.30 Portugal Radical
14.55 Walker
16.00 Buêrére
18.00 De Corpo e Alma
19.00 Anjo de Mim
20.00 Jornal da Noite
20.45 Era Uma Vez
21.50 O Rei do Gado / A Indomada
23.15 Esta Semana
00.20 Último Jornal
00.40 Escrita em Dia
01.50 Vibrações

TVI

- 12.00 Animação
13.30 TVI Jornal
14.00 Laços de Amor
14.50 Dama de Rosa
15.55 Éramos Seis
16.30 O Barco do Amor
17.20 Doido por Ti
18.00 Adultos à Força
19.00 Melrose Place
20.00 Xica da Silva
21.00 TVI Jornal
22.00 Reféns do Imperador (de Anthony Page, EUA/1992, com Gena Rowlands, Annabeth Gish, Chloe Webb. Guerra)
00.10 Pontos dos Iis
01.10 TVI Jornal
02.10 A Balada de Hill Street

SIC

- 10.10 Buêrére
11.50 As Receitas do Dia
12.15 Tocaia Grande
13.00 Primeiro Jornal
13.30 O Juiz Decide
14.00 Os Donos do Jogo
14.30 Portugal Radical
14.55 Walker
16.00 Buêrére
18.00 De Corpo e Alma
19.00 Anjo de Mim
20.00 Jornal da Noite
20.50 O Rei do Gado / A Indomada
22.30 Cadeira do Poder
23.40 A Noite da Má-Língua
00.50 Último Jornal
01.15 Toda a Verdade
02.30 Vibrações

TVI

- 12.00 Animação
13.30 TVI Jornal
14.00 Laços de Amor
14.50 Dama de Rosa
15.55 Éramos Seis
16.30 O Barco do Amor
17.20 Doido por Ti
18.00 Adultos à Força
19.00 Melrose Place
20.00 Xica da Silva
21.00 TVI Jornal
22.00 Do Fundo do Coração (de Francis Ford Coppola, EUA/1981, com Frederic Forrest, Teri Garr, Natasha Kinski, Raul Julia, Harry Dean Stanton. Ver Destaque)
00.05 Desporto
00.50 TVI Jornal
01.50 A Balada de Hill Street



## TELEVISÃO

# Por isto e por aquilo...

## Difamação

(Quinta, 22.30, RTP2)

*Alicia Huberman*, filha de um espião alemão condenado a 20 anos de prisão após a II Guerra Mundial, aceita colaborar com *Devlin*, um agente dos serviços secretos americanos, acabando por nascer uma paixão entre ambos. Trata-se de descobrirem, no Rio de Janeiro, actividades suspeitas de alemães ali refugiados. A missão da primeira é infiltrar-se nessa rede de nazis, dirigida por um tal *Sebastian* que, por sua vez, força o casamento com ela. E é precisamente durante uma festa no regresso da viagem de núpcias que *Alicia*, juntamente com *Devlin*, descobre nas caves da mansão urânio escondido em garrafas de vinho. Sabendo-se descoberto, *Sebastian* começa a envenenar a mulher lentamente, com a ajuda da sua mãe, até que tudo é descoberto e desmantelado. Assim se desenrola um dos melhores filmes da cinematografia de *Hitchcock*, onde para além da especial atmosfera de espionagem, existem outras histórias paralelas: a da jovem mulher que se sacrifica para expiar os crimes do pai e a do seu apaixonado que, para o bem do seu país, conjuntamente vê a mulher da sua paixão partir. Com *Cary Grant* e *Ingrid Bergman*, um par de excepção.

## O Padrinho II

(Sexta, 23.30, RTP2)

Tudo o que foi dito a propósito de *O Padrinho I* (transmitido mais uma vez pela RTP I na semana passada) se aplica textualmente a *O Padrinho II* - filme em que assistimos à consolidação do poder de *Michael Corleone* (*Al Pacino*). A somar a isto tudo temos (ainda!) a forma habilmente encontrada por *Coppola* para, num filme rodeado de menos óbvia violência, pela primeira vez nos contar em *flash-back* a história da ascensão de seu pai, *Vito Corleone*, desta vez magistralmente personificado por *Robert De Niro* - o que ajuda a estabelecer um curioso contraste entre personalidades tão diversas como são as dos dois «padrinhos». E atenção ao terceiro vértice do triângulo: o sempre fabuloso *Robert Duvall*!

## Ladrão de Casaca

(Sexta, 22.30, RTP2)

Não sendo das obras verdadeiramente indispensáveis na riquíssima filmografia de *Hitchcock*, este conhecido filme do mestre é mesmo assim um espectáculo divertido de *suspense* e *crime*, suas especialidades preferidas. Passado na Riviera francesa, a película conta-nos a história de um sofisticado ladrão - ali vivendo dos rendimentos - que se vê surpreendido como suspeito de vários roubos que vão acontecendo e acaba por desmascarar o verdadeiro ladrão. Pelo meio, e para além do habitual *charme* de *Cary Grant* na personagem principal, temos ainda a beleza aristocrata e os vestidos de *Grace Kelly*, já antecipando um meio e um ambiente que, anos depois, iriam vê-la transformada em princesa... Tudo a cores e em *Vistavision*, se o formato da pequena caixa não pregar as habituais partidas...

## Intriga Internacional

(Sexta, 23.00, RTP2)

Não se procure qualquer lógica na história deste filme de espionagem inventado por *Hitchcock* com a sua habitual maestria e talento para a encenação do inesperado e do *suspense*. Acontece, mesmo, que a própria atmosfera de comédia vem naturalmente tornar ainda mais claro que o mestre apenas pretende, mais uma vez, gozar connosco e fazer-nos entreter. E a mesma coisa se diga da personagem principal, um vulgar cidadão (a que *Cary Grant* dá corpo) «entalado» no meio da rivalidade entre dois espões e dois campos, que o tomam por «agente duplo». Tudo contado numa série de sequências cinematográficas de antologia, como a da fuga do pretenso «agente» perante as ameaças em voo rasante de um avião pulverizador de pesticida ou a da perseguição por entre as figuras históricas americanas esculpidas no *Monte Rushmore*. E uma adivinha ao espectador: onde é que, desta vez, o próprio *Hitchcock* faz a sua aparição-relâmpago?

## Padre Padrone

(Sábado, 23.25, TVI)

Inicialmente realizado em 16 mm para a TV italiana, este filme dos irmãos *Taviani* é um exercício cinematográfico extremamente duro e absorvente acerca da história de um jovem da Sardenha, de 7 anos de idade, cujo pai o impede de estudar para que se ocupe da guarda dos rebanhos, até que de desventura em desventura acaba por regressar já adulto à sua aldeia natal, como professor. Palma de Ouro e Prémio Internacional da Crítica do Festival de Cannes de 74.

## A Balada da Praia dos Cães

(Domingo, 18.00, RTP2)

Aqui está, mais uma vez, um dos filmes de *José Fonseca e Costa* em que a narração cinematográfica se revela mais eficaz. Baseado no romance homónimo de *José Cardoso Pires*, o filme tem em *Raul Solnado* o intérprete principal, esforçado e talentoso, mas numa composição nem sempre adequada à personagem que o romance original nos deixa imaginar.

## Um Grito de Coragem

(Domingo, 18.10, SIC)

Duas interpretações impressionantes de *Meryl Streep* e *Sam Neill*, na adaptação de um drama verídico

sequências do julgamento em tribunal. Um dos melhores filmes da semana.

## O Prémio

(Domingo, 22.10, TVI)

Mais uma notável parilha de actores - *Paul Newman* e *Edward G. Robinson* - numa semana em que, pelos vistos, as grandes interpretações estão em primeiro plano. Aqui trata-se de um caso de espionagem, explorando (de forma por vezes totalmente primária e inverosímil, própria de plateias atrasadas mentais, as velhas temáticas da «guerra fria») que se desenrola nas vésperas da cerimónia de



*Al Pacino*, na pele do novo «Padrinho», no segundo episódio da saga realizada por *Francis Ford Coppola*



*Grace Kelly* e *Cary Grant*, os dois principais intérpretes de «Ladrão de Casaca», de *Alfred Hitchcock*



Uma das cenas mais célebres de «Intriga Internacional», mais um filme do ciclo *Hitchcock*

ocorrido na Austrália, em que uma mulher é acusada de ter morto o seu filho apesar da alegação de que ele tinha sido levado por um cão selvagem - uma história que fez vibrar de indignação e emoção todo o país. O filme, encenado com grande talento por *Fred Schepisi*, utiliza excelentemente alguns processos próprios do *docudrama* (documentário ficcionado) aliás perfeitamente adequados ao desenvolvimento da intriga e em particular às

entrega do Prémio Nobel, em Estocolmo, com um cientista ocidental a ser raptado por agentes secretos soviéticos e substituído por um sócia.

## O Amor às Três da Tarde

(Segunda, 22.30, RTP2)

Entre a vida de casado e o seu trabalho, *Frédéric* leva a vida conforme pode. Entretanto, *Chloé*, antiga colega, muito dada a libertinagens, ressurgiu no seu percurso trazendo potencialmente fantasia ao seu quotidiano. Mas, no último momento, ele resiste à tentação e é para os braços da sua mulher que regressa. Este é o sexto e último «conto moral» de *Eric Rohmer*, talvez o menos entusiasmante de todos os anteriores, aqui a inaugurar o ciclo dedicado ao grande realizador francês.

## Noites da Lua Cheia

(Terça, 22.30, RTP2)

Quarto episódio do ciclo «Contos e Provérbios» de *Eric Rohmer*, este filme é baseado no ditado popular francês «*Quem tem duas mulheres perde a sua alma, quem tem duas casas perde a razão*». Desta vez, o realizador debruça-se sobre certa juventude «à moda» dos anos 80, numa sondagem profunda dos corações e das almas através de diálogos como sempre inteligentes e uma encenação depurada. Segundo *Rohmer*: «*Eu respeito a opinião das minhas personagens mesmo se não concordo com elas.*» *Pascale Ogier*, intérprete principal, conquistou com este filme o Prémio da Interpretação Feminina do Festival de Veneza.

## Do Fundo do Coração

(Quarta, 22.00, TVI)

Neste filme, são as canções de *Tom Waits* que preenchem, do princípio ao fim, uma notável banda sonora. Dignas de registo são, ainda, as fabulosas cenografia e fotografia, respectivamente assinadas por *Dean Tavoularis* e *Vittorio Storaro*. Assim conseguimos atrasar um referência menos elogiosa a um grande realizador moderno como é *Francis Ford Coppola*. É que qualquer coisa nos surge como desconfortável ou insuficiente ao tentarmos aderir a um filme com uma história meio surrealista de separações e reencontros cujo fio condutor é demasiado ténue para agarrar o espectador. E, embora o próprio *Coppola* considere *Do Fundo do Coração* «um filme de Disney num mundo adulto», o certo é que, na sua multifacetada obra, a experiência veio a revelar-se desproporcionadamente menor. Um sabor a certa decepção.

## O Amigo da Minha Amiga

(Quarta, 22.30, RTP2)

Terceiro filme do ciclo dedicado a *Eric Rohmer*, aqui se traçam os cruzamentos de histórias de amor onde as personagens procuram analisar as suas emoções sem as compreender e onde a escrita dos diálogos é sumptuosa e abundante, embora contrabalançada por uma encenação delicada e recatada que dá enorme importância aos *décors*, como é o caso da cidade nova, magnificamente filmada, que corresponde ao artificialismo dos sentimentos. Com *Emmanuelle Chaleet*, *Sophie Renoir* e *Anne-Laure Meury*.



# Sinais de esperança

■ Francisco Costa

«**O**s Principais», «A Cadeira do Poder», «Lições do Tonecas», «Os Malucos do Riso», «Nós os Ricos», «Clube Vip», «Jet 7», «Ponto de Encontro», «Isto Só Vídeo», «Big Show SIC» ou «Lélé e Zequinha» - para apenas mencionar, sem se ser exaustivo, alguns dos mais notórios e obsessivos objectos televisivos ditos de «entretenimento» ou de «divertimento» que têm usurpado com inaudito des pudor e mau gosto as honras do «horário nobre» - pareciam constituir em definitivo, desde há muitos meses e até há pouco tempo, a fatalidade das únicas escolhas possíveis que, na matéria, eram oferecidas ao espectador de televisão pelos nossos dois principais canais generalistas. Até que, há dias, se começou de novo a vislumbrar alguma luz ao fundo do túnel. Ténue, ainda, mas alimentando alguns sentimentos de esperança.

Naturalmente que o leitor já percebeu que me refiro, hoje, ao ressurgimento em «horário nobre» de mais um programa oriundo dos talentos multifacetados de **Herman José** - ao que parece, ainda e sempre personificando (na demonstração, aliás, de alguma falta de imaginação e alternativas por parte dos responsáveis televisivos) aquela réstea de esperança a que o espectador é suposto de vez em quando agarrar-se para aspirar a momentos de diversão televisiva não exclusivamente idiotizantes. Se a esperança irá transformar-se em realidade positiva é coisa que só o futuro ajudará a confirmar, mas a transmissão de dois episódios de «*Herman Enciclopédia*» desde já tornam possível tentar antecipar, nas suas grandes linhas, algumas pistas de entendimento.

## Saber rentabilizar uma equipa

Ninguém é capaz nos nossos dias de supor ou acreditar - não só hoje, mas desde há muito, muito tempo, e não apenas neste rectângulo à beira mar plantado como em todas as latitudes e longitudes - que um programa de televisão ou de rádio, centrado no carisma de um único condutor protagonista, saia completamente da sua imaginação e muito menos da sua pena, por maior que seja o talento com que se nasceu ou se soube construir e alimentar através de porfiado e exaustivo estudo e trabalho. Assim, sempre que **Herman José** procurou inteligentemente rodear-se, mais ou menos na sombra - quer ao nível das potencialidades imaginativas, quer ao nível da sua concretização prática - de nomes de «criativos» que alimentavam com textos ou pequenos excertos de rúbicas mais ou menos elaboradas, as suas grandes ideias e traços iniciais, logo se sentia que as coisas tinham quase sempre «pernas para andar».

Por um lado, estava assegurado todo um manancial de dispositivos à partida susceptíveis de construir, primeiro, um esboço de organização e, depois, uma planificação mais cuidada já em função dos meios técnicos disponíveis ou exigíveis para, finalmente, se alcançar um resultado final que (nos melhores casos) surgia quase sempre sob a forma de um produto fluente e aparentemente escorreito em todas as suas fases, como se pouco ou nada tivesse sido limado ou boleado.

Por outro lado, o grande segredo residia, então, por parte da personalidade criativa última (o próprio **Herman José**) na sabedoria de coordenar, dirigir e concretizar - certamente com grande sentido de risco e imprevisibilidade, mas sempre partindo e apoiando-se numa enorme e profissional capacidade de cálculo e meticulosidade face à criação dos derradeiros efeitos - todos estes dispositivos à sua disposição, em ordem a dar-lhes um cunho pessoal indelével e a transmitir-lhe aquele rasgo de que só os grandes talentos são capazes. Temos, assim, que nos seus melhores tempos, **Herman** era capaz de tudo isto e muito mais e, por isso, se revelou um caso sem dúvida incontornável em termos de criação televisiva e não só.

Não vale a pena, agora, voltar a insistir na desilusão que foi constituindo para os seus admiradores e para a própria crítica a progressiva degradação da capacidade criativa a que nos últimos anos nos foi pensadamente sujeitando o mesmo **Herman**, em lamentável espectáculo e exibição de um misto de facilidade, preguiça, desprendimento e esgotamento imaginativos, no fundo consubstanciando um enorme desprezo pelas suas próprias qualidades natas, e ainda por cima procurando desesperadamente inventar, do mesmo passo, toda a espécie de inconsistentes e ilusórios álbis.

A crise estava instalada e a retirada, mais ou menos assumi-

da, impunha-se. Mas ela deixara marcas profundas e, pior do que isso, dera origem à criação de um outro tipo de máquina de produção menos controlável e de outras estruturas menos cuidadas e rigorosas que passaram a alimentar e a empacotar de forma desregrada e grosseira outras (supletivas) formas de intervenção pública susceptíveis de alimentar os apetites incontrolláveis do principal interessado, quer sob a forma de desleixadas e corriqueiras crónicas de imprensa, quer sob a forma de desbragados espaços radiofónicos, cada vez mais invadidos pela ordinárice mais rasteira e traiçoeira.

## Saber escapar ao domínio da «máquina»

Não é assim de estranhar que tudo o que de imensamente positivo tem alimentado o talento, dir-se-ia inesgotável, de **Herman José** (competente e profissionalmente construído ao longo dos anos) como tudo aquilo que tragicamente é negativo e ao mesmo tempo o tem ofuscado, com imparável rapidez, nos últimos tempos da sua carreira, se reflecta agora no novo produto televisivo com que teve a coragem de reaparecer. E saúde-se, em primeiro lugar, os renovados orgulho e profissionalismo que lhe permitem dizer de novo «presente!»

Tantos nos pormenores formais como nos aspectos de conteúdo, há motivos para aplauso e razões para reticências, o que não é de estranhar. Começemos pelos primeiros. E, aqui, sem dúvida que é de destacar, em primeiro lugar, a concepção e *design* do genérico do programa (com as citações, adaptadas ao meio português, do multifacetado e camaleónico *Zellig* de **Woody Allen**) e, ao mesmo tempo, a própria forma como é aproveitada a iconografia própria das novas tecnologias há pouco emergentes e já hoje amplamente instaladas, como são a *interface* do CD-ROM ou da página da Internet, com menus a desenrolarem-se em cascata ou *hyperlinks* dando acesso a «páginas» diversas do programa, numa espécie de *interactividade* bem imaginada e potencialmente funcional. Também os cenários, em particular, e o desenho geral da produção nos fazem recordar os melhores exemplos de anteriores programas de **Herman José**.

Mas nem tudo consegue ser perfeito. Precisamente, na aparente ânsia de inovação e adaptação à nova iconografia que nos rodeia e ali está sempre presente, o programa cai frequentemente num certo caos organizativo que nada tem a ver (antes pelo contrário) com a antiga e saudável atmosfera *caótica*, mas artisticamente *controlada*, que constituía o melhor **Herman** do antigamente. Assim, nem sempre chega a ser assumido ou levado até ao fim o corte súbito para tal ou tal cena que surge inserida pelos já mencionados mecanismos de *interactividade* - o que demonstra alguma falta de controlo e certos resquícios de preguiça face à concepção da matriz do programa, em termos de planificação antecipadamente conjecturada. Daí resultam sequências desgarradas que não têm continuidade e que se perdem em termos de *timing*, ordenação e duração interna, como é o caso da inserção de determinados *vocabulos* da enciclopédia que não chegam a ser explorados nas suas potencialidades ou, entre várias outras, das cenas do elevador no primeiro programa ou das do *Vitor de Sousa Show*, não completamente assumidas e rentabilizadas. E é aqui que se nota ainda a insuficiência, por parte de **Herman**, do controlo (positiva e criativamente encarado) de uma «máquina» que parece por vezes deixar

funcionar em roda livre e se

revela uma certa falta de capacidade autocrítica que importaria, por exemplo, o desapareci-

mento da figura do **Estebes**, já esgotada e irremediavelmente pertencente ao passado. Também potencialmente perigosa - porque dando rédeas largas ao risco de resvalar de novo para a ordinárice, bem dispensável porque tão esgotada noutros contextos - é a introdução do programa, posterior ao genérico, com **Herman** a dirigir-se ao publicozinho presente no estúdio, um pouco à maneira de um *Jay Leno* lusitano, ainda por cima de baixa extracção.

## Momentos de antologia

Do lado positivo, os primeiros dois episódios da nova série são já largamente prenhes de novos momentos de antologia televisiva neste domínio. Para além da insistência (essa sim bem-vinda) de um dos melhores «bonecos» jamais criados por **Herman José** em televisão - e que é consubstanciada nas intervenções pontuais de uma personagem cujos tiques não podemos deixar de associar ao simpático e generoso **Carlos Pinto Coelho** - tivemos já outros achados verdadeiramente surpreendentes e reconfortantes, que aqui relembro não necessariamente por ordem cronológica ou de importância relativa: as duas sequências da chamada «*Expo'97*», com as reuniões na cave da adega e as figuras admiravelmente ali compostas, bem como a utilização, em arremedo de inacreditável *senha*, da expressão «*Nós só queremos ver... Lisboa a arder!*»; a surrealista referência a um tal **Jorge Pimba Marreta** e aos «*Telecutecu*», misturando as referências a **Ana Faria** e aos «*Queijinhos Frescos*» com **Stokhausen**, **Vivaldi** e uma nova versão arrasadora, electrónico-concreta, das «*Quatro Estações*»; o «*Campeonato Mundial das Danças da Chuva*» na *Sociedade Recreativa Borda d'Água*; a bandalheira de «*Big Show Chic*»; o gozo incontido ao «*Tele-Vendas*», com as figuras impagáveis de **Melga** e **Mike**; e, sobretudo, as sequências irresistíveis da *Casa de Fados de Gilberto Desgraçado* (no primeiro programa) e da «*Herman Geographic Magazine*» (no segundo programa) - esta com a intervenção de uma sussurrante personagem-misto-**David Attenborough-Peter Ustinov**, dobrada em «português-brasileiro» à maneira do «*Travel*» da *TV Cabo* - para já não falar da impagável invenção da figura do *Provedor da Enciclopédia*, o «*Diácono Remédios*», ou das imitações das figuras de **Teresa Salgueiro**, **Miguel Ângelo** e **Amália** (!!!) no Coliseu, no Canecão ou no Metropolitan (!), dizendo «obrigada, obrigada», em várias línguas, ou de **Lauro António** com o seu linguajar cinematográfico, em «versão original» sem legendas!

Enfim, um destaque justo e indispensável vai, ainda, para o excepcional naipe de intérpretes de que **Herman** soube voltar a rodear-se - com relevo para as prestações de caras mais conhecidas como as dos notáveis **Maria Rueff**, **Miguel Guilherme** ou **José Pedro Gomes**, mas sem esquecer revelações como **Alice Pires** ou **João Didelet**.

Em resumo, sem embandeirar em arco, «*Herman Enciclopédia*» pode voltar a ser o programa de entretenimento por que há tanto ansiávamos. Oxalá o seu responsável não deite tudo a perder!





ESCAPARATE

ESCOLA EM PALCO

Escola em Palco

Numa iniciativa que se destina a divulgar o Teatro junto das camadas mais jovens, o Departamento Sócio-Cultural da Câmara Municipal de Loures, aproveitando as condições excepcionais proporcionadas pelas instalações do Centro Cultural da Malaposta (em Olival Basto) leva a cabo a realização subordinada ao tema «Escola em Palco» em que participam 15 grupos oriundos de 13 escolas do concelho. Contando com a participação de profissionais, professores e alunos, serão levados à cena 15 espectáculos entre 28 e 30 de Abril, a saber: dia 28 de Abril, 2ª. Feira, às 09.30, «As Bacantes», pelo Grupo Deliratio, da Escola dos 2º. E 3º. Ciclos do EB da Bobadela; às 11.00 «Totz Cabralek», pela Turma 12º - 4º. B da Oficina de Expressão Dramática da Escola Secundária Dr. António Carvalho Figueiredo, Loures; às 14.30 «M.S.C.C.» pela Escola Secundária Braancamp Freire, Pontinha; às 16.00 «Meridiano L / Paralelo 23» pela Escola Secundária Dr. António Carvalho Figueiredo, Loures; às 21.30 «Colapso Cardíaco» pela Escola Secundária de Sº. António dos Cavaleiros; dia 29 de Abril, 3ª. Feira, às 09.30, «Auto da Índia» pela Escola Secundária nº. 2 da Portela; às 11.00 «Genocídio» pela Escola Secundária de S. João da Talha; às 14.30 «O Choupo Andarilho» pela Escola EB 2.3 Castanheiros, Caneças; «Cuidado com o Deserto Branco» pela Escola Básica 1.2.3, Bucelas; às 21.30 «O Rei dos Pés Inchados» pela Escola Secundária de Sacavém; dia 30 de Abril, 4ª. Feira, às 09.30, «O Julgamento do Homem», pela Escola E.B 2.3., Arroja; às 11.00 Gis(Z), pelo Grupo Filos da Escola dos 2º. E 3º. Ciclos do Ensino Básico, Bobadela; às 14.30 «Queixas da Jovens Almas Censuradas - Por Timor» pela Escola Secundária de Caneças; às 16.00 «Aprendizes de Viajantes» pela Escola Secundária de Odivelas; e, finalmente, às 21.20, «As Nuvens» pelo Grupo de Teatro ITA Vero da Escola Secundária nº. 1 de Loures.



Rão Kyao

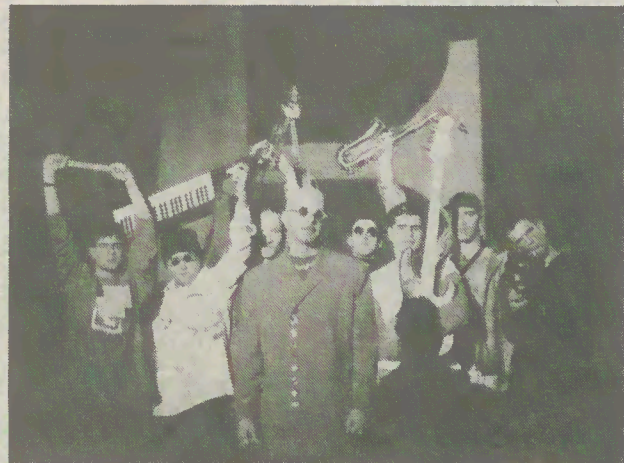


Fausto

25 DE ABRIL

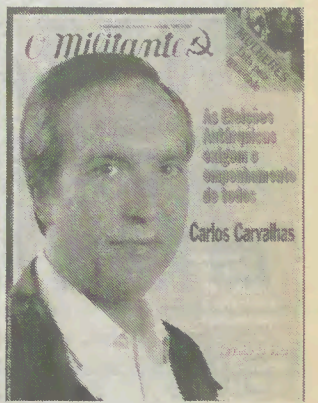
Música portuguesa nas comemorações de Abril

Entre os muitos espectáculos e sessões comemorativas que celebram mais uma passagem do aniversário da Revolução dos Cravos, o destaque vai aqui hoje para três actuações de músicos portugueses. Assim, na noite de 24 para 25 na Praça S. João Baptista, em Almada, a Câmara Municipal deste concelho organiza um espectáculo em que irão participar, na 1ª. parte, Rão Kyao com o seu Grupo e na 2ª. parte Pedro Abrunhosa com os Bandemónio - este segundo grupo após a largada de fogo de artifício às 00.00 horas. Também de 24 para 25, mas agora em Loures, no Pavilhão Paz e Amizade, realiza-se um espectáculo comemorativo do 25 de Abril, este com a participação do cantor Fausto com o seu grupo. A festa terá início às 22 horas e promete durar até altas horas da manhã. Ainda integrado nos festejos desta data, realizar-se-á, também no Pavilhão Paz e Amizade, mas no sábado 26, pelas 21.30, um concerto de Bandas Filarmónicas e Recreativas.



Pedro Abrunhosa e os Bandemónios

REVISTAS



O Militante

Com uma entrevista do Secretário-geral do PCP, Carlos Carvalhas, encontra-se em distribuição novo número de O Militante, correspondente aos meses de Maio/Junho, publicação bimestral do Partido Comunista Português. Na entrevista, Carvalhas chama a atenção para o facto de que as próximas eleições autárquicas exigem o empenhamento de todos. Vários outros temas compõem o sumário de O Militante, sendo ainda de destacar outra entrevista, esta sobre a questão candente do horário de trabalho, tema sobre o qual fala o Coordenador da CGTP/Intersindical Nacional, camarada Carvalho da Silva. Outros temas no âmbito da actividade dos comunistas são contemplados neste número, nomeadamente sobre a influência e implantação do PCP, exemplos do fortalecimento do Partido. As secções e os temas são variados, desde as questões autárquicas à problemática e actividades da Juventude e das Mulheres, à História e à Cultura. Neste número são publicadas na íntegra a Declaração e a Resolução da Conferência Nacional do PCP sobre o Poder Local e as Eleições Autárquicas recentemente realizada em Palmela.

Teatro da Cornucópia logo and title DEMÓNIOS LARS NORÉN

TEATRO

Lars Norén, na Cornucópia

Continua em cena no Teatro da Cornucópia até ao próximo dia 30, a peça «Demónios», do dramaturgo Lars Norén. Com encenação de José Wallenstein, tradução de Melanie Mederlind e José Wallenstein, cenário e figurinos de Vera Castro, desenho de luzes de Jorge Ribeiro e direcção técnica de Luís Mouro, esta peça tem como principais intérpretes Luísa Cruz, José Airosa, Nuno Melo e Teresa Roby. As sessões têm lugar, de 3ª. a sábado, às 21.30, e aos domingos às 16 horas, no Teatro do Bairro Alto, em Lisboa.

EXPOSIÇÕES

25 por 25



Coincidindo com o 23º. aniversário do 25 de Abril, foi inaugurada no Museu Municipal de Alcochete, numa organização do município deste concelho com a colaboração da Associação 25 de Abril, uma exposição subordinada ao título «25 por 25», com obras do artista plástico José Fernandes, militar de Abril e sócio efectivo daquela associação.



Andarilho, Poeta e Cantor

Com este lema, continua patente até 5 de Maio próximo na Casa de Cultura de Mora, uma exposição dedicada à memória de José Afonso, organizada pela Associação José Afonso e pela Câmara Municipal de Mora.

CLASSICA

Temporada da Gulbenkian

Com dois concertos a realizar hoje às 21.30 e amanhã às 19 horas, ambos no Grande Auditório da Fundação Calouste Gulbenkian, apresenta-se entre nós o pianista e maestro Stephen Kovacevich à frente da Orquestra Gulbenkian. O programa será preenchido com «Cinco Andamentos para Cordas op. 5», de Anton Webern; «Concerto nº. 24 em Dó menor, K. 491», de Wolfgang Amadeus Mozart; e «Sinfonia nº. 4 em Mi menor, op. 98», de Johannes Brahms.



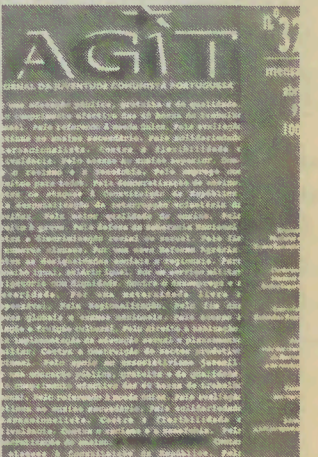
Johannes Brahms



Wolfgang Amadeus Mozart

Temporada de Concertos da C.M.L.

Integrado na Temporada de Concertos organizada pela Câmara Municipal de Lisboa e no ciclo Terças-Feiras Clássicas, com direcção artística do maestro José Atalaya, realiza-se na próxima 3ª. Feira, 29, um recital de violoncelo e piano. Serão intérpretes o violoncelista eslovaco Eugen Prochác e o pianista português Adriano Jordão. Do repertório fazem parte as seguintes peças: «Sonata para arpeggione e piano», D. 821, de Schubert; «Suite nº. 3 op. 87 (sobre temas russos) para violoncelo e piano», de Britten; e «Sonata Op. 40», de Chostakovitch.



Agit

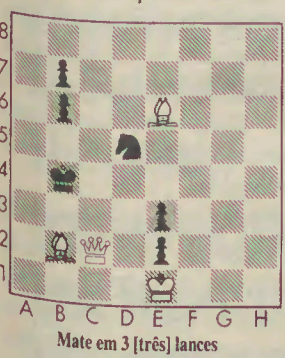
O número de Abril, deste ano, desta publicação da Juventude Comunista Portuguesa já aí está e que os jovens comunistas se prepararam para distribuir em todo o País.

A própria capa diz muito das lutas em que a Juventude do PC está empenhada, chamando a atenção para as numerosas batalhas a travar e que não dizem respeito exclusivamente aos jovens. Quanto à actividade da JCP, destaque para a problemática que duas grandes realizações dos jovens comunistas trataram no passado fim-de-semana - o Encontro Nacional do Ensino Secundário e a Conferência Nacional do Ensino Superior. Uma entrevista com o jovem deputado Bernardino Soares que na Assembleia da República tem dado voz aos problemas da juventude portuguesa e avançado propostas para a sua solução é também um ponto forte do jornal Agit. Mas há mais a destacar - nomeadamente o artigo sobre o problema do Serviço Militar Obrigatório e o apelo à participação nas comemorações do 25 de Abril. Para ler com gosto.

XADREZ

DCVII - 24 DE ABRIL DE 1997 PROPOSIÇÃO Nº 1997X16 Por: MIROSLAV HAVEL V. Zlatá Praha, 6.VI.1902

Pr.: [6]: Ps. b6, b7, e2, e3 - Cd5 - Rb4 Br.: [4]: Bs. b2, e6 - Dc2 - Rf1

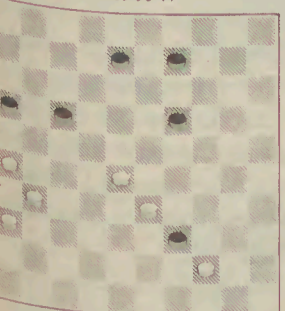


Mate em 3 [três] lances \*\*\* SOLUÇÕES DO Nº 1997X16 [M. H.] 1. Dd3, Rg5; 2. Ba3+, Cb4; 3. D:d5 # 1... b5; 2. Da3+, Rg4; 3. Dc3 # A. de M. M.

DAMAS

DCVII - 24 DE ABRIL DE 1997 PROPOSIÇÃO Nº 1997D16 Por: MAURICE NICOLAS - França/Paris L'Effort nº 2 Set. 1948

Pr.: [6]: 8-9-16-17-19-39 Br.: [6]: 26-28-31-33-36-44



Branças jogam e ganham \*\*\* SOLUÇÕES DO Nº 1997D16 [M. N.] 1. 33-39; 2. 29-23; 3. 22-27; 4. 26-21; 5. 22-27... + A. de M. M.

PALAVRAS CRUZADAS

15x15 crossword grid with numbers 1-15 in the top row.

HORIZONTAIS: 1 - Soldado mal exercitado; estilete, geralmente de madeira macia, para limpar os dentes dos restos dos alimentos (pl.). 2 - Vestimenta de mulher indiana; ajustar (ant.). 3 - Caridoso; planta vivaz e medicinal; nome escocês. 4 - Matiza; nasce. 5 - Dez vezes dez; acabamentos; a parte inferior do pão. 6 - A carta mais alta do baralho; seis romanos; suf. de agente; nota musical. 7 - Prova automobilística; boneca de trapos. 8 - Amerício (s. p.); Telúrio (s. q.); utensílio de cozinha; divindade solar dos antigos egípcios. 9 - Na companhia de; magnificente; universalidade (pref.). 10 - Ferro puxado à feira; nome de mulher. 11 - Chefe etíope; osso longo que constitui o endosqueleto do segmento (braço) do membro anterior ou superior dos tetrápodes; lamentos. 12 - Carga; casta inferior de japoneses. 13 - Tomar o peso com as mãos; confusões (fig.).

VERTICAIS: 1 - Tábua que remata o topo das cavernas dos navios, e sobre a qual se constrói a borda (náu.); animal do grupo dos acarídeos que inclui os causadores da sarna do homem e as carraças dos cães (pl.). 2 - Discursar; delonga. 3 - A minha pessoa; prejudiciais. 4 - Arsénio (s. q.); óxido de cálcio; planta completa. 5 - Rádio (s. q.); atmosfera; segmento distal do membro inferior do homem que se articula com a extremidade inferior da perna; existes. 6 - Época precisa em que um facto acontece; esquivo-me; traja. 7 - Interj. de dor (pl.); nota musical; preposição; maior. 8 - Iça; quantia que outrora um soldado recebia diariamente. 9 - Conjunto de duas pessoas; porco (prov.); principal rio italiano; rente. 10 - Insignificância (fig.); solitárias; base aérea portuguesa. 11 - Lítio (s. q.); Einsténio (s. q.); antes de Cristo (abrev.); o mais (ant.). 12 - Comparecer; indivisível; apelido. 13 - Enfermidade; aférese de para. 14 - Anual; elemento de formação de palavras, de origem latina, que exprime a ideia de ramo. 15 - Esmurrara; idosas.

15 - Socarar; anosas. 10 - Avo; emmas; oia. 11 - Li; Es; a; C; al. 12 - Ur; ura; Sa; 13 - Mat; pra. 14 - Anal; raml. 15 - Socarar; anosas. VERTICAIS: 1 - Tábua; acaras. 2 - Ores; mora. 3 - Mím; mds. 4 - Ast; cñl; pé. 5 - Com; pompos; pan. 10 - Atrame; Carmo. 11 - Rás; úmro; ais. 12 - Pso; 13 - Pso; 14 - Anal; raml. 15 - Socarar; anosas. HORIZONTAIS: 1 - Tabaréu; pátios. 2 - Sari; Avir. 3 - Bom; asaro; Mac. 4 - Insa; emna. 5 - Cem; rmatas; lar. 6 - Ast; Vi; or; la. 7 - Rali; mona. 8 - Am; Te; pa; Ra. 9 - Sopa. 10 - Insa; emna. 11 - Rali; mona. 12 - Pso; 13 - Pso; 14 - Anal; raml. 15 - Socarar; anosas.



# ATALHE DE FOICE

## A Demanda do Santo Amaral

Ferreira do Amaral, candidato à presidência da Câmara Municipal de Lisboa, deslocou-se há dias ao bairro do Casal Ventoso e, em 45 minutos, resolveu-lhe os problemas. Deambulando pelo labirinto do local com uma multidão de jornalistas atrás, o candidato levou à frente tudo o que era dificuldade.

Primeiro, foi-se às pessoas, tarefa algo facilitada dado que as pessoas têm a tendência de andar por aí, nomeadamente nos bairros. Mostrando que é homem avisado, Amaral escolheu-as a dedo e demorou-se com as que lhe pareceram corresponder aos paradigmas que, na sua cabeça de candidato, lhe sugerem uma ideia do Casal Ventoso. Daí ter falado com um toxicodependente e uma moradora, síntese do bairro aprendida nos títulos dos jornais e trabalhada por assessores de campanha.

Ao primeiro, despachou-lhe o discurso errante com trivialidades caridosas. A probabilidade de estar ali um eleitor era manifestamente remota.

À segunda - mais verosímil como eleitora -, amparou-lhe as queixas do quotidiano com a unção de quem, se pudesse, até ia morar ali ao lado para sublinhar a sua solidariedade. Em ambos os casos deixou no ar um responsável por aquelas misérias: «o poder».

Não, obviamente, o poder que ele próprio partilhou durante uma década e até há menos de dois anos.

Esse, não vinha ao caso e nada tem a ver com a brutal degradação social e económica de centenas de milhares de portugueses que, ao longo de longos anos, foram resvalando do oásis cavaquista para os declives da miséria. Miséria que, nos Casais Ventosos, já destila morte pelas encostas. Não. O poder responsável por tais misérias era, obviamente, espúrio à imaculada candidatura de Ferreira do Amaral à presidência da Câmara de Lisboa. Pertencia «aos outros», aos que agora governavam a Cidade sem nada fazer.

E virando-se para a Cidade, que é como quem diz para as câmaras de televisão, os microfones de rádio e os registos dos jornalistas, Ferreira do Amaral cumpriu o grande objectivo da sua primeira visita ao Casal Ventoso: falar de si próprio.

Tendo por pano de fundo a desgraça que acabara de conhecer, o candidato compôs uma expressão magoada e afirmou «não perceber», confissão aparentemente natural em alguém que vive no luxo de Cascais.

Mas o que Ferreira do Amaral não percebia era outra coisa. O seu enigma perguntava por que «não se fazia nada no Casal Ventoso» quando - garantia ele - «existiam os planos e as verbas estavam disponibilizadas».

Para quem nunca tinha posto os pés no bairro, é extraordinário este conhecimento de que «não se fazia nada no Casal Ventoso».

Tanta omnisciência esqueceu-se entretanto de dizer que, se existiam planos, não tinha sido ele a promovê-los e, se havia verbas, não foram os seus Governos a disponibilizá-las. Mas lembrou-se mais uma vez de si próprio. «Não estou habituado a ficar a olhar para os planos, tenho por hábito executá-los», rematava Amaral, pomposo e já desligado da miséria do Casal Ventoso que há minutos tanto o condeera. O País recorda-se dos seus hábitos de execução, perdulariamente desembaraçados a gastar os milhões de Bruxelas com auto-estradas a aluir após as inaugurações, com a construção de edifícios públicos a gemer humidades ainda antes da tinta secar, tudo pago a peso de ouro e orçamentos suplementares para estar pronto nos calendários eleitorais.

Tal como se lembra como o «buziño da ponte», qual trombetas de Jericó, abateu em poucas horas uma ministerial imagem de «eficiência democrática» construída ao longo de dispendiosos quilómetros de obras atamancadas.

Aliás, se ocorrer ao País uma visita às realizações que Amaral capitaneou, verificar-se-á que tudo desembocou nos domínios do virtual: a sua «obra» tornou-se «ex-obra» tão rapidamente como ele se tornou ex-ministro.

Agora anda Amaral em Demanda de Lisboa, de quem não quer ser vereador, mas «apenas» presidente.

Alguma coisa há-de ser.

Nomeadamente ex-candidato, porque a capital não há-de querer transformar-se numa ex-Lisboa.

■ HC

## ÚLTIMAS

# Todos à festa da Liberdade!

As comemorações do 25 de Abril - que têm o seu ponto alto amanhã - decorrem já por todo o país, envolvendo muitos milhares de pessoas nas mais diversas iniciativas. Expressões múltiplas da festa da Liberdade.

Amanhã, em Lisboa, realiza-se o habitual desfile, entre o Marquês de Pombal e os Restauradores, com início às 15.30. Antes, no alto do Parque Eduardo VII, decorre a inauguração do monumento evocativo do 25 de Abril, com a presença de Vasco Lourenço, presidente da Associação 25 de Abril, João Amaral, presidente da Assembleia Municipal, e João Soares, presidente da Câmara. Por iniciativa do Pelouro da Juventude da Câmara um espectáculo continuado, que teve início em 20 de Abril, culmina hoje, na "Noite da Liberdade", no Largo Camões. No Porto, as comemorações do Dia da Liberdade têm início esta noite, com um espectáculo na Praça General Humberto Delgado, culminando amanhã, com desfile e espectáculo na mesma praça.

### Apelo

"A liberdade faz parte dos valores cimeiros que o 25 de Abril franqueou aos portugueses" - afirma-se no

**Apelo à participação nas comemorações populares do 23º aniversário do 25 de Abril**, subscrita pelo PCP, PS, Verdes, UDP, PRD, e pela Associação 25 de Abril, ID, Política XXI, MDP e cerca de 200 personalidades.

"Fazemos parte de um universo cada vez mais interdependente e assistimos, um pouco por todo o lado, nas sociedades europeias democraticamente organizadas, ao afloramento de fenómenos preocupantes, que se inserem numa crise gerada pela instabilidade económica, o desemprego estrutural crescente e a incerteza do futuro, e que são acompanhados pela exploração perversa das angústias

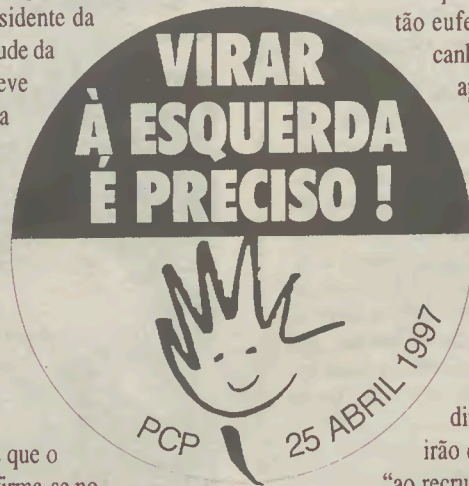
colectivas, por parte das forças estremadas da direita, que procuram criar um clima psicológico adequado à conquista do poder e à apertência de regimes autoritários de lei e da ordem, apropriados à defesa dos seus interesses", afirma-se no Apelo.

Um alerta que vem de par da denúncia das razões desta situação - "a doença de que hoje padecem as sociedades mais desenvolvidas é uma consequência directa da macro-exploração, instalada à escala planetária pelo triunfo de um neoliberalismo autofágico e sem freios, geradora de crescentes marginalizações e extensas bolsas de pobreza, que joga com a rápida mobilização dos grandes fluxos financeiros e com a exigência de profundas desvalorizações nos direitos adquiridos pelos trabalhadores, mediante fórmulas tão eufemísticas como a flexibilização, sinónimo canhestro de exploração desapiedada, em nome apenas do maior lucro, o rei supremo de todas as coisas".

Uma realidade comum também ao nosso país, onde um crescimento real "não foi acompanhado de um encurtamento do fosso que separa os mais ricos dos mais pobres, que até se terá relativamente acentuado".

Um panorama perante o qual "os homens que contribuíram para o 25 de Abril terão o direito de se interrogar à cerca da herança que irão deixar aos mais novos" e justifica um apelo "ao recrudescimento da intervenção cidadã, à participação activa das organizações juvenis, sindicais e cívicas na defesa e vitalização da democracia".

Um quadro em que o papel da juventude será determinante. O Apelo sublinha que "a sobrevivência de Portugal, dentro do quadro de progresso que a actual Constituição configura, assentará num efectivo e intensificado esforço para desenvolver as potencialidades da sua juventude, o que passa necessariamente por facultar a todos, independentemente das suas condições económicas, o direito de estudar". Objectivo que "nunca se compadecerá com a substituição do ensino público pelo ensino privado".



## Eleições nos Bancários do Sul e Ilhas

# Lista de unidade obtém grande vitória

Ontem, à hora do fecho do nosso jornal, quando já estava praticamente concluída a contagem de votos, faltando apenas apurar pouco mais de 700, foi anunciada a vitória da lista A - constituída pela Tendência Unitária, onde os comunistas têm um papel destacado e por uma ala socialista -, nas eleições para os corpos gerentes do Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas.

Num total de 49.663 eleitores, votaram 22.616 trabalhado-

res (45,5%), tendo a lista A recolhido 10.361 (45,8%), a lista B (Coligação PS/TSD) 9.160 (40,5%) e a lista C (MRPP) 1.872 (8,2%). Para a Mesa Coordenadora dos Órgãos Deliberativos Centrais os resultados obtidos foram, quer em números quer em percentagens, sensivelmente os mesmos.

Entretanto, na eleição simultânea para os delegados ao Congresso, em que as diversas

tendências concorreram separadamente, os unitários obtiveram uma vitória destacada, com 35% dos votos e 133 mandatos, passando de segunda a primeira força política entre os trabalhadores bancários. Os socialistas alcançaram 26,2% dos votos e 96 mandatos e os sociais-democratas ficaram-se pelos 18,6% e 71 mandatos. Os restantes 45 mandatos foram distribuídos por outras listas concorrentes. A eleição para os Secretariados

Sindicais dos Bancos e Regiões, a que as várias tendências também se apresentaram separadamente, os resultados, idênticos aos obtidos para o Congresso, reafirmaram a tendência unitária como a grande vencedora.

O anterior presidente da direcção do SBSI, Barbosa de Oliveira, liderou a opção de parte da Tendência Socialista por uma coligação com os TSD. Apesar do apoio manifestado por altos dirigentes do PS e do PSD, a maioria dos bancários reafirmou nas eleições o seu apoio à gestão de unidade que iniciou uma viragem na vida do maior sindicato da UGT (e seu maior contribuinte).

A lista vencedora deu na sua campanha uma especial importância à necessidade de criar condições para que os trabalhadores da banca participem mais activamente na vida do SBSI e nas movimentações em defesa dos seus interesses e direitos, nomeadamente na contratação colectiva.

## Os ataques à Segurança Social e os interesses das Seguradoras

Está em curso um ataque desenfreado à Segurança Social cujas motivações são indissociáveis dos interesses do grande capital financeiro que por esta via pretende abrir caminho à penetração das seguradoras, ávidas em captar este importante segmento financeiro. A denúncia foi feita no Parlamento pelo deputado comunista Rodeia Machado num debate realizado a propósito de um recente seminário no Reino Unido sobre Fundos de Pensões.

Para Rodeia Machado - que criticou a forma fechada como o debate sobre esta matéria está a ser feito no nosso País, apenas em sede de Comissão do Livro Branco -, as principais causas para a actual crise da Segurança Social estão perfeitamente identificadas, destacando-se, de entre elas, a fuga às contribuições, o emprego precário, a alta taxa de desemprego e a má gestão do sistema.

Não questionando a neces-

sidade de proceder a uma reforma da Segurança Social, do mesmo modo que entende ser importante "estudar e aprofundar o seu financiamento", para o parlamentar comunista é de extrema importância, todavia, que essa reforma "seja uma reforma democrática, com amplo debate e participação e não confinada a meros debates técnicos encaminhados ou direccionados à partida e com conclusões antecipadas".

